



# revista Ensaaios

ISSN 2175-0564



NDC  
BCG

CENTRO DE MEMÓRIA  
FLUMINENSE



Revista de corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e das graduações em Sociologia e em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (RJ).

## COMISSÃO EDITORIAL

### Editora Responsável

Lígia Maria de Souza Dabul

### Editora Adjunta

Ana Claudia Bessa

### Editores Executivos

Bruna Raposo Tavares

Lucas do Amaral Afonso

Lucas Loureiro Leite

Mariana dos Santos Vianna

### Editores Assistentes

Andressa dos Santos Lima Sousa

Carla Manguiera Gonçalves

Carlos Monteiro

Gabriel Bon Rabello

Ícaro José legelski Rodrigues

Isabelle Medeiros Sergio Guedes

Nicolli Bernardes Ribeiro

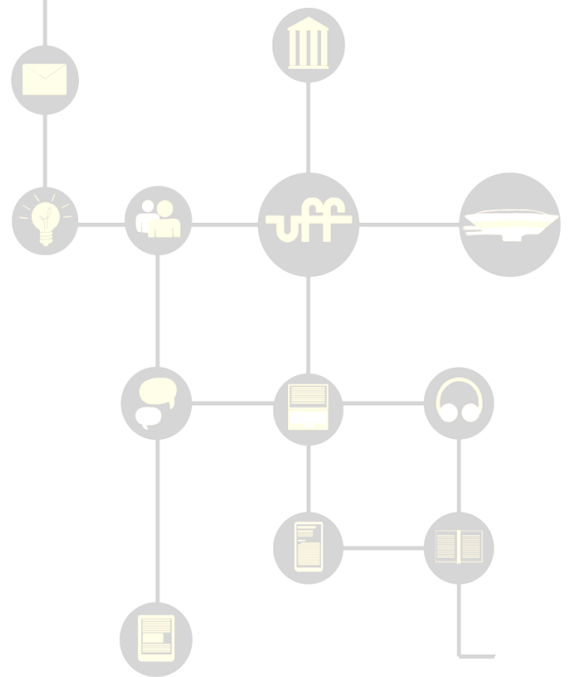
Patricia de Melo Marques

Renata Campos Oliveira

Thaiwan de Souza Leite

### Consultor Editorial

Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho



## REVISTA ENSAIOS

Revista Eletrônica do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Niterói, v.17, 2020-jul/dez.

ISSN 2175-0564

Nectar <sup>uff</sup>  
Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte

 PPGS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA

 ichf <sup>uff</sup>

 PROAES  
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

 Universidade  
Federal  
Fluminense

### **REVISÃO TEXTUAL**

Bruna Raposo Tavares  
Ícaro José Iegelski Rodrigues  
Lucas Loureiro Leite

### **REVISÃO TÉCNICA**

Ana Claudia Bessa  
Mariana dos Santos Vianna

### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Diagramação e Capa:  
Bruna Raposo Tavares  
Ícaro José Iegelski Rodrigues  
Mariana dos Santos Vianna

### **WEBSITE:**

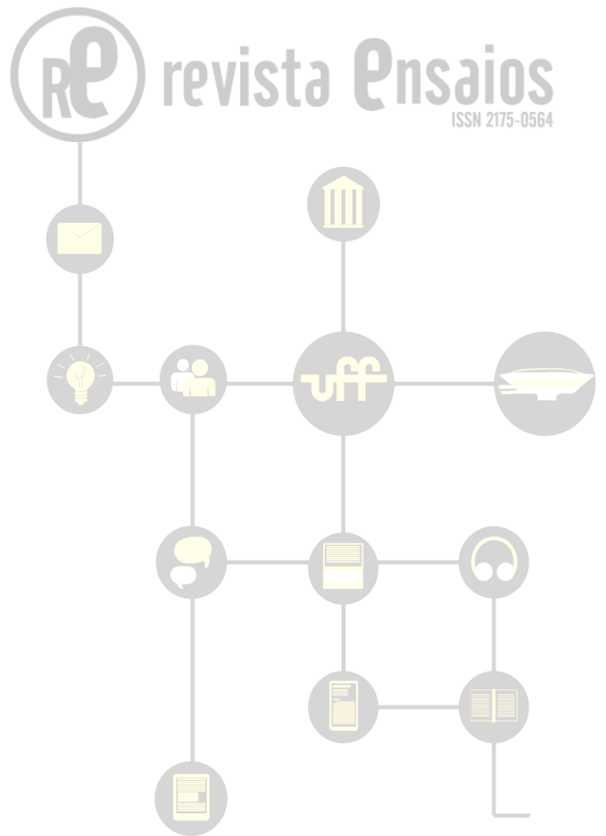
<https://periodicos.uff.br/ensaios>  
[revistaensaios.uff@gmail.com](mailto:revistaensaios.uff@gmail.com)

### **CONTATOS:**

Ana Claudia Bessa  
[anabessa.uff@gmail.com](mailto:anabessa.uff@gmail.com)

### **ENDEREÇO POSTAL:**

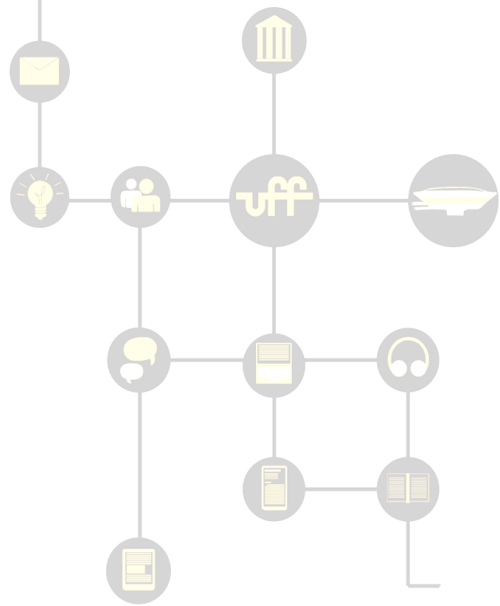
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Campus do Gragoatá, Bloco O.  
Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, S/N.  
São Domingos, Niterói – RJ  
CEP: 24210-201



## **REVISTA ELETRÔNICA ENSAIOS**

Publicação eletrônica semestral

Niterói - v. 17, 182p. - jul-dez, 2020.



## EDITORIAL

**Mariana dos Santos Vianna**  
Editora Executiva

Para iniciar a apresentação do volume 17, primeiramente gostaríamos de dedicar esse volume ao Professor Luiz Antonio Machado da Silva, falecido em 21 de setembro de 2020, vítima fatal da Covid-19 no Brasil.

Professor Machado da Silva foi um dos pioneiros nos estudos sobre Sociologia Urbana e Sociologia da Violência no Brasil, abordando temáticas como favela, habitação e violência urbana e desenvolvendo seu conceito de “sociabilidade violenta”, presente em muitos de seus artigos e livros.

Professor do IESP-UERJ desde o início dos anos de 1970 e professor aposentado da UFRJ, atuou como professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF) entre 2017 e 2019, onde tive a oportunidade e o privilégio de ser sua aluna e poder fazer parte das diferentes gerações de sociólogas e sociólogos formados por ele.

Marcado pela paciência e generosidade, o Professor Machado da Silva sempre se dedicou ao ato de ensinar com muita simplicidade, a fim de transmitir o conhecimento de forma fluida e clara, sempre preocupado em se fazer compreender.

Sem dúvidas, o falecimento do Professor Machado da Silva foi uma perda imensurável para as Ciências Sociais brasileiras. Porém, deixou um belíssimo legado para as futuras gerações e para todas e todos nós. Muito obrigada, Machado!



Iniciamos o volume 17 com dois artigos apresentados no VIII Seminário Fluminense de 2019. O primeiro artigo foi apresentado no Grupo de Trabalho “Religião, arte e política na cidade” e faz uma análise sobre o tratamento dado por Friedrich Engels aos fenômenos religiosos. O segundo artigo foi apresentado no Grupo de Trabalho “Sociologia Econômica” e faz uma análise sobre a implementação de empreendimentos eólicos no Brasil e seus conflitos, considerando os impactos socioambientais e econômicos, resultando também em mudanças legislativas.

Para complementar o volume 17, apresentamos artigos de diferentes temáticas e áreas da sociologia e das ciências sociais, o que nos proporciona um acervo de conhecimento amplo e produtivo. Neste volume, temos dois artigos que abordam a temática da educação de formas distintas. O primeiro artigo com essa temática analisa questões relativas às interações emocionais entre alunos e professores no ambiente escolar e como isso impacta no processo da aprendizagem. O segundo artigo relativo à área da Educação é uma análise do material didático oferecido pelo programa Pronatec Empreendedor, considerando o contexto histórico de criação e implementação do programa.

Apresentamos também neste volume um artigo sobre Pensamento Social brasileiro, que demonstra a importância das teses de Manoel Bomfim na forma de interpretar o Brasil. Consonante a estes, apresentamos outros artigos que abordam temáticas que estão em evidência na contemporaneidade brasileira, como a conversão político-religiosa neopentecostal e judaica, o neoliberalismo e ascensão do neofascismo e da extrema-direita na política nacional com a eleição de 2018 para presidência.

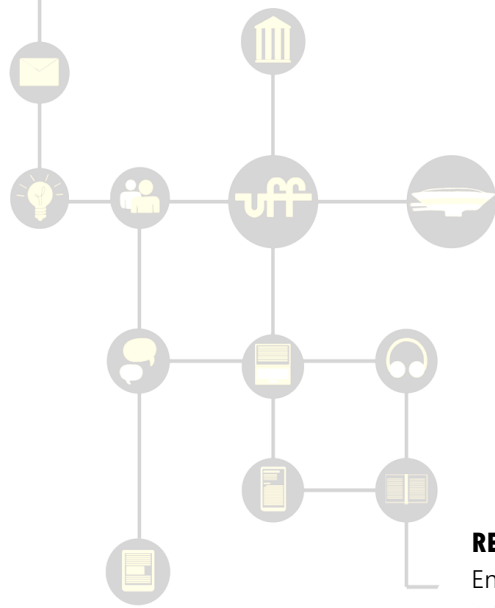
Para encerrar o volume 17, apresentamos a resenha do livro “BRICS e o futuro da ordem global”, escrito por Oliver Stuenkel e publicado em 2017. E a poesia “Partida”, que nos conecta à arte, ao lúdico e à liberdade da alma, diante do contexto pandêmico, humanitário e social em que estamos imersos.

Esperamos com esse volume proporcionar leituras atentas e reflexivas das temáticas apresentadas e continuar com nosso propósito de transmitir conhecimento a partir da divulgação de trabalhos acadêmicos produzidos por discentes de graduação e pós-graduação da Sociologia e das Ciências Sociais, a fim de valorizar e incentivar a produção acadêmica, no atual contexto de menosprezo e desconsideração da produção científica.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>ARTIGOS SEMINÁRIO FLUMINENSE DE SOCIOLOGIA 2019.....</b>	<b>7</b>
RELIGIÃO, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES: AS REFLEXÕES DE FRIEDRICH ENGELS SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO.....	7
<i>Wallace Cabral Ribeiro</i>	
EMPREENHIMENTOS EÓLICOS: O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE COMO RESTRIÇÃO AO ENGAJAMENTO NA AÇÃO COLETIVA .....	26
<i>Cassia Cardoso de Miranda</i>	
<b>ARTIGOS.....</b>	<b>49</b>
EMOÇÕES PARA SENTIR E PENSAR: INTERAÇÕES ENTRE PROFESSORES E ALUNOS .....	49
<i>Bruna Navarone Santos</i>	
REPENSANDO OS CÂNONES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: AS TESES DE 1905, DE MANOEL BOMFIM.....	67
<i>José Geraldo dos Santos e Patrick Silva dos Santos</i>	
ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DO PRONATEC EMPREENDEDOR E A NEOLIBERALIZAÇÃO ESCOLAR.....	90
<i>Kássia de Paula Rangel Pedrosa</i>	
PROCESSO DE CONVERSÃO E DESCONVERSÃO POLÍTICO-RELIGIOSA ENTRE JUDEUS E NEOPENTECOSTAIS CONSERVADORES .....	112
<i>Olga Christina de Oliveira Zunino</i>	
NEOFASCISMO E NEOLIBERALISMO: O FENÔMENO BOLSONARO.....	136
<i>Matheus de Carvalho Barros</i>	
WALTER BENJAMIN À BRASILEIRA? A EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA SOB A LUZ DOS CONCEITOS DE HISTORIOGRAFIA BURGUESA E ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	159
<i>Felipe Vieira Britto</i>	
<b>RESENHA .....</b>	<b>177</b>
RESENHA DO LIVRO BRICS E O FUTURO DA ORDEM GLOBAL .....	177
<i>Brendon Lucas Pereira Silva</i>	
<b>POESIA.....</b>	<b>182</b>
PARTIDA.....	182
<i>Cláudio Gonçalves da Silva Correio</i>	



## RELIGIÃO, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES: AS REFLEXÕES DE FRIEDRICH ENGELS SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO<sup>1</sup>

Wallace Cabral Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar como Friedrich Engels trata sociologicamente a questão do fenômeno religioso e sua articulação orgânica com a política no contexto de luta de classes. Para alcançar este objetivo, nos deteremos sobre suas reflexões acerca dos conflitos socioreligiosos protagonizados pelos camponeses na Alemanha entre 1524 e 1525. A principal obra analisada é *As Guerras camponesas na Alemanha* de 1850, na qual o autor procura compreender o significado da experiência religiosa a partir das “circunstâncias materiais existentes”, levando em consideração suas múltiplas determinações, que envolvem aspectos históricos, estruturais, conjunturais, situacionais e espaciais em suas dimensões micro e macro sociais. Dois pesquisadores participaram desta pesquisa concedendo cada um deles uma entrevista, com o propósito de compreender a complexidade do sistema de pensamento de Engels, seus métodos, conceitos e categorias. São eles: Michael Löwy e Livia Cotrim (*in memoriam*).

**PALAVRAS-CHAVE:** Circunstâncias materiais; materialismo histórico; conflitos socioreligiosos; campo de força; representação religiosa.

### RELIGION, POLITICS AND CLASS STRUGGLE: FRIEDRICH ENGELS' REFLECTIONS ON THE RELIGIOUS PHENOMENON

**ABSTRACT:** The aim of this research is to identify and analyze how Friedrich Engels deals sociologically with the issue of the religious phenomenon and its organic articulation with politics in the context of class struggle. To achieve this goal, we will dwell on his reflections on the socio-religious conflicts carried out by peasants in Germany between 1524 and 1525. The main work analyzed is *The Peasant Wars in Germany* of 1850, in which the author seeks to understand the meaning of religious experience from “existing material circumstances”, taking into account its multiple determinations, which involve historical, structural, conjunctural, situational and spatial aspects in their micro and macro social dimensions. Two researchers participated in this research, granting each one an interview, with the purpose of understanding the complexity of Engels' thought system, its methods, concepts and categories. They are: Michael Löwy and Livia Cotrim (*in memoriam*).

**KEYWORDS:** Material circumstances; historical materialism; socio-religious conflicts; force field; religious representation.

<sup>1</sup> Este artigo foi extraído do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, sob a orientação da professora Christina Vital da Cunha e apresentado no Grupo de Trabalho “Religião, arte de política na cidade” no VIII Seminário Fluminense de Sociologia 2019.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS - UFF), bacharel em Sociologia pela mesma instituição.

## INTRODUÇÃO

“o direito à revolução é o único ‘direito histórico’ *real*”  
(ENGELS, 1895)

Friedrich Engels (1820-1895), ao longo de sua trajetória político intelectual, dedicou-se aos mais variados temas. Em sua vasta obra, é possível encontrar conhecimentos relacionados às áreas de história, antropologia, ciência política, economia, ciências da natureza, educação, relações de gênero, ciências jurídicas, filosofia, ciências militares, sociologia da religião, entre outros. A algumas dessas áreas, Engels se dedicou com mais afinco, por isso contribuiu de forma mais significativa, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

Ao pesquisar sobre sua vida e obra, percebemos que Engels escreveu significativamente sobre o fenômeno religioso, contudo, suas reflexões nesse campo de conhecimento eram (são) timidamente estudadas ou mobilizadas. Para Elizete da Silva,

A literatura engelsiana sobre a religião é pouco conhecida, o que podemos debitar a uma certa tradição política que dificultou o acesso a estes textos ao reduzir e engessar a contribuição de Marx e Engels aos estudos dos fenômenos do sagrado ao mote “a religião é o ópio do povo” (2007: 172).

Para Michael Löwy (2015), Engels é mais do que um colaborador da sociologia da religião, mas um dos fundadores deste campo de conhecimento<sup>3</sup>. Isso decorreria do fato de que, ao analisar o conflito religioso que ocorreu entre católicos, luteranos e anabatistas<sup>4</sup>. No âmbito das reformas protestantes, Engels apontou a base material de desenvolvimento de cada uma dessas correntes religiosas e os elementos sociais que geraram a aproximação, por afinidade de sentido, de cada uma delas com uma determinada classe social (representação religiosa). Dessa forma, Engels indica que a religião é um fenômeno social historicamente construído e que se encontra imersa na luta de classes, uma vez que “cada classe social tem sua interpretação da religião, em função de sua posição social” (LÖWY, 2019, entrevista concedida a esta pesquisa).

<sup>3</sup> Apesar Michael Löwy compreender Friedrich Engels como um sociólogo do fenômeno religioso, o próprio Engels nunca se identificou como tal.

<sup>4</sup> Os anabatistas entendiam que ninguém deveria ser considerado automaticamente cristão, a fé cristã não poderia ser imposta, sua aceitação deve ser fruto de uma escolha livre e consciente, portanto, somente os adultos estariam em condições adequadas de fazer essa escolha. É dessa interpretação teológica que os anabatistas se colocavam contra o batismo infantil. O batismo simbolizava adesão ao grupo e a nova fé, quem já houvesse sido batizado pela Igreja de Roma quando criança deveria realizá-lo novamente. Essa exigência originou o nome anabatismo, que deriva “do grego, Ana (re) e baptizo (batismo)” (NETO, 2016: 35).



Desde a juventude, Engels reflete sobre a questão religiosa, como nas *Cartas de Wuppertal*, de 1839, e na tríade de ensaios sobre Schelling: *Schelling em Hegel* (1841), *Schelling e a Revelação* (1841/1842) e *Schelling Filósofo Cristão* (1842). Na maturidade, produziu uma tríade de textos com reflexões sociológicas sobre o cristianismo primitivo, a saber: *Bruno Bauer e o Início do Cristianismo* (1882), *O livro da Revelação* (1883) e *Contribuição à história do cristianismo primitivo* (1895). Estes textos influenciaram marxistas de outras gerações, como Karl Kautsky, Antônio Labriola e Rosa Luxemburgo. O estudo em tela se dedicará às reflexões de Engels produzidas em uma fase diferente das duas acima mencionadas (juventude e maturidade), a principal obra analisada será *As Guerras Camponesas na Alemanha*, publicada em 1850.

Neste livro, o pensador alemão compreende que os anabatistas, durante as reformas protestantes, não se apresentavam como uma religião apacadora das dores deste mundo, que tendia para o conservadorismo ou reacionarismo. Tratava-se de uma experiência religiosa que contestava toda a ordem vigente e que propunha a edificação de uma sociedade igualitária, seu “programa exigia o estabelecimento imediato do reino de Deus da era milenar de felicidade” (ENGELS, 2010[1850]: 83). Os anabatistas eram mais do que contestadores da ordem social, eram revolucionários e a religião era seu substrato político.

Para Engels, a religião não é apenas o reflexo invertido da realidade socioeconômica, ela pode antecipar o futuro propondo mudanças na realidade, afetando as “circunstâncias materiais existentes”. Em certas ocasiões, pode ser a força motriz dos oprimidos, a voz dos subjugados, a bandeira das lutas sociais. Contudo, para que isso ocorra, é necessária uma articulação muito específica entre os diversos elementos sociais, que favoreça a criação de uma religião contestadora da ordem vigente. São essas condições materiais que Engels busca investigar.

Seguindo as diversas reflexões de Engels sobre a dimensão religiosa, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar como este pensador e militante trata sociologicamente a questão da articulação orgânica entre o fenômeno religioso e a política no

contexto de luta de classes nas rebeliões camponesas que se desenrolaram na Alemanha em 1524-1525.

Nesta pesquisa, além de debruçarmo-nos sobre as obras do próprio Engels<sup>5</sup>, recorreremos a textos de seus comentadores, bem como de autores que se propõem a estudar a sociologia marxista da religião, como, por exemplo, Michael Löwy, Elizete da Silva, entre outros. Este trabalho conta com a colaboração de dois pesquisadores, a saber: Michael Löwy<sup>6</sup> e Lívia Cotrim (*in memoriam*)<sup>7</sup>, que participaram concedendo, gentilmente, uma entrevista, de acordo com a especialidade de cada um. Suas contribuições forneceram instrumentos analíticos para compreender a complexidade do sistema de pensamento de Engels (seus métodos, conceitos e categorias), a partir de diferentes perspectivas.

### **AS CIRCUNSTÂNCIAS MATERIAIS DOS CONFLITOS SOCIORRELIGIOSOS**

No prefácio à segunda edição da obra *As Guerras Camponesas na Alemanha*, Engels faz um paralelo entre as revoluções de 1848-1850 e de 1524-1525, mas, “apesar de tantas analogias, ambas as revoluções, a do século 16 e a de 1848-1850, diferenciam-se profundamente” (ENGELS, 2010 [1850]: 158). Uma das grandes diferenças é que a revolução de 1525 se desenvolveu especificamente na Alemanha, enquanto que a de 1848-1850 teve um contexto mais amplo, envolvendo o continente europeu como um todo. A análise sociológica sobre o movimento do século XIX fornece elementos para compreender as guerras camponesas de 1524-1525 e vice e versa.

Os esforços de Engels, ao refletir sobre essas duas experiências revolucionárias, têm por objetivo produzir um conhecimento prático político. Mauro Iasi afirma que, “todo o pano de fundo do trabalho de Engels é a paciente afirmação sobre a necessidade de os trabalhadores se apresentarem como força revolucionária autônoma, para não se diluírem nos caminhos da revolução burguesa” (2010: 16).

Sobre as insurreições camponesas na Alemanha, Engels elucida que o principal material utilizado para produzir suas reflexões são os estudos de Wilhelm Zimmermann:

<sup>5</sup> Para situar melhor o leitor em relação às citações diretas de Engels, o ano original de lançamento ou de escrita da obra virá em colchete logo após o ano da edição, por exemplo: (ENGELS, 2010 [1850]).

<sup>6</sup> Diretor emérito de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

<sup>7</sup> Lívia Cotrim, pouco tempo depois de colaborar com esta pesquisa, faleceu no dia 14 de agosto de 2019. Era professora do Centro Universitário Fundação Santo André (FSA).

A obra não pretende fornecer um material novo, fruto das minhas próprias investigações. Ao contrário, todo o material que se refere às insurreições camponesas e a Thomas Münzer foi recolhido em Zimmermann. Apesar das lacunas, o livro desse autor constitui a melhor compilação de dados aparecida até esta data. (ENGELS, 2010 [1850]: 39)

Vale à pena mencionar que este artigo não discutirá a qualidade científica dos resultados históricos obtidos por Engels, o que mais nos interessa é compreender como este pensa, sociologicamente, a questão do fenômeno religioso, que de acordo com Michael Löwy, são reflexões inovadoras, pois Engels teria criado “um novo modo de análise da religião, com base no estudo das ligações entre as mudanças econômicas, conflitos de classe e transformações religiosas” (1997: 39).

No primeiro capítulo, a narrativa de Engels se inicia com “uma análise da situação econômica e da estrutura social da Alemanha” (SILVA, 2007: 176), que no século XVI já atravessa um período de mudanças; uma parte do norte alemão já havia se emancipado do sistema feudal, “graças ao monopólio secular da navegação exercido pela Liga hanseática<sup>8</sup>” (ENGELS, 2010[1850]: 57). As inovações da tecnologia militar colocavam em xeque os antigos dispositivos de proteção do sistema econômico feudal, pois “a importância crescente da infantaria, o aperfeiçoamento das armas de fogo aniquilaram o seu poder guerreiro reduzindo a eficácia da cavalaria pesada e acabando com a fortaleza inexpugnável dos seus castelos” (ENGELS, 2010 [1850]: 61).

A pequena nobreza estava paulatinamente empobrecendo e o aumento nas cobranças de tributos e da servidão não lhes retirava da situação econômica que estavam experimentando, além disso, cresciam as divergências com os príncipes. De modo simplificado, a pequena nobreza passa a olhar com interesse o cabedal da Igreja Católica. “O clero, sobrecarregado de riquezas, parecia aos cavaleiros uma classe inútil; cobiçavam a sua enorme quantidade de bens, os seus tesouros acumulados graças ao celibato, e à constituição eclesiástica” (*Ibidem*). A Igreja Romana, representante ideológica do feudalismo medieval, também estava sendo golpeada pelas transformações históricas. Mesmo recebendo o dízimo, os direitos feudais e a cobrança

<sup>8</sup> A Liga hanseática era uma “federação de cidades do norte da Alemanha, formada para proteger interesses comerciais mútuos” (LOYN, Zahar, 1997: 445).

de outros impostos, o clero católico lançou mão de outra atividade que lhe garantia novos rendimentos: o “fabrico de imagens e relíquias milagrosas, à comercialização das peregrinações, à venda de bulas, o que conseguiram com bastante êxito durante algum tempo” (*Op. cit.*: 62).

Os servos tinham uma vida de carência material. Na maior parte do tempo, trabalhavam nas terras do senhor, e quando trabalhavam em suas próprias terras, eram obrigados a pagar o dízimo, e uma série de outros impostos, “não se podia casar nem morrer sem pagar alguma coisa ao seu senhor” (*Op. cit.*: 68). Inclusive, o senhor tinha o direito de pernada, “que concedia aos nobres a noite de núpcias de suas servas” (*Ibidem*).

Apesar de existência sofrida e humilhante, dificilmente os servos se rebelavam contra aquela estrutura tirânica. Para Engels, a subjetividade intrageracional, o padrão de sociabilidade, os fatores culturais e as diferentes dinâmicas de exploração de cada propriedade feudal desestimulavam a formação de movimentos insurretos. Para Engels, “o costume secular da submissão, transmitido de geração em geração, e em muitas regiões a perda do hábito de usar armas, a dureza maior ou menor da exploração que variava de acordo com a pessoa do senhor contribuíram para mantê-los imobilizados” (2010 [1850]: 68-69). Os movimentos camponeses contestadores durante a Idade Média eram localmente situados e “antes da guerra camponesa não se verificou nenhuma insurreição geral de todos os camponeses” (*Op. cit.*: 69).

Diante desse quadro, as reformas protestantes fizeram surgir dois grandes grupos (que não eram os únicos) de oposição à Igreja e às instituições feudais: os luteranos, que eram moderados e reformadores, representavam a burguesia e a pequena nobreza; e os anabatistas, liderados por Thomas Münzer, que eram uma vertente revolucionária que representava os interesses dos camponeses, plebeus e do nascente proletariado. No início das reformas, ambos se uniram para combater a Igreja Católica, que constituía o campo reacionário e representava os interesses do alto clero, o patriciado das cidades, o império e a alta nobreza. Apesar da participação intensa de diversas correntes religiosas nos conturbados eventos no início do

século XVI, Engels afirma que não se tratava de uma guerra religiosa, e sim de “interesses materiais e de classe muito positivos e essas guerras foram lutas de classe” (ENGELS: 2010 [1850]: 72).

Para compreender a dimensão religiosa das guerras camponesas é de extrema relevância considerar a importância que a Igreja Católica exercia não só na Alemanha, mas em toda a Europa ocidental. Para a historiadora Lívia Cotrim, “na Idade Média, a Igreja Católica (...) estava ligada à conservação do feudalismo, portanto, ao interesse das classes que nele dominavam. Nesse sentido, buscou resistir de diferentes maneiras ao avanço do capitalismo, seja em termos de organização produtiva, seja em termos do desenvolvimento científico e artístico” (COTRIM, 2019, entrevista concedida a esta pesquisa).

Essa instituição “era o grande centro internacional do feudalismo (...) [e] unia toda a Europa ocidental feudalizada” (ENGELS, 1999 [1880]: 30). Sua teologia penetrava todos os ramos da atividade intelectual, “o dogma da Igreja era simultaneamente axioma político e os textos sagrados tinham força de lei em todos os tribunais” (2010 [1850]: 73). Mesmo com a criação do ofício independente dos juristas, a Igreja permaneceu influenciando, vigorando como potência jurídica.

A Igreja Católica, na Idade Média, exercia influência sobre a maioria das instituições feudais, e se estruturou hierarquicamente “segundo o modelo feudal e era, afinal de contas, o maior de todos os senhores feudais, pois possuía pelo menos a terça parte de toda a propriedade territorial do mundo católico” (ENGELS, 1999 [1880]: 30). Era uma potência religiosa, econômica, política, jurídica, militar, educacional, científica, artística e filosófica. Neste sentido, “todas as doutrinas revolucionárias sociais e políticas deviam constituir em primeiro lugar heresias teológicas” (ENGELS, 2010 [1850]: 73).

No final do século XV e início do XVI, na Alemanha, a linguagem teológica era a força catalisadora dos descontentamentos das classes sociais. Como já dito, a Igreja Católica era a maior instituição da Europa ocidental, seu poder transcendia a própria dimensão religiosa e alcançava outras esferas da existência humana. Todo esse poderio, em parte, se explica pelo fato da Igreja ter se tornado uma “herdeira natural” do Império Romano, por reformular suas instituições e por se



estruturar numa rígida hierarquia, pela concentração de propriedades e pelo celibato clerical que impedia a divisão de seu patrimônio (FRANCO JUNIOR, 2001).

A Igreja Católica não permitia a livre interpretação dos textos bíblicos, e um dos mecanismos de controle adotado era a proibição da tradução da Bíblia. Os “textos sagrados” tinham de ser escritos e lidos exclusivamente em latim (herança do Império Romano). Essas e outras práticas permitiram ao corpo eclesiástico da igreja romana instituir um conjunto de normas e valores que se tornaram dominantes ao longo dos séculos no período medieval. Ela não detia apenas os meios materiais de sua dominação, mas também produzia as ideias dessa dominação e administrava a distribuição dessas ideias na sociedade<sup>9</sup>. Engels e Marx, na obra *A Ideologia Alemã*, postularam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (ENGELS; MARX, 2007 [1846]: 47).

Para preservar a unidade da Igreja, sua hegemonia e combater as heresias, organizavam-se concílios e sínodos. De acordo com Franco Junior, a “heresia era (...) um desvio dogmático que colocava em perigo a unidade de fé” (2001: 91). Aqueles que ousavam desafiar as regras estabelecidas pela doutrina católica sentiam o peso dessa instituição, que acionava uma série de mecanismos punitivos, que poderiam resultar, em excomunhão, torturas físicas e até mesmo em subtração da vida. Todavia, todas as ações eram justificadas teologicamente, para Engels, “essa supremacia da teologia em todos os ramos da atividade intelectual era devida também à posição singular da Igreja como símbolo e sanção da ordem feudal” (2010 [1850]: 73).

Foi dentro desse contexto que a subversão doutrinária e teológica de Martinho Lutero contra a “Igreja Católica dera impulso aos elementos mais descontentes” (WILSON, 1987: 195). Entretanto, por mais que a ação do monge agostinho da Turíngia fosse de natureza doutrinária, ela foi captada politicamente pelos diversos setores insatisfeitos daquele período na Alemanha.

Engels percebe que as heresias se diferenciavam entre si conforme a classe social, os camponeses em geral apresentavam

<sup>9</sup> Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010[1844/45]) denomina de “maquinaria religiosa” a infraestrutura criada e utilizada pela igreja para a difusão de suas ideias.

propostas mais radicais que ameaçavam a hegemonia da Igreja Católica e do mundo feudal. Muitos movimentos exigiam “a restauração da igualdade cristã entre os membros da comunidade e o seu reconhecimento como norma para a sociedade inteira. A igualdade dos filhos de Deus deveria traduzir-se pela igualdade dos cidadãos e até pela dos seus bens” (ENGELS, 2010 [1850]: 75). Alguns movimentos representam muito bem essa tendência, como os albigenses (cátaros), os taboritas e os anabatistas.

Os anabatistas durante a reforma protestante foram aos poucos se aglutinando em torno da liderança do pastor protestante, Thomas Münzer. Este teólogo revolucionário idealizou um tipo de sociedade que Engels chegou a definir como “esboço de comunismo”, e suas concepções expressavam “as ânsias de toda uma fração da sociedade” (2010 [1850]: 76). Foi justamente sob a liderança de Münzer que plebeus e camponeses formaram um partido com um programa revolucionário.

Martinho Lutero, por sua vez, teve uma postura de desaprovação dos movimentos camponeses e plebeus, e afirmava que não era ele que condenava, mas sim o próprio Deus. Apesar dessa oposição entre Lutero e os camponeses sublevados, Engels afirma que Lutero involuntariamente teria contribuído para o surgimento de novas interpretações bíblicas ao traduzir a Bíblia do latim para o alemão. Isto acabou se tornando um material inflamável nas mãos dos movimentos insurgentes, uma vez que estes passaram a conhecer um cristianismo diferente do que era praticado pela Igreja Católica. “Na Bíblia tinha oposto do cristianismo simples dos primeiros séculos ao cristianismo feudal da época” (ENGELS, 2010 [1850]: 81).

No sentido dialético, a mesma Bíblia que serviu de instrumento de dominação, de justificativa das desigualdades sociais, para amansar os espíritos no sentido de convencer os servos a entregar de bom grado a “césar o que é de César e a Deus o que é de Deus”<sup>10</sup>, agora, nas mãos dos insurgentes, ganhava novas interpretações. “Esse instrumento fora empregado a fundo pelos camponeses contra os príncipes, a nobreza e os curas” (*Ibidem*). Já a Bíblia nas mãos de Martinho Lutero se voltava contra os revolucionários. Engels compreende que, politicamente, Lutero traiu aquilo que ele mesmo

<sup>10</sup> Bíblia Sagrada, Mateus, cap. 22, vers. 21.

iniciou e tudo isso em benefício dos príncipes que o apoiavam. Engels define o papel que Lutero e Münzer ocupavam naquele contexto da seguinte maneira: “Lutero, reformador burguês, oponhamos a Münzer, revolucionário plebeu” (*Ibidem*) – exatamente por seu caráter revolucionário que Engels demonstrava abertamente uma simpatia política por este último.

Münzer é, para Engels, um agitador, que, em seus discursos, incentivava a luta armada; o conteúdo de seus argumentos era teológico e se voltava contra aqueles que consideravam inimigos de Deus, do evangelho e do povo. Engels identificava as elaborações teológicas de Münzer como inovadoras: “sob as formas cristãs, Münzer ensinava um panteísmo que tem uma estranha semelhança com as teorias especulativas modernas, avizinhandose por vezes do ateísmo. Desprezava a Bíblia como revelação única” (*Op. cit.*: 82).

Thomas Münzer era um pregador protestante fervoroso, “que propunha o imediato estabelecimento do Reino de Deus na terra” (ENGELS, 2010 [1850]: 83), sua linguagem, seu modo de pensar e agir era fundamentado por valores teológicos. Este “profeta da revolução”, na assinatura de suas epístolas se auto intitulava “servo de Deus”, “servo de Deus, contra os ímpios”, ou então, assinava “Tomas Münzer, com a espada de Gideão”<sup>11</sup>. Seus discursos e textos eram repletos de referências a personalidades bíblicas e cada frase proferida era fundamentada nos textos do “livro sagrado”. Suas pregações eram, ao mesmo tempo, de natureza religiosa e política.

Na concepção de Münzer, “os príncipes e grandes senhores são a escória dedicada à usura, ao roubo e ao banditismo; apropriam-se de toda a criação; pertencem-lhes os peixes na água, as aves no ar e as plantas na terra. E, além disso, pregam aos pobres: ‘não roubarás’” (ENGELS, 2010 [1850]: 84). Essa situação que, inevitavelmente, massacrava as classes subalternas era inadmissível, somente o “estabelecimento imediato do reino de Deus, da era milenar de felicidade” (*Op. cit.*: 83) poderia inverter esse quadro. O reino de Deus na terra significava para Münzer “uma sociedade sem diferenças de classe, sem propriedade privada e sem poder estatal independente e estranho aos membros da sociedade” (*Ibidem*).

<sup>11</sup> MÜNZER, Thomas. Cartas de Thomas Müntzer. In: YODER, John Howard. *Textos escogidos de la Reforma radical*. Barcelona: Biblioteca Menno, 2016.

As posições políticas de Thomas Münzer sobre como a sociedade deveria se organizar inspirava-se teologicamente em uma determinada passagem do livro de Atos dos Apóstolos, que dizia: “todos os que tinham abraçado a fé reuniram-se e punham tudo em comum; vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um” (2002: 1905, cap. 2, ver. 44-45).

Thomas Münzer era extremamente ativo politicamente, fazia pregações, escrevia panfletos, enviava mensageiros para as diversas regiões da Alemanha e organizava pessoalmente a liga secreta de Alstedt. Denunciava a opressão dos príncipes, incentivava a morte de frades e a destruição de capelas, como a de Santa Maria em Mallerbach, próximo a Alstedt. As ideias de Münzer se difundiam na medida em que aumentava a agitação entre plebeus e camponeses, até encontrar “agentes inestimáveis na pessoa dos anabatistas” (ENGELS, 2010 [1850]: 86). De acordo com Engels, essa seita se caracterizava por não ter

um dogma positivo bem definido [e que] estava aglutinada pela oposição de todas as classes dominantes e pelo símbolo comum do segundo batismo, [além] disso, tinham uma vida severa e ascética; incansáveis, fanáticos e impávidos na agitação, tinham-se agrupado cada vez em redor de Münzer. (2010 [1850]: 86-87)

O reino de Deus da era milenar na terra, de acordo com Engels, não se tratava de uma ideia abstrata que estava distanciada da realidade, mas, pelo contrário, Münzer e os anabatistas tinham estratégias de ações muito bem definidas para alcançar seus objetivos, em síntese: matar os governantes ímpios; queimar castelos; descentralizar o dízimo; confiscar os bens eclesiásticos; todos os cidadãos deveriam trabalhar; acabar com os impostos etc. Essas eram propostas de ações práticas para o estabelecimento do reino de Deus na terra, se tratavam de ações que almejavam atingir as classes sociais e a propriedade privada, para, dessa forma, emancipar toda a humanidade.

Essa proposta era diferente do comunismo praticado e estimulado pelas primeiras comunidades cristãs no século I da Era Comum. Os primeiros cristãos incentivaram aqueles que tinham

propriedades a vendê-las e compartilhar o dinheiro obtido, distribuindo conforme a necessidade de cada um, e assim se promovia a igualdade entre os membros, de modo que ninguém teria mais recursos materiais acumulados do que o outro. Aqueles que guardassem uma parte do dinheiro para si seriam severamente punidos, isso pode ser verificado no caso de Ananias e sua esposa Safira em Atos dos Apóstolos:

Disse lhe então Pedro: "Ananias, por que encheu Satanás o teu coração para mentires ao Espírito Santo, retendo parte do preço do terreno?" (...) Ao ouvir estas palavras, Ananias caiu e expirou (...). Passou-se o intervalo de cerca de três horas. Sua esposa, nada sabendo do que sucedera, entrou. Pedro interpelou-a: "Dize-me, foi por tal preço que vendestes o terreno?" E ela respondeu "Sim, por tal preço" (...) No mesmo instante ela caiu a seus pés e expirou. (2002, 1908-9, cap. 05, vers. 03, 05, 07, 08 e 10)

Todavia, como bem observa Rosa Luxemburgo (1980), o comunismo dos primeiros cristãos estava fadado a durar pouco tempo, pois não se atingia a propriedade privada; o convertido, ao vender seus bens, estava apenas transferindo a propriedade para outrem através de uma transação comercial. Além disso, os recursos advindos da venda do imóvel tinham pouca durabilidade. "Após um pequeno lapso de tempo, as pessoas, tendo consumido as riquezas distribuídas, teriam uma vez mais as mãos vazias" (LUXEMBURGO, 1980: 32). O que está sendo socializado nessa experiência sociorreligiosa não é a propriedade e sim os elementos derivados dela, como dinheiro (a partir de operações comerciais) e produtos acabados.

Na obra *Anti-Duhring*, Engels afirma que a igualdade promovida pelas primeiras comunidades cristãs era limitada, uma vez que "os vestígios da comunidade dos bens (...) nos primeiros tempos da nova religião, tinham a sua origem mais na solidariedade entre os perseguidos do que numa verdadeira ideia de igualdade" (ENGELS, 1990 [1878]: 87). A verdadeira "igualdade entre os homens" estaria na concepção teológica de "pecado original, igualdade essa que se enquadrava perfeitamente no seu caráter de religião dos escravos e dos oprimidos" (*Ibidem*).



As propostas de Münzer e dos anabatistas ultrapassavam a do cristianismo primitivo, uma vez que difundiam a perspectiva da coletivização da propriedade, uma sociedade onde “tudo é de todos” (*omnia sunt communia*), porém as condições materiais existentes não eram favoráveis à sua realização – é o que vamos discutir na próxima seção.

### **EXPECTATIVAS *VERSUS* POSSIBILIDADES DE REALIZAÇÃO**

No sudoeste da Alemanha, Münzer se torna o “eixo de todo o movimento revolucionário”. Por meio de sua figura, se estabeleceu uma conexão entre as diversas regiões da Alemanha, inúmeras lideranças reconhecidas se tornaram seus signatários. Engels lhe atribui uma postura totalmente revolucionária, embora as condições materiais ainda não estivessem asseguradas para a implementação de um tipo de sociedade que este ator social idealizava.

Münzer “representava uma classe que se encontrava totalmente à margem da sociedade oficial, isto é, os germes do proletariado, pressentiu o comunismo” (ENGELS, 2010 [1850]: 130). Münzer produziu uma visão de mundo que estava associado à posição virtual que este ocupava na sociedade e seu histórico de relações. Engels afirma que, “na história da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que atuam sob o impulso da reflexão ou da paixão, buscando determinados fins; aqui nada se produz sem a intenção consciente, sem um fim desejado” (ENGELS, 1963 [1886]: 198). Isso não significa alcançar aquilo que foi planejado e sim a capacidade de atuar conscientemente no sentido de “colocar-se determinadas metas e empenhar-se em alcançá-las” (KOFLER, 2010: 112).

As forças motrizes identificadas por Engels que justificava a concepção de uma nova sociedade para o teólogo da revolução era a decomposição da estrutura feudal. As profundas mudanças no sistema social favoreceram a produção de novas concepções de sociedade no porvir, ainda que algumas delas não estivessem em plenas condições de ser implementadas, mas a idealização fazia parte de um movimento real, que estava abolindo o estado de coisas presentes. Em outras palavras, eram “o resultado, um pouco idealizado, mas necessário, da

dissolução em que se encontrava a sociedade feudal” (ENGELS, 2010 [1850]: 130).

Esse momento histórico favoreceu a pulverização de novas ideias de organização da sociedade, Thomas Münzer, exatamente nesse contexto, idealizou algo que ainda não era possível de se realizar, uma sociedade sem classes sociais. Concebeu também uma nova religião, totalmente diferente do modelo da Igreja Católica e dos reformadores luteranos, uma religião que seria mais próxima dos membros da comunidade. Para isso, Münzer pregava que era preciso eliminar a riqueza da igreja e descentralizar o dízimo, um dos objetivos dessas e outras ações era resgatar a igreja primitiva.

Por mais que as reivindicações camponesas fossem avançadas, elas paulatinamente se flexibilizaram no sentido de favorecer as pautas burguesas, “tiveram de se subordinar aos interesses definitivos dos burgueses e não às reivindicações momentâneas destes” (ENGELS, 2010 [1850]: 130). Por isso, Engels afirma que, por mais que Münzer representasse os camponeses, plebeus e os germes do proletariado, acabava tomando atitudes que convergiam com os interesses de uma classe que ele não representava. Por exemplo, a luta empreendida por Münzer pela unificação de moedas, pesos e medidas na cidade Alsted. Para Engels, “formularam-se reivindicações de acordo com os interesses da burguesia das cidades, muito mais do que no interesse dos camponeses” (*Ibidem*).

Neste sentido, o sujeito “vê se forçado a representar, não o seu partido ou sua classe, mas sim a classe chamada a dominar nesse momento” (*Op. cit.*: 142). No movimento da matéria, dada às condições materiais existentes, “o interesse do próprio movimento obriga-o a servir uma classe que não é a sua e a entreter a sua própria classe com palavras, promessas e com a afirmação de que os interesses daquela classe alheia são os da sua” (*Ibidem*).

Por mais que este líder revolucionário e sua perspectiva religiosa e política fosse uma expressividade do contexto sociohistórico, a “alteração da estrutura social que tinha imaginado não tinha qualquer fundamento nas circunstâncias materiais existentes” (*Op. cit.*: 143). Engels argumenta que, por mais que a classe social dos camponeses, plebeus e proletários fosse avançada em suas propostas e ações

práticas, sua autonomia era limitada em relação às outras classes sociais, pois as “circunstâncias materiais existentes” não permitiam que suas ações fossem dotadas de radicalidade como desejavam. Por mais que Münzer tivesse paixão revolucionária e o fervor religioso dos profetas do Antigo Testamento, a “classe que representava acabava de nascer e não estava<sup>12</sup>, de modo algum, completamente formada nem podia subjugar e transformar toda a sociedade” (*Ibidem*).

<sup>12</sup> Aqui, Engels se refere especificamente ao proletariado.

Outros aspectos também foram materialmente decisivos para inviabilizar a realização das pautas idealizadas por Münzer, como o isolamento, a carência de diálogo, comunicação e solidariedade entre os diversos movimentos e comunidades. Isso contribuiu para a falta de unidade política, teórica e prática entre eles. “Em cada província os camponeses atuavam por sua própria conta negando-se a ajudarem os seus vizinhos e como desse modo foram aniquilados isoladamente em sucessivas batalhas e por exércitos que nem sequer somavam a décima parte da totalidade dos insurgentes” (2010[1850]: 157). Há de se considerar também outros fatores, como os equívocos estratégicos, a falta de organização e disciplina, o desânimo, a deserção, o despreparo para o combate, a falta de material bélico adequado, deficiência logística etc.

Engels verifica dialeticamente as contradições internas dos fenômenos sociais e enxerga um grande distanciamento entre expectativas e possibilidade de realização. É neste sentido que Harnecker afirma que uma das grandes contribuições de Engels e Marx “é haverem eles descoberto que para estudar a sociedade não se deve partir do que os homens dizem, imaginam ou pensam, mas da forma em que produzem os bens materiais necessários à sua vida” (HARNECKER, 1981: 92).

De acordo com Michael Löwy (2015), Engels compreende que a concepção religiosa de Münzer não é um reflexo passivo da realidade, pelo contrário, a religiosidade do teólogo radical antecipava uma nova sociedade. É neste sentido que a doutrina política de Münzer “deriva diretamente do seu pensamento religioso revolucionário e antecipava-se à situação social e política da sua época, tal como a sua teologia se antecipava às ideias e conceitos correntes” (ENGELS, 2010 [1850]: 83).

A teologia revolucionária de Thomas Münzer o colocou como um “precursor do comunismo” que aspirava uma sociedade do “reino milenário de igualdade social republicana” (*Op. cit.*: 84). Sobre esse tema, Löwy afirma que “estamos aqui nos antípodas da teoria da ‘reflexão’: longe de ser a simples ‘expressão’ das condições existentes, a doutrina político-religiosa de Münzer apareceu como uma ‘antecipação genial’ das aspirações comunistas do futuro” (LÖWY, 1997: 34). Para Engels, as concepções de Thomas Münzer eram tão avançadas “que muitas seitas comunistas modernas em véspera da revolução de fevereiro [1848] não dispunham de um arsenal teórico tão rico como ‘os de Münzer’ no século 16” (ENGELS, 2010 [1850]: 83).

Para Engels, o cristianismo revolucionário münzeriano não é fonte de alienação e nem de enganação, pelo contrário, ela devolve a humanidade e fornece elementos para compreender as mazelas provocadas pelas estruturas sociais, se tornando, dessa forma, uma teologia a serviço da transformação social.

O que Engels propõe é algo novo: não mais uma discussão sobre a religião como “alienação da natureza humana” (Feuerbach e os neo-hegelianos de esquerda), ou como conspiração clerical para enganar o povo (a filosofia das Luzes). O que lhe interessa é a religião como fenômeno social e histórico, inserido no campo da *luta de classes* (LÖWY, 2019, entrevista concedida a esta pesquisa).

A partir das reflexões sociológicas e históricas de Engels, Ernst Bloch desenvolve, posteriormente, toda uma reflexão sobre a dimensão antecipadora da religião em Münzer. John Rex afirma que Ernst Bloch, “em seu livro sobre Thomas Münzer (1921), [...] vê a revolução anabatista do século XVI como uma pré-figuração daquilo que só em 1917 seria plenamente realizado com a revolução bolchevique” (REX, 2012: 63).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A obra, *As guerras camponesas na Alemanha*, não traz análises sobre os elementos litúrgicos, simbólicos ou mitológicos do fenômeno religioso. Apenas de modo superficial Engels trata de alguns desses aspectos. O que se encontra é exatamente um olhar atento sobre o papel desempenhado pela religião no contexto de luta de classes na

Alemanha no início do século XVI. Os aspectos teológicos são abordados na medida em que ajudam o autor a entender as especificidades políticas de cada força religiosa e quais as classes sociais vinculadas a cada uma delas por afinidade de sentido.

Três grandes forças religiosas são identificadas pelo socialista alemão: a Igreja Católica, que tinha uma posição reacionária; os luteranos, que se colocavam como moderados; e os anabatistas, que eram revolucionários. Ao longo deste trabalho, optamos por privilegiar este último, uma vez que é muito comum encontrar entre os adeptos do marxismo ideias que compreende o fenômeno religioso sendo intrinsecamente constituído por um conjunto de características, como a de ópio do povo<sup>13</sup>, fonte de alienação e de enganação, reflexo da estrutura socioeconômica, conservadorismo e reacionarismo<sup>14</sup>.

As análises de Engels acerca da atuação de Thomas Münzer e os anabatistas nas rebeliões camponesas não comportam nenhum desses pressupostos. Suas conclusões se contrapõem a essas interpretações, pois, na sua concepção, a religião não possui nenhuma essência em si, trata-se de um fenômeno histórico social, uma forma cultural em constante movimento que se transforma ininterruptamente, compondo e se decompondo incessantemente ao longo da história e assumindo variadas formas. Sua configuração está relacionada diretamente a seu histórico de interações e de uma combinação muito precisa entre diversos elementos sociais.

Abordamos a base material (os aspectos políticos, econômicos e religiosos) apontada por Engels que culminou nas guerras camponesas. O autor indica que a dissolução da sociedade feudal e a posição da Igreja Romana nesse sistema social foram cruciais não só para produzir esses conflitos, mas também para lhes caracterizar como sociorreligiosos. Apesar dos conflitos serem permeados por uma linguagem religiosa, Engels afirma que não era a dimensão religiosa que os engendra, e sim os fatores políticos e econômicos. No entanto, o fator religioso é extremamente importante e não é possível compreender esse período ignorando-o.

Pelas “condições materiais existentes”, Engels analisa quais eram as possibilidades de realização das propostas de cada força religiosa e classe social. No caso de Münzer e dos anabatistas, que representavam

<sup>13</sup> Michael Löwy chama atenção para o fato de que geralmente cita-se esta “frase de forma truncada: Marx fala da religião como ‘suspiro da criatura oprimida’, e como sendo, ao mesmo tempo, expressão da miséria real e protesto contra ela” (LÖWY, 2019, entrevista concedida a esta pesquisa). “A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (MARX, 2010 [1843/1844]: 145).

<sup>14</sup> Uma parte dessas concepções deriva de uma leitura parcial da Introdução à *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de Marx, de 1843/1844.



os plebeus, os camponeses e os germes do proletariado, as propostas para a produção de novos deveres societários eram avançadas, mas a base material não oferecia suporte para sua realização. Dentro daquelas circunstâncias, era mais favorável a realização das pautas da classe burguesa.

Engels se esforça por produzir uma análise completa que abrange as “múltiplas determinações” do objeto investigado, considerando os aspectos estruturais, conjunturais, situacionais, geográficos, micro e macro sociais. É com essas características que procura destrinchar analiticamente a relação entre religião e política na luta de classes que se desenvolveu na Alemanha na segunda década do século XVI.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

*BÍBLIA de Jerusalém*. Tradução de Ivo Storniolo, Euclides Martins Balancin, Jorge Cesar Mota *et.al.* São Paulo: Paulus, 2002, reimpressão 2019.

COTRIM, Livia. Entrevista concedida a esta pesquisa em 04 de julho de 2019.

ENGELS, Friedrich. As Guerras camponesas na Alemanha. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010[1850].

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (versão digital). Ridendo Castigat Mores, 1999 [1880].

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846].

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *Obras escolhidas*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963 [1886], pp.171-207.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Paz e Terra, 1990 [1878].

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média*. nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. São Paulo: Global, 1981.

RIBEIRO, Wallace Cabral. Religião, política e luta de classes: As reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso. *Revista Ensaios*, v. 17, jul-dez, 2020, p. 7-25.

IASI, Mauro. Introdução. In: ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp.07-34.

KOFLER, Leo. *História e Dialética*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LÖWY, Michael. *Engels como sociólogo da Religião* (Curso/aula 02), 2015. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=cXzd57sYOg4>>.

LÖWY, Michael. Entrevista concedida a esta pesquisa em 29 de abril de 2019.

LÖWY, Michael. Friedrich Engels et la religion. In: LABICA, Georges; DELBRACCIO, Mireille. *Friedrich Engels, Savant et Revolutionnaire*. Paris: Puf, 1997, pp. 29-39.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Disponível em:  
<<https://professordiegodelpasso.files.wordpress.com/2016/05/h-r-loyon-dicionc3a1rio-da-idade-mc3a9dia.pdf>>.

LUXEMBURGO, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas*. O Comunismo dos Primeiros Cristãos. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

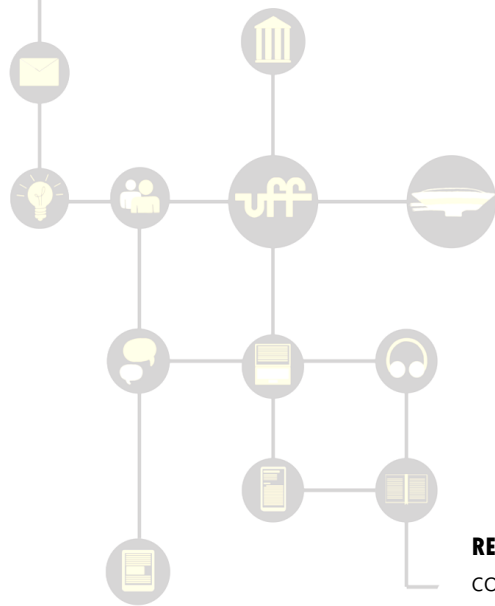
MARX, Karl. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1843/1844].

NETO, João Oliveira Ramos. *Fé Subversiva*. Uma análise do conflito sociopolítico da ideologia anabatista com as demais propostas da Reforma Protestante na Europa Central entre os anos de 1525 a 1555. Tese de Doutorado. 2016. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em:  
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6054/5/Tese%20-%20Jo%C3%A3o%20Oliveira%20Ramos%20Neto%20-%202016.pdf>>.

REX, John. Bloch, Ernest (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, pp. 62-63.

SILVA, Elizete da. Engels e a abordagem científica da religião. In: MOURA, Mauro Castelo Branco de et al (orgs.). *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 171-188.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



## EMPREENDIMENTOS EÓLICOS: O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE COMO RESTRIÇÃO AO ENGAJAMENTO NA AÇÃO COLETIVA<sup>1</sup>

Cassia Cardoso de Miranda<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo analisar especificidades que compõem a estrutura de restrições e oportunidades para os conflitos socioambientais decorrentes da implantação de empreendimentos eólicos no Brasil, na etapa de seu licenciamento ambiental. Para isso, apresenta algumas particularidades da implantação deste tipo de empreendimento de geração de energia, tanto em relação aos impactos quanto à legislação associada a eles. Por fim, sugere que sua divulgação vinculada à ideia de desenvolvimento sustentável implica grande aceitação social e, portanto, desmobiliza as resistências iniciais à sua instalação. Tais condições impõem restrições e oportunidades singulares para o engajamento na ação coletiva e demandam o desenvolvimento de novos repertórios confrontacionais que reivindiquem o não subdimensionamento de seus impactos e a devida atenção à legislação associada a esses empreendimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia Ambiental; Sustentabilidade; Conflitos Ambientais; Licenciamento Ambiental; Energia Eólica.

ENVIRONMENTAL LICENSING OF WIND FARMS: THE SUSTAINABILITY  
DISCOURSE AS A RESTRICTION ON ENGAGEMENT IN COLLECTIVE  
ACTION

**ABSTRACT:** The article aims to analyze specificities that draw up the structure of restrictions and opportunities for socio-environmental conflicts resulting from the implementation of wind farms in Brazil, in the stage of their environmental licensing. For this, it presents some particularities of the implementation of this type of energy generation projects, both in relation to the impacts and the legislation associated with them. Finally, it suggests that its dissemination linked to the idea of sustainable development implies great social acceptance and, therefore, demobilizes the initial resistance to its installation. Such conditions impose restrictions and unique opportunities for engaging in collective action and demand the development of new confrontational repertoires that claim the non-undersizing of their impacts and due attention to the legislation associated with these enterprises.

**KEYWORDS:** Environmental Sociology; Sustainability; Environmental Conflicts; Environmental Licensing; Wind Energy.

<sup>1</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e foi apresentado no Grupo de Trabalho "Sociologia Econômica" no VIII Seminário Fluminense de Sociologia 2019.

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da área de Sociologia Ambiental. Integrante do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA).

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar algumas especificidades da implantação (ou intenção de implantação) de empreendimentos eólicos no Brasil, divulgados como empreendimentos de geração sustentável e eficiente de energia, na etapa de seu licenciamento ambiental. As peculiaridades do processo de licenciamento destes empreendimentos acabam delineando uma estrutura de oportunidades particular para os conflitos ambientais nesse contexto e, conseqüentemente, demandam o desenvolvimento de novos repertórios confrontacionais pelos atores sociais envolvidos.

Os conflitos ambientais são aqui entendidos como aqueles decorrentes dos diferentes interesses relacionados ao uso ou apropriação dos recursos ambientais.

Os conceitos de “estrutura de oportunidades” e “repertórios confrontacionais”, que serão utilizados amplamente neste trabalho, foram desenvolvidos pelos teóricos da Teoria do Confronto Político (Cf. TARROW, 2009; TILLY, 1995, 2008). Tais teóricos defendem que a mudança nos padrões de oportunidades e restrições políticas proporciona abertura para que atores se engajem no confronto político “(...) e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto” (TARROW, 2009. p.38).

Tais repertórios de ação compreendem um conjunto de formas de ação política (como reuniões, passeatas, greves, panfletagem e outros) surgidas em meio a conflitos numa dada época e que a partir de então ficam à disposição dos atores sociais. Cada grupo particular, de forma a ganhar apoio, adapta e combina várias formas de confronto herdadas com novos quadros de significação que se adequem ao contexto em que se inserem.

A mencionada “estrutura de oportunidades políticas” não é algo absolutamente invariável e determinante para a ocorrência de confrontos políticos, mas um conjunto de indícios de possibilidade de surgimento de uma interação contenciosa.

A implantação de empreendimentos eólicos envolve assimetrias de poder similares àquelas observadas em empreendimentos mais amplamente utilizados na composição de nossa matriz energética, assim como em empreendimentos industriais de larga escala. No entanto, os empreendimentos eólicos são associados a impactos de baixa magnitude, ainda pouco estudados no meio técnico e acadêmico e divulgados para população de modo geral e, portanto, são de grande aceitação social. Sendo assim, sua divulgação vinculada à ideia de desenvolvimento e sustentabilidade implica o entrelaçamento de lógicas sociais específicas, que suscitam formas próprias de conflito ambiental e impõem restrições e oportunidades singulares para o engajamento na ação coletiva. Tal discurso acaba por contribuir, não para a construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento, mas sim para a desmobilização das resistências, servindo à lógica da ampliação do mercado.

Nos espaços previstos pelo licenciamento ambiental, os atores envolvidos (a empresa, o Estado, as consultorias, a população local, as associações civis etc.) precisam se posicionar em relação às possibilidades de instalação e operação de um empreendimento e acabam por desenvolver estratégias, discursos e práticas. O licenciamento se configura, nesse sentido, como um espaço privilegiado de análise dessas relações, como uma 'arena'<sup>3</sup>, na qual os diversos atores sociais estão envolvidos num tipo de interação assimétrica em que precisam influenciar as ações dos demais, orientados por uma complexa legislação e seus procedimentos, por seus interesses materiais e por um projeto de desenvolvimento subjacente.

Entendido desta forma, a abordagem do licenciamento ambiental permite a identificação não apenas das formas assumidas pela "ação coletiva de confronto" (TARROW, 2009), desempenhada pelos grupos impactados ou potencialmente impactados, mas também das estratégias econômicas e políticas do poder corporativo e do poder institucional. Trata-se de um momento crítico que evidencia um intrincado jogo de interesses, discursos e práticas a respeito do usufruto e apropriação dos recursos ambientais, por vezes contraditórios e conflitivos entre si.

<sup>3</sup>A noção de "arena" é tomada de Jean-Pierre Olivier de Sardan (2005), entendida como espaço em que "grupos estratégicos heterogêneos se confrontam, guiados por interesses mais ou menos compatíveis (materiais ou simbólicos), com os agentes possuindo diferentes níveis de influência ou poder."



Este trabalho, compreendido como uma etapa de uma pesquisa mais ampla em curso, pretende se limitar a apresentar algumas especificidades do processo de implantação e licenciamento de empreendimentos eólicos, que configuram estruturas de oportunidades particulares para os confrontos políticos, de forma a possibilitar posteriores reflexões sobre os repertórios confrontacionais nesse contexto, bem como a análise das lógicas envolvidas na arena do licenciamento destes empreendimentos de geração de energia.

Cabe ainda ressaltar que não é intenção negar o conflito como inerente às disputas pelo uso e apropriação dos recursos ambientais no sistema capitalista, nem afirmar que os empreendimentos eólicos se configuram como um potencializador de tais conflitos, mas apenas destacar algumas especificidades que a vinculação deste tipo de empreendimento ao discurso do desenvolvimento sustentável traz para a arena do licenciamento.

## **A ENERGIA EÓLICA NA MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL**

Muitos países têm ampliado o investimento no desenvolvimento de tecnologias para diversificar sua matriz energética<sup>4</sup>, em especial, incentivando o uso de fontes renováveis. Dentre estas fontes, nos últimos anos pôde-se notar a crescente relevância da fonte eólica na composição da matriz energética de países como China, EUA, Alemanha, Inglaterra, Brasil, entre outros.

No Brasil, o primeiro aerogerador instalado entrou em operação em 1992, no arquipélago de Fernando de Noronha/PE. Nos primeiros anos que se seguiram, a energia eólica permaneceu pouco significativa na matriz energética nacional, tanto pela falta de políticas quanto pelo alto custo da tecnologia.

Com a crise energética de 2001, evidenciou-se a necessidade de buscar novas formas de geração de energia no país. A tentativa de incentivar a contratação de empreendimentos de energia eólica se deu, no Brasil, por meio da criação do Programa Emergencial de Energia Eólica - Proeólica (Resolução 24/2001 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica), programa federal posteriormente substituído pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica –

<sup>4</sup>Matriz energética é uma representação do conjunto de fontes de energia utilizadas para compor a oferta energética em uma determinada região (matriz energética regional), país (matriz energética nacional) ou na totalidade do planeta (matriz energética mundial). A matriz elétrica, por sua vez, refere-se particularmente ao conjunto de fontes utilizadas para distribuição e consumo de energia elétrica.

Proinfa (Lei nº 10.482/2002). Este Programa, além de incentivar o desenvolvimento de fontes renováveis na composição da matriz energética, abriu caminho para a fixação da indústria de componentes e turbinas eólicas no Brasil, por apresentar a exigência de conteúdo nacional para os aerogeradores que fossem fomentados por esse programa.

Em 2009, ocorreu o primeiro leilão de comercialização de energia voltado exclusivamente para a fonte eólica que, a partir de então, passou a apresentar um crescimento efetivo. De acordo com estimativa da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓlica), essa fonte tem potencial de chegar a 14% de participação na geração de energia do país em 2026 (ABEEÓLICA, 2018), o que colocaria a energia eólica como a terceira principal fonte na matriz de geração de energia nacional, ficando atrás apenas das fontes hidrelétrica (60,32%) e termelétrica (20,5%).

Na matriz elétrica nacional, a participação da fonte eólica foi ampliada, passando de 0,2% em 2006 para 1,3% em 2012, 3,5% em 2015 e alcançando 8,3% em 2018 (ANEEL, 2019).

De acordo com dados de setembro de 2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o país conta com 618 Parques Eólicos em operação e 15GW de potência instalada em 14 estados, sendo 85% deles no Nordeste e, destes, 82% no Semiárido, região historicamente conhecida pela escassez de recursos. Segundo esta mesma fonte há ainda 54 empreendimentos em construção e 151 previstos.

O alto potencial eólico nacional pode ser em parte atribuído à boa qualidade dos ventos, com características de unidirecionalidade, constância e estabilidade de velocidade, abundantes em grande parte do litoral do país, sobretudo nas regiões Nordeste e Sul. Tem também importante papel no cenário de expansão da exploração desse potencial eólico o desenvolvimento de tecnologias que tornaram os investimentos economicamente viáveis e o estabelecimento no país de uma cadeia produtiva local, que envolve fabricantes de turbinas, pás e torres eólicas, dentre outros subcomponentes e insumos, além de empresas de transporte, consultorias de licenciamento, planejamento, comissionamento, obras etc. (Cf. ABDI, 2018).

Associado a esses fatores, é essencial destacar a relevância dos incentivos públicos, como o já mencionado Proinfa, que implicou na formulação de políticas que buscam tanto fomentar quanto regular e compensar os efeitos desses investimentos, e dos marcos regulatórios, como a Regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848/2004) e a Resolução nº 462/2014 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que trata do licenciamento ambiental de empreendimentos geradores de energia eólica. Destaca-se ainda o Programa FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financia a produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES.

No entanto, ambiguidades no processo de licenciamento associado a geração de energia eólica, somadas à falta de articulação entre os sistemas elétrico e ambiental, têm repercutido na segurança energética da matriz brasileira e, conseqüentemente, na expansão do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Algumas especificidades das políticas e do marco regulatório associado à exploração da energia eólica no Brasil serão tratadas a seguir.

### **ASPECTOS DE DESTAQUE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS EÓLICOS**

Instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e regulado pela Resolução Conama nº 237/1997, o licenciamento ambiental consiste em um conjunto bastante complexo de procedimentos burocráticos conduzidos por um órgão ambiental. Conforme o Decreto 99.274/1990, em seu art. 17:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis (Decreto 99.274/1990)

De forma bastante genérica, o núcleo do processo de licenciamento ambiental consiste na emissão de três licenças, que se

constituem também em etapas consecutivas<sup>5</sup>, sendo elas: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Para cada uma destas etapas, há um conjunto de procedimentos definidos a serem cumpridos pelo empreendedor. Tal burocratização, longe de evitar ambiguidades e garantir uma segurança jurídica, é regulada por uma sobreposição de legislações estaduais e federais. Conforme mencionado no relatório “Gargalos do licenciamento ambiental federal no Brasil” (HOFMANN, 2015), “(...) as licenças são reguladas, direta ou indiretamente, por cerca de 30 mil diferentes instrumentos legais produzidos pelos governos federal e estaduais” (p. 53), implicando um excesso de atos normativos, por vezes incongruentes ou sobrepostos. Tal complexidade produz um cenário de difícil atuação para os órgãos ambientais, afetando a eficiência na governança ambiental e o controle social por parte da população.

Embora os procedimentos do licenciamento ambiental prevejam poucos espaços formais para que ocorra a manifestação dos atores envolvidos, a interação entre estes não se restringe aos espaços normatizados do licenciamento. O momento anterior à submissão de solicitação de licenças já é permeado por interesses conflitantes e definição de estratégias. As análises da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que subsidiam o planejamento do setor energético e a definição dos lotes para leilões de concessões regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), já configuram um momento em que incidem diretamente os interesses governamentais e empresariais quanto a necessidade de geração de energia. É por meio destes leilões de energia e de transmissão que o governo coordena a expansão do parque gerador. A avaliação dos valores a serem ofertados pelas empresas nos leilões levam em consideração não apenas os aspectos geofísicos e biológicos, mas também características da população local, a existência ou não de populações tradicionais na região prevista para o empreendimento, potencial de conflitos socioambientais, atuação do órgão ambiental que deverá ser responsável pelo processo etc., para um cálculo estimado do valor que deverá ser gasto com o licenciamento ambiental para a implantação do empreendimento. Essa análise leva em consideração tanto os relatórios elaborados pelos órgãos concedentes quanto, por vezes,

<sup>5</sup>Isso não significa, no entanto, que o órgão ambiental não possa solicitar revisões ou complementações à licença anteriormente emitida.

estudos contratados pelos próprios investidores para nortear a viabilidade econômica de um empreendimento.

Além disso, a escolha dos municípios para sediarem os empreendimentos envolvem o contato direto com o poder público local, que vai se manifestar como um apoiador do empreendimento (seja pela promessa de melhorias para o município seja pela expectativa de obter benefícios pessoais) ou como contrário ao empreendimento (da mesma forma, por interferir em interesses próprios ou da população).

Em relação ao processo de licenciamento de empreendimentos eólicos, outras ambiguidades se somam às já apresentadas aqui. Desde a Resolução Conama 237/1997, teve início um processo de simplificação do processo de licenciamento ambiental, em uma única fase, para as instalações de pequeno potencial de impacto ambiental.

Art. 12. O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º. Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.

§ 2º. Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º. Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental. (Resolução Conama 237/1997)

No entanto, a resolução não estabelece os limites do que pode ser enquadrado nas categorias de “pequeno empreendimento” ou os critérios para aferição do “pequeno potencial de impacto ambiental”.

Essa ambiguidade abre espaço para uma disputa jurídica e uma ambiguidade no processo de licenciamento.

Com a crise energética de 2001, o governo criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, encarregada de estabelecer um programa estratégico emergencial e adotar medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e oferta de energia elétrica, diversificando a matriz energética para reduzir a dependência do sistema hidrológico em vista dos baixos índices pluviométricos do período. Nesse bojo, foi editada pelo Conama a Resolução 279/2001, que propunha a simplificação do licenciamento ambiental, com prazo reduzido, para os empreendimentos eólicos e seus sistemas associados, e revogaria a exigência de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que supõe o atendimento às exigências previstas pela Resolução Conama 001/1986, facultando a licença ambiental mediante a apresentação do Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Em 2009 o governo federal instituiu, por meio da Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que previa a obrigação de ações para o aumento da oferta de fontes alternativas de energia renováveis, como a fonte eólica, a fim de que fossem cumpridas as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estipuladas para o SEB e promovendo uma economia de baixo consumo de carbono na geração de energia elétrica. Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro leilão governamental contemplando a energia eólica. Cinco anos depois, foi estabelecido com a Resolução Conama 462/2014 o planejamento normativo que buscava sanar algumas imprecisões conceituais para a otimização do licenciamento de empreendimentos de geração de energia eólica em superfície terrestre.

No entanto, a sobreposição de algumas normas estaduais e municipais, assim como o excesso de normativas infralegais e a subjetividade dos termos utilizados acabam por manter ambiguidades no processo, o que evidencia a pressão social dos atores que aí interagem e o complexo jogo de interesses que engendra a constante disputa por tais marcos regulatórios. Rose Hofmann (2015), em seu relatório, afirma que a “insuficiência de padrões para o



estabelecimento de condicionantes, assim como falta de metodologia institucionalizada para o acompanhamento de sua efetividade [...] é um terreno fértil para a divergência” (p.41).

Cabe ressaltar que tal arcabouço jurídico-regulatório, composto por resoluções, portarias e normativas frágeis, que podem ser criadas e modificadas com facilidade, acabam por criar uma estrutura de oportunidades para que os conflitos se estabeleçam nesse âmbito das disputas jurídicas, implicando numa tendência de judicialização dos processos de licenciamento ambiental e na necessidade de que os atores envolvidos dominem essa miríade de procedimentos.

Vale também lembrar que os complexos eólicos estão instalados, de um modo geral, ao longo da costa brasileira, que, além de seu potencial turístico, é a mais densamente povoada do território nacional. Somado a isso, ressalta-se a dificuldade de uma normativa única, já que essa ampla faixa litorânea possui características físicas, bióticas e socioeconômicas diversas.

Esta identificação das disputas e ambiguidades no processo de licenciamento ambiental, em especial dos processos de licenciamento de empreendimentos eólicos, entendidos como atividades de geração sustentável e eficiente de energia, permitem perceber que tal cenário cria uma estrutura de oportunidades específica para o conflito ambiental e ação coletiva confrontacional. O processo de licenciamento ambiental permite, portanto, uma análise privilegiada dessas relações, na medida em que os próprios procedimentos que o compõem com objetivo de regular e minorar as assimetrias das relações envolvidas no conflito envolvem disputas e colocam em evidência os interesses e as estratégias de cada ator social.

### **IMPACTOS ASSOCIADOS AOS EMPREENDIMENTOS EÓLICOS**

A crescente importância da energia eólica na matriz energética mundial e nacional começa a chamar atenção não apenas por seu potencial em desenvolvimento, mas também pelas expressivas transformações promovidas pela implantação dos parques eólicos nos municípios que sediam estes empreendimentos. Como é comum em processos construtivos de grande porte, a implantação deste tipo de

empreendimento se caracteriza, de modo geral, por mobilizar grande contingente de capital e mão-de-obra e por envolver novos usos do espaço segundo uma lógica externa aos territórios em que são construídos, interferindo de forma direta na organização dos municípios e nos modos de vida de sua população.

Cabe destacar que, como afirma a antropóloga Lygia Sigaud (1986) ao tratar de impactos sociais de barragens, os impactos sociais da implantação de um empreendimento não resultam exclusivamente da intervenção imposta de cima pelo Estado, ou do modo como empresas encaminham os projetos e soluções, ou mesmo das características técnicas do planejamento e implantação da planta, mas de um processo marcado por conflitos de interesses cujo resultado depende do embate de forças sociais presentes. Segundo a antropóloga, “[e]ssas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas ao longo do tempo [...]” (SIGAUD, 1986, p.34). Depreende-se disso que não é possível generalizar os impactos ocorridos em distintos locais e tempos, “sob pena de se perder a especificidade do concreto da vida social” (Ibidem. p.34). O que se pretende aqui, portanto, não é apresentar um roteiro para análise de impactos esvaziado de conteúdo, mas apresentar impactos já previamente identificados em estudos realizados localmente, a fim de exemplificar algumas das práticas e efeitos da implantação de eólicas. A sistematização de impactos não significa que eles tenham se manifestado igualmente em todos os projetos eólicos, mas sim de forma particular em cada caso, de acordo com as “forças sociais” em jogo. De toda forma, este exercício possibilitou a identificação de algumas semelhanças e aproximações, que serão aqui indicadas.

A chegada dos parques eólicos em um município é apresentada como uma ‘boa nova’, apontando para a contribuição ao desenvolvimento socioeconômico em nível regional e local, via geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos. Mas apesar da divulgação positiva da chegada do empreendimento, o que se verifica em geral é que a contratação de trabalhadores é mais intensiva na

etapa de obras civis de construção, que tem duração de 06 a 12 meses. Por demandar trabalhadores com habilidades e conhecimentos específicos para a construção civil, a mão de obra local nem sempre é contratada. Os postos de trabalho de longo prazo (período de operação) são mínimos e as demandas de mão de obra de alta especialização vem de fora da região, muitas vezes mesmo de fora do país. Sendo assim, há um significativo aumento populacional temporário, que pode potencializar vulnerabilidades sociais dos municípios.

Verificam-se também impactos ocasionados pela intensificação do fluxo de carros, caminhões e transporte de máquinas e peças. Este fluxo implica no aumento de poeira, rachaduras em casas, deterioração de vias, interferência no tráfego, aumento de atropelamentos e acidentes rodoviários, dentre outros. Além disso, considerando as dimensões das peças que integram os aerogeradores – uma pá eólica chega a alcançar 70 metros de comprimento e 10 toneladas –, para o transporte destas, costuma ser necessária a abertura de acessos e, por vezes, a remoção de moradias ou benfeitorias e a supressão vegetal.

O comprometimento dos corpos hídricos é também um impacto associado a esse processo construtivo, que ganha particular relevância se considerada a grande quantidade de empreendimentos eólicos em implantação na região do Semiárido, área que já sofre com a seca.

Em 2018, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) promoveu a análise da Avaliação e Impactos Ambientais (AIA) dos estudos ambientais de projetos eólicos e identificou os principais impactos socioambientais causados por empreendimentos desse tipo no Brasil (EPE, 2018). Foram avaliados 138 estudos ambientais dos projetos eólicos vencedores dos leilões de energia realizados no Brasil entre 2012 e 2017 sendo categorizados 53 impactos negativos e positivos<sup>6</sup>, dos quais 29 impactos eram dirigidos ao meio Socioeconômico (EPE, 2018). São eles:

- Geração de emprego e renda;
- Aumento da poluição sonora local;
- Alteração do padrão paisagístico e/ou cênico local;

<sup>6</sup>Conforme sinalizado anteriormente neste texto, a manifestação dos impactos depende do contexto e, portanto, sua classificação como positivo ou negativo deve ser um atributo a ser definido em cada Estudo de Impacto Ambiental de acordo com a análise do cenário específico da implantação do empreendimento.

Aumento da arrecadação tributária;  
Incremento do mercado de bens e serviços;  
Geração de expectativas na população;  
Contribuição ao conhecimento técnico-científico;  
Aumento da oferta de energia no sistema;  
Pressão sobre a infraestrutura viária;  
Incômodos à população local;  
Interferência sobre o patrimônio arqueológico;  
Pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos existentes;  
Danos a edificações existentes;  
Limitação do uso do solo e das atividades produtivas  
Aumento da especulação imobiliária;  
Aumento do afluxo populacional;  
Aumento da incidência de doenças;  
Interferência no cotidiano da população;  
Exposição da população ao campo eletromagnético  
Geração de conflitos e insegurança;  
Aumento da disponibilidade de habitat para fauna de interesse médico;  
Aumento de acidentes com animais peçonhentos;  
Interferência sobre aspectos e bens culturais;  
Incidência de efeito estroboscópico;  
Estímulo ao desenvolvimento turístico da região;  
Interferência sobre áreas de concessão de direitos minerários;  
Alteração na rede de polarização regional;  
Interferências em comunidades tradicionais.

Outro importante aspecto a ser destacado, que se configura como um desafio para a consolidação da fonte de energia eólica na matriz elétrica brasileira, é a necessidade de coordenação entre a expansão da construção de parques eólicos geradores de energia e o sistema de transmissão e distribuição de energia, já que alguns

parques eólicos do país não conseguem escoar sua produção devido à falta de conexão entre estes sistemas. Muitas vezes isso ocorre pois, embora os empreendimentos eólicos sejam regulados por legislação simplificada específica, as extensas linhas de transmissão (LTs) que os conectam à rede de distribuição de energia nem sempre se enquadram nessa mesma categoria de legislação, o que acaba implicando uma temporalidade diferenciada para o licenciamento (e processo construtivo) do empreendimento gerador e do transmissor de energia. Com isso, alguns parques eólicos ficam ociosos por tempo desnecessário, o que pode ser utilizado como elemento de pressão para aceitação das licenças das LTs por parte dos órgãos governamentais e da população, sob o risco de inutilizar as obras já realizadas (e impactos já sofridos) caso os parques não sejam interligados ao sistema de distribuição de energia devido à demora ou não obtenção da licença para a LT. Mais uma vez aqui, nota-se que o atributo “sustentável” dos empreendimentos eólicos acabam por gerar situações que se contrapõem a esta ideia. Conforme Gilbert Rist (2000), deveria nos surpreender a confusão entre o desenvolvimento que realmente se realiza, com efeitos que “saltam aos olhos”, mas que não se quer ver, e o desenvolvimento idealizado, mas que não existe em lugar nenhum<sup>7</sup>.

Sendo assim, o desconhecimento em relação a estes impactos e a “novidade” deste tipo de empreendimento e sua associação ao discurso da sustentabilidade, somada a ambiguidade jurídica explicitada acima, sugerem uma aceitação social e pouca resistência por parte da população e do poder público local em sua etapa prévia, diferentemente do que ocorre quando da implantação de outros tipos de empreendimentos de grande porte de impactos já conhecidos e em relação aos quais já foram desenvolvidas estratégias e repertórios de enfrentamento. Quando os impactos da implantação das plantas eólicas se apresentam, os espaços previstos pelo licenciamento para a manifestação de divergências e mediação dos conflitos, como as audiências públicas e emissão de licenças prévia e de instalação, já foram superados e, portanto, é necessário criar espaços não institucionalizados para comportar as reivindicações que surgem.

<sup>7</sup>Segundo G. Rist, esta ilusão resulta do caráter religioso que envolve a ideia de “desenvolvimento” no pensamento ocidental. O autor afirma: “Como lo mostró Durkheim, toda religión constituye un sistema de creencias que implica prácticas obligatorias, no porque los miembros de la sociedad que comparten esas creencias están íntimamente convencidos de su buen fundamento, sino porque no les resulta posible no creer em ello – porque cada uno cree que todos los demás creen – so pena de ser excluidos de la sociedad” [Como mostrou Durkheim, toda religião constitui um sistema de crenças que implica práticas obrigatórias, não porque os membros da sociedade que compartilham estas crenças estejam intimamente convencidos de sua boa fundamentação, mas sim porque não lhes é possível não creer nele – porque cada um crê que todos os demais creem – sob pena de serem excluídos da sociedade.] (RIST, 2000 . p.147)

Há, portanto, uma modificação nas oportunidades e restrições políticas para a ocorrência das ações coletivas e a necessidade de novos repertórios de enfrentamento. Experiências como a judicialização dos processos, por exemplo, acabam por se evidenciar como estratégias para as ações contenciosas que tendem a conformar um “repertório” confrontacional, que extrapola os limites previstos pelo licenciamento, para o enfrentamento de estratégias empresariais neste campo.

## **CONCLUSÃO**

O discurso do ambientalmente sustentável, associado ao discurso do progresso e da modernização, que vem impulsionando a expansão da exploração da fonte eólica, tem levado a um subdimensionamento dos impactos desse tipo de empreendimento, que por vezes também está atrelado a práticas socialmente injustas como invasão de propriedades, apropriação de territórios tradicionais, desmatamento, comprometimento de corpos hídricos, especulação imobiliária, aumento de violência e prostituição infantil, entre outros mencionados ao longo deste artigo.

O licenciamento ambiental é um processo complexo, cuja regulação, não sem intencionalidades envolvidas, carece de clareza e objetividade, com inúmeros procedimentos desarticulados entre os setores. Soma-se a isso, no caso dos recursos eólicos, que os impactos de sua exploração ainda não são totalmente conhecidos, devido à utilização de tecnologias novas, algumas ainda em teste.

Considerando-se que é a partir da percepção dos diferentes interesses relacionados ao uso ou apropriação dos recursos ambientais que os grupos se mobilizam para tentar modificar as estratégias empresariais, observa-se que os discursos envolvidos na defesa do desenvolvimento sustentável, no qual se insere o fomento aos empreendimentos eólicos, acaba por impor restrições e oportunidades singulares para o engajamento na ação coletiva e dá forma a especificidades nos conflitos ambientais analisados no contexto da arena do licenciamento destes empreendimentos.



Não se trata de afirmar a que a estrutura de oportunidades de engajamento potencialize os conflitos associados a estes empreendimentos, mas, ao contrário, sugerir que a associação ao discurso de desenvolvimento sustentável acaba conformando uma aceitação social que vai no sentido inverso de uma apregoada racionalidade ecológica. Acompanhado do adjetivo “sustentável”, o desenvolvimento assume uma aparência de conciliação com o meio ambiente e a participação social, mas acaba por reproduzir a destruição pela qual tem sido responsável e enfraquece as resistências que se articulavam. Ou seja, a ideia de sustentabilidade é mobilizada como uma ficção, sem correspondência em alguma nova perspectiva de desenvolvimento, como forma de manter e ampliar o atual modelo de desenvolvimento orientado pela lógica de mercado.

Por fim, cabe defender que a análise centrada no licenciamento ambiental dá visibilidade às relações sociais e ações coletivas conflitivas decorrentes da implantação de empreendimentos. A disputa pelos instrumentos da política ambiental brasileira que regulam estes grandes empreendimentos estão alinhados às diretrizes e políticas internacionais formuladas pelas agências multilaterais e/ou instituições de financiamento internacionais, que regulamentam o mercado empresarial e os interesses dos Estados. Desta forma, a análise desses procedimentos administrativos que configuram, junto aos atores envolvidos, a arena do licenciamento ambiental com foco no licenciamento de empreendimentos eólicos, possibilita, além de uma análise das lógicas sociais envolvidas, debates mais amplos sobre os efeitos socioambientais do desenvolvimento, vinculando a questão do meio ambiente a construção de novas questões sociais e agendas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Mapeamento da cadeia produtiva de indústria eólica no Brasil*. Disponível em: [http://inteligencia.abdi.com.br/wp-content/uploads/2017/08/2018-08-07\\_ABDI\\_relatorio\\_6-1\\_atualizacao-do-mapeamento-da-cadeia-produtiva-da-industria-eolica-no-brasil-WEB.pdf](http://inteligencia.abdi.com.br/wp-content/uploads/2017/08/2018-08-07_ABDI_relatorio_6-1_atualizacao-do-mapeamento-da-cadeia-produtiva-da-industria-eolica-no-brasil-WEB.pdf). 2018.

ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica. *Boletim anual de geração eólica*. 2017.

ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica. *Dados mensais - Fevereiro de 2018*. Disponível em <http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Dados-Mensais-ABEEolica-02.2018.pdf>. 2018.

ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *BIG - Banco de Informações de Geração*. Disponível em <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em fevereiro de 2019.

ALONSO Ângela. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". *Sociologia & Antropologia*, v.02, nº 03, pp.21 – 41. Rio de Janeiro, 2012.

ALONSO Ângela; BOTELHO, André. "Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow". *Sociologia & Antropologia*, v.02, nº 03, pp.11 – 19. Rio de Janeiro, 2012.

BIERSCHENCK, Tomas. "Enchevêtement des logiques sociales: Jean-Pierre Olivier de Sardan, um anthropologue du développement". Em: BIRSCHENCK, Tomas et ali (orgs.) *Une anthropologie entre rigueur et engagement*. Paris/Leiden: Karthala/APAD, p. 25 – 47. 2007.

BRANNSTROM, Christian et al. "Perspectivas geográficas nas transformações do litoral brasileiro pela energia eólica". *Revista Brasileira de Geografia*. v. 63, n. 1, p. 03-28. Rio de Janeiro, jan./jun. 2018.

BRINGEL, Breno. "A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow." *Política & Sociedade*, Vol. 10, nº 18. Florianópolis, 2011.

BRONZ, Deborah. *Nos bastidores do Licenciamento Ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

BRONZ, Deborah. "Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI". *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARNEIRO, Marcelo. "Práticas, discursos e arenas. Notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento". *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, vol. 02, nº 04, p. 129-158. 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). *Avaliação de Impacto Ambiental em projetos eólicos no Brasil: uma análise a partir de estudos ambientais de empreendimentos vencedores nos leilões de energia*. Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto. Fortaleza, outubro de 2018.

HOFMANN, Rose Mirian. Estudo. *Gargalos do licenciamento ambiental federal no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Área XI - Meio Ambiente e Temas Afins, julho de 2015.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. "Para mapear o confronto político". *Lua Nova*, nº 76, São Paulo, 2009.

RIST, Gilbert. "La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo?" In: KLIKSBURG, B.; TOMASSINI, L. (comp.) *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, 2000. p.129-150.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier De. *Anthropology and Development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books, 2005.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Machadinho e Sobradinho*. Comunicação nº 09. Programa de pós-graduação em antropologia social. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, 1986.

TARROW, Sidney. "Global, conventional and warring movements and the suppression of contention. Themes in contentious politics research". *Política & Sociedade*, 10/18, p.25-49. 2011.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. "Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834". In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

TRALDI, Mariana. "Os impactos socioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro". *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universitat de Barcelona, 2018.

#### DOCUMENTAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

*Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 2; 4; 9; 12. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.

*Resolução Conama 001/1986*. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1986.

*Resolução Conama 009/1987*. Dispõe sobre o rito para realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1987.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

*Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990*. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

*Resolução Conama 237/1997.* Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental. Brasília, DF: Conama, 19 dez. 1997.

*Resolução Aneel 395/98.* Estabelece os procedimentos gerais para registro e aprovação de estudos de viabilidade e projeto básico de empreendimentos de geração hidrelétrica, assim como da autorização para exploração de centrais hidrelétricas até 30 MW e dá outras providências.

*Resolução Conama 279/2001.* Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. Brasília, DF: Conama, 2001.

*Decreto nº 4340/2002.* Regulamenta artigos da Lei nº-9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

*Lei 10.438, de 26 de abril de 2002.* Conversão da MPv 14/2001. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

*Lei 10.848, de 15 de março de 2004.* [Regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico] Conversão da MPv 144/2003. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República 2004.

*Decreto 5.205, de 30 de março de 2004.* Regulamenta o inciso I e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no que dispõem sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, primeira etapa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

*Resolução Conama 371/2006.* Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências. Brasília, DF: Conama, 2006.

*Instrução Normativa Ibama nº 184, de 17/07/2008.* Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

*Resolução Normativa 391/2009.* Estabelece os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração e alteração da capacidade instalada de usinas eólicas, os procedimentos para registro de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida e dá outras providências. Brasília, DF: Aneel, 15 dez. 2009.

*Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009.* Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

*Portaria 421/2011.* Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 26 out. 2011.

*Lei complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.* Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das



florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

*Instrução Normativa Ibama 02/2012.* Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Ibama. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

*Resolução Conama 462/2014.* Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA n.º 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF: Conama, 24 jul. 2014.

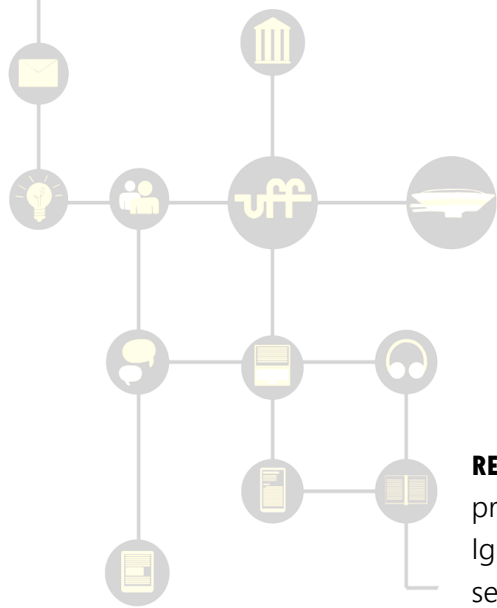
*Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015.* Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Brasília, DF: MMA/Cultura/Saúde, 2015.

*Decreto 8.437, de 22 de abril de 2015.* Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

*Projeto de Lei 168, de 10 de abril de 2018.* Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica. Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE). Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

*Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018.* Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

*Instrução Normativa Ibama nº 8, de 20/02/2019.* Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para o Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) ou Órgão Municipal de Meio Ambiente (OMMA). Brasília, IBAMA, 2019.



## EMOÇÕES PARA SENTIR E PENSAR: INTERAÇÕES ENTRE PROFESSORES E ALUNOS<sup>1</sup>

Bruna Navarone Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Pretende-se compreender o papel das emoções no processo formativo dos jovens de escolas estaduais em Nova Iguaçu, mediante análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com dois professores e dois alunos destas escolas. Considerando os sentimentos que expressamos como mediados por normas coletivas implícitas que orientam comportamentos, investigando como as emoções nas performances dos docentes e discentes são expressadas para lidar com o processo de ensino e aprendizagem. Também se analisa alguns significados atribuídos a hierarquia na relação entre educadores e estudantes, e como ocorre a negociação destas posições hierárquicas entre eles no processo de ensino e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emoção; Sociologia; Educação; Ensino Médio.

### EMOTIONS TO FEEL AND THINK: INTERACTIONS BETWEEN TEACHERS AND STUDENTS

**ABSTRACT:** The intention is to understand the role of emotions in the formative process of the students from state schools in Nova Iguaçu, using content analysis of semistructured interviews with two teachers and two students of these schools. Based on the view that the feelings we express are mediated by implicit collective norms that guide behavior, it is investigated how the emotions in the performances of teachers and students are expressed to deal with the teaching and learning process. Also it is analyzed some meanings attributed to the hierarchy in the relationship between teachers and students and how the negotiation of these hierarchical positions between them occurs in the teaching and learning process.

**KEYWORDS:** Emotions; Sociology; Education; High School

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da monografia de graduação, apresentada em 2018, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharelado em Ciências Sociais.

<sup>2</sup> Bacharel e Licencianda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Ciências Sociais. Mestranda em Ensino em Biociências e Saúde na Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto Oswaldo Cruz.

## **INTRODUÇÃO**

Problematiza-se a crença de que as emoções pertencem aos indivíduos como uma característica particular de cada um, pois se tornar membro da sociedade ocidental significa ensinar e aprender, socialmente e controladamente, a sentir e expressar as emoções (ELIAS, 1993). Considera que estas são mediadas por normas coletivas implícitas que orientam comportamentos que cada um expressa, de acordo com a sua apropriação pessoal de valores. A expressão das emoções também está relacionada à própria interpretação dos indivíduos diante de um evento que o afeta moralmente (LE BRETON, 2009).

Nesta investigação, pretende-se compreender o papel das emoções no processo formativo dos jovens de escolas estaduais em Nova Iguaçu, mediante análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas com dois professores e dois alunos destas escolas durante o período dos meses outubro e novembro de 2017. Há uma investigação de como as emoções nas performances dos docentes e discentes participam do processo de ensino e aprendizagem. Também se analisa alguns significados atribuídos a hierarquia, na relação entre docentes e estudantes, e como ocorre entre eles a negociação destas posições hierárquicas no processo de ensino e aprendizagem.

## **EMOÇÕES PARA INTERAGIR**

O Sociólogo Norbert Elias reflete sobre a história social europeia em termos de transição de um controle externo das emoções para um autocontrole quando a regulação do corpo humano, principalmente quanto a expressão das emoções, sofre um processo civilizador. Este fenômeno está relacionado com as funções sociais que se tornam cada vez mais diferenciadas, durante a industrialização, sob pressão da produtividade competitiva. Quanto mais diferenciadas se tornam, mais cresce o número de funções e pessoas, das quais, os indivíduos constantemente dependem para realizar suas ações. As relações de interdependência se tornam tão extensas e o esforço necessário para se comportar nestas, de acordo com as expectativas sociais, torna-se tão constante que se estabelece um aparelho de autocontrole ao

mesmo tempo consciente e inconsciente nos indivíduos (ELIAS,1993). Com base nesta reflexão, compreende-se que na sociedade ocidental atual, a interiorização e expressão das emoções pode ser mediada pelo autocontrole que tem sido aprendido socialmente. Este autocontrole também tende a reger as interações entre os indivíduos desta sociedade enquanto código cultural (LE BRETON, 2009).

Neste sentido, os indivíduos nas suas performances emotivas podem se engajar em ações estratégicas com base num *script* cultural. Este, guia as ações, pois abrange normas e ideologias que compõem uma bagagem de conhecimento, aprendida socialmente, sobre quais emoções e como estas devem ser sentidas e expressadas num dado contexto (ZEMBYLAS, 2016). Os autores têm autonomia para manipular estrategicamente tal expressão regrada das emoções pelo fato de terem a capacidade para o controle expressivo das emoções, principalmente, quando há discrepância entre o que experimentam e o que as ideologias e normas de um dado contexto exige que comuniquem (TURNER e STETS, 2006).

### **AS EMOÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Nesta relação entre professores e alunos, a regulação da expressão das emoções por parte de ambos tem sido ensinada por normas sociais e culturais em termos do que é considerado apropriado ou não. Emoções podem ser construídas em relações de poder e sistema de valores aprendidos no âmbito cultural, familiar e escolar, tais âmbitos influenciam como e quando certas emoções são comunicadas na interação. Também é pela performance das emoções que estes docentes lidam com as demandas dos estudantes e as exigências quanto ao papel do professor (ZEMBYLAS, 2003).

Ponderando um possível papel do contexto em condicionar as respostas emotivas dos alunos e a capacidade dos professores em interpretá-las e respondê-las, com base na noção de *Emotional Scaffolding*. Reconhece-se o uso pedagógico de analogias, metáforas e narrativas pelos professores para influenciar as respostas emotivas dos alunos em relação aos conteúdos disciplinares (ROSIEK, 2003). Nesta relação, o trabalho dos docentes lida tanto com o desempenho escolar dos estudantes como também com a sua expressão das emoções em relação aos conteúdos a serem ensinados.

Os professores também têm sido reconhecidos pela prática *caring* que significa "(...) emoções, ações e reflexões que resultam de um desejo do professor de motivar, ajudar ou inspirar os estudantes." (O'CONNOR, 2006, tradução nossa, p.117). Tem de considerar dois tipos de comportamento quanto ao *caring*: 1) performativo: comportamentos com a intenção de motivar os estudantes para realizar objetivos pedagógicos; 2) profissional: a gestão e manutenção de relacionamentos com os estudantes, apropriados ao fim de manter um papel profissional (O'CONNOR, 2006, p.121, tradução nossa).

No que diz respeito a emoção que pode participar desta prática *caring* (ROSIEK, 2001) considera-se a amizade. Com base nas análises da antropóloga Claudia Barcellos Rezende (2001) entende-se esta emoção como uma relação pessoal e privada que se estabelece pela própria decisão dos que participam. Predomina a preocupação em afirmar a mutualidade entre amigos para distingui-la da assimetria de uma relação clientelista ou comercial. Nesta perspectiva, a amizade é uma relação de igualdade e se diferencia daquelas que não são voluntárias, como o parentesco. Esta concepção de amizade não é universal, pois é baseada numa concepção de pessoa ocidental moderna que é autônoma para escolher suas amizades e criar regras da relação. Esta antropóloga sugere que a amizade seja pensada em relação à afinidade quanto a semelhanças que mediam diferenças e aproxima as pessoas nesta relação (REZENDE, 2001).

## **METODOLOGIA**

Prioriza-se os relatos dos professores às perguntas quanto a como avaliam a sua relação em sala de aula com alunos do Ensino Médio: como lidam com os diferentes comportamentos destes; se e como as disposições dos educadores influenciam o desempenho escolar dos estudantes, no que diz respeito a cumprirem as atividades exigidas pelas respectivas disciplinas. Quanto aos alunos, destaca-se o modo como avaliam a sua relação com os docentes em sala de aula: como lidam com os diferentes comportamentos destes; se e como o comportamento dos professores influenciam no seu desempenho escolar. Analisam-se quatro entrevistas tendo em vista apontar como essas pessoas pensam o processo de ensino e aprendizagem e se e como as emoções o integram.



Estes relatos são tratados a partir da análise de conteúdo sugerida pela cientista social Maria Cecília de Souza Minayo (1994). Os áudios das entrevistas realizadas com dois professores e dois alunos foram transcritos. Considerando os objetivos e as questões desta pesquisa, já citadas, destaca-se algumas frases dos relatos e o contexto que apresenta seus significados. Também se investiga o que está subjacente aos relatos destes docentes e estudantes, estabelecendo-se articulações entre os dados e os referenciais teóricos desta pesquisa com base nos objetivos (MINAYO, 1994).

## **O MESTRE APRENDE**

Em novembro de 2017, entrevistei a professora de Matemática, Dália<sup>3</sup>, numa escola estadual em Nova Iguaçu. Dália tem 37 anos, mora num bairro em Nova Iguaçu, graduou-se em Matemática, modalidade Licenciatura, numa instituição privada da cidade e fez pós-graduação na área de Novas Tecnologias no ensino da Matemática numa instituição pública em Niterói. Sua mãe tem o ensino fundamental completo e seu pai tem o ensino fundamental incompleto. Formou-se na licenciatura em Matemática, a qual não era sua primeira opção, ela e seu pai queriam que cursasse Engenharia. Contudo, na época, seus pais não puderam financiar. Optou por cursar Física, mas nesta época não havia alunos suficientes para formar turma. Posteriormente, escolheu se licenciar em Matemática. Ela já gostava dessa área e se formou nesta em 2003. Em 2004, Dália começou a lecionar por contrato numa turma de primeiro ano do Ensino Médio de escola pública e em 2007 é efetivada no concurso.

<sup>3</sup> Todos os nomes dos entrevistados são fictícios para proteger seu anonimato.

Nesta entrevista, mesmo eu tendo esclarecido que somente precisava falar sobre sua experiência no Ensino Médio, a professora relatou sua experiência acadêmica e profissional como educadora no Ensino Fundamental, Médio e Superior, também enquanto mediadora de tecnologia educacional que ensinava aos professores em escolas do Estado do Rio de Janeiro.

Durante a entrevista, a professora Dália caracterizou as turmas onde lecionou no Ensino Fundamental e Ensino Médio: disse que é mais complicado lidar com as turmas de Fundamental do que com as do Ensino Médio, pois neste consegue lidar mais tranquilamente com os alunos. Dália narrou que já teve turmas bagunceiras, difíceis,

indisciplinadas e problemáticas no Fundamental. Ela citou como exemplo a turma do projeto Autonomia<sup>4</sup> em que os alunos usavam drogas, falavam sobre estas em sala de aula e faziam “guerrinha” de botão em sala. Relatou que a direção não a apoiava para lidar com os comportamentos dos alunos e, assim, precisava lidar sozinha com esta situação. Também comentou que “largou” a turma antes de terminar o ano letivo porque “não aguentou”.

Durante os relatos sobre como buscava lidar com os comportamentos dos alunos, a professora expressou “conquistar” enquanto algumas atitudes para se aproximar dos alunos que considera terem dificuldade para realizarem as tarefas da sua matéria. Por exemplo, disse que tenta ser “boazinha” e rigorosa, chamá-los para a sua mesa, brincar, descontraí-los e fazer amizade com eles, ao mesmo tempo que os obriga a estudarem. Dália revelou evitar assustá-los com os conteúdos da Matemática, pois percebeu que os estudantes já têm medo desta matéria.

Na sua primeira turma de Ensino Médio, a educadora relatou que precisou “conquistar” os alunos, conversando com eles, para participarem das suas atividades disciplinares. Também revelou como estes alunos retribuíram às suas atitudes, quando fizeram um bolo de aniversário para ela.

A professora Dália também explicou como é “conquistar” os alunos pela contextualização dos conteúdos da Matemática tendo em vista despertar o interesse deles para aprenderem. Por exemplo, quando revelou gostar de ensinar os conteúdos pela aplicação de função com o preço de algum produto do cotidiano dos alunos e fazer um cachorro num papel milimetrado para esclarecer propriedades do plano cartesiano.

Contudo, Dália também revelou ter lecionado com esta prática de “conquistar” alguns conteúdos de Física e Matemática nas turmas de Ensino Médio em que os estudantes ainda apresentavam dificuldade no desempenho das respectivas atividades. Ela os caracteriza como agitados, bagunceiros, desinteressados, difíceis, “falantes”, problemáticos e medrosos. Também mencionou alguns comportamentos destes alunos, com base na sua experiência numa turma de terceiro ano, e como lidou com os mesmos. Disse que por

<sup>4</sup> O projeto Autonomia se estabeleceu em parceria do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a Fundação Roberto Marinho fundou. Este pretende possibilitar uma formação em menor carga horária e em menos tempo (quatro horas distribuídas entre segunda e sexta-feira) aos alunos com idade entre 13 e 17 anos no Ensino Fundamental, e aos alunos com idade entre 17 e 20 anos no Ensino Médio.

serem “adestrados” por ponto, para fazerem prova e trabalho, utilizou a “tática” de considerar em sala de aula que qualquer atividade da sua matéria vale ponto. Por exemplo, a participação dos alunos em sala de aula:

[...] tem turma que é muito agitada, você tem que passar um trabalho porque a turma num... Num dá pra você fazer uma atividade em dupla, num dá pra você fazer um trabalho em grupo [...] tem turma no Ensino Médio mais bagunceira [...] aí eu sempre tento fazer, aí vou criando recursos, ó, vale ponto, isso aqui vale ponto, é... Às vezes a gente dá uma chamada mesmo pra realidade, entendeu? Tipo assim, quem tem que aprender aqui é você, não sou eu, entendeu? E aí a gente vai usando os recursos que a gente, né. Às vezes a gente pega um aluno [...] e manda pra direção, pra ver que você tem, que você tem postura na sala de aula, entendeu? [...] terceiros anos, por exemplo, aqueles são muito falantes [...] e eles tão no terceiro ano, eles tão bastante desinteressados, aquela, assim... De que passaram, entendeu? de que eles já estão... Aprovados, eles tão, ele tem essa característica no terceiro ano [...] eles não falam, mas eles demonstram, assim, por exemplo, é... Eu passei um dever. Se ele não valer ponto, eles...juntam um grupinho ali, vai jogar dominó [...] entendeu? Aí você tem que falar, pedir pra guardar, pra fazer o exercício, entendeu? Aí eles ficam perguntando, aí esse bimestre eu não dei atividade pontuada, eles ficam perguntando, professora, vale ponto? Esse exercício vale ponto? Entendeu? Eles ficam perguntando, porque eles só vão fazer se valer alguma coisa, entendeu? [...] e, assim, e... E eles tem essa, essa visão mesmo de que no terceiro ano eles não vão ficar reprovados por que tem forma... Porque eles tão pagando formatura, ou porque vai ter formatura, entendeu?

Ela também fez comparação entre as características dos estudantes do Ensino Médio de uma escola do Centro da cidade do Rio de Janeiro, onde recentemente começou a lecionar, e as dos alunos da escola estadual em Nova Iguaçu onde já lecionava. Ela caracterizou os alunos do Rio de Janeiro como mais autônomos, interessados e maduros por terem ingressado por um processo seletivo e não precisarem de atividades pontuadas para cumpri-las; enquanto considerou que os outros de Nova Iguaçu precisam de atividade pontuada para fazerem os exercícios:

É meu primeiro ano aqui, não no Estado. No Estado eu tô desde 2004 [...] mas... Aí já dei aula em realidades diferentes. Já dei aula no Município, de contrato, já dei aula, agora eu tô dando aula nesta escola, que é um ritmo diferente... [...] ... Eu fiquei bastante ansiosa, bastante receosa de como seria dá aula pra eles... [...], eles são (do Ensino Médio) ... Eles passam por um processo seletivo pra tá lá, então eles são mais interessados, eles têm mais autonomia... [...]. Eles têm mais autonomia, eu mando a lista de exercício por e-mail, eles fazem, na aula seguinte, eu só, só corrijo. Não tenho essa necessidade de... pontuar, entendeu? não tenho essa necessidade de pontuar pra eles corresponderem, pra eles fazerem as atividades, entendeu? [...] os que passam por um processo seletivo, eles são mais maduros... entendeu? Eles, parece que eles querem mais, eles tão mais, buscando mais aquilo lá. E... lá se fica reprovado em uma matéria, reprova, reprova o período todo... [...] aqui, não. Aqui você pode ficar em dependência em duas matérias e só reprova a partir de três, entendeu? Então isso já influencia bastante, o aluno tem que correr atrás... Das avaliações. Lá se torna, lá é um pouco mais rígido, entendeu? Com os prazos, com as avaliações. Assim, eu tô sentindo isso agora, né, que eu comecei lá há pouco tempo, não tem nem um mês [...]. É, e tem essa diferença [...]

Na mesma época entrevistei outro professor, Rick, na escola estadual em Nova Iguaçu onde Dália também lecionava. Rick tem 37 anos, mora no Rio de Janeiro, é licenciado em Educação Artística numa universidade pública do Rio de Janeiro e está cursando Pós-Graduação em Orientação Educacional numa instituição pública na mesma cidade. Sua mãe estudou até a quarta série do primário e trabalhava como doméstica, enquanto seu pai cursou Ensino Médio completo, formou-se como torneiro mecânico e atuava em outros ofícios como mecânico. Rick foi assumido pela sua avó que financiava o seu curso, materiais de estudo e vestimentas. Algumas pessoas influenciaram as suas escolhas acadêmicas, como as suas professoras de Biologia que o instigaram para participar da Iniciação Científica na nona série, na área de Biologia, numa universidade pública do Rio de Janeiro. Nesta Iniciação, descobriu que o assunto que mais "gostava" era o desenho botânico. Também dois amigos/vizinhos de infância influenciaram a sua trajetória acadêmica, por serem os primeiros do seu círculo de amizade a ingressarem numa universidade. A sua vida profissional tem sido

construída na Baixada Fluminense: lugar para onde foi motivado por um amigo, morador em Nova Iguaçu, a fazer estágios em escolas particulares em diferentes regiões da Baixada Fluminense. Nesta cidade Nova Iguaçu, o professor foi efetivado no seu primeiro concurso na escola onde atualmente trabalha e depois em outra nesta mesma cidade.

Na entrevista, mesmo eu tendo esclarecido que somente precisava falar sobre sua experiência no Ensino Médio, Rick também narrou sobre a sua trajetória acadêmica, profissional e a sua experiência enquanto docente no Ensino Fundamental e Médio. Ele considerou o Ensino Médio como mais “tranquilo” que o Fundamental, o qual avaliou como mais complicado e mais difícil. Rick mencionou uma turma de sexto ano onde frequentaram 50 alunos. Enquanto professor nesta turma, disse que só conseguiu “tomar conta”, não “dar aula” e nem conseguiu fazer amizade.

O professor de Artes avaliou a sua relação com os alunos do Ensino Médio como uma relação de amizade. Relatou sobre algumas atitudes para lidar com os comportamentos dos alunos e facilitar o ensino do conteúdo desta disciplina. Com base na sua expressão “ganhar” e “resgatar” os alunos, enfatizou fazer amizade com eles, abraçar, debater de igual para igual e brincar. Ponderou que muitos destes têm uma “carência afetiva” por parte dos seus pais que não os escutam. Ele revelou que chamar a atenção dos estudantes com carinho quando finge estar bravo em turmas “bagunceiras”, quando a conversa é excessiva, mostra ao discente que chamou a sua atenção porque gosta dele:

[...] uma turma que só quer conversar entre eles, eu falo, gente, vamo conversar entre a gente, eu também quero participar, aí eu brinco, eu sou carente, eu criei um método, vou te mostrar, ó, não sou professor de educação Física [...] mas tenho um apito, cheguei a pegar lá, mas não apitei, aí que eu uso com eles, eu uso um apito, quando a turma é muito bagunceira, tá uma gritaria, aí eu uso esse apito [...] Isso já cria uma forma também de falar, pô, professor até pra chamar atenção ele é carinhoso. [...] porque que eu tenho que brigar, mesmo quando eu brigo bravo, é, que eu falo, ó, gente, não sei o que, mais incisivo, aquilo é tudo uma cara, eu realmente não tô bravo, é só pra eles acharem que estou bravo.

O educador narrou sua experiência em sala de aula com alunos do Ensino Médio, desde quando estavam no Fundamental, descrevendo sobre como colocar em prática sua expressão “ganhar” a turma e o “reforço positivo”. Rick mencionou que os outros docentes reclamavam desta turma e que foi preciso ouvir os estudantes, conversar com eles, cumprimentá-los com bom dia e boa tarde, ser amigo e confiar. O docente considerou que ser um professor “conteudista” e “ditador”, não os cumprimentar, dizer que são ruins, horríveis, não os ouvir sobre sua vida pessoal e seus problemas, pode afastar os alunos com problemas em participar das suas aulas. Também revelou como os alunos corresponderam às suas atitudes, quanto aos discentes tomarem iniciativa de contarem confidências e o professor Rick confiar neles.

O docente também relatou que tem um papel de “ator” em sala de aula. Quando começou a lecionar, era muito tímido. Posteriormente, não sentiu mais timidez em sala de aula. Tornou-se mais comunicativo e aprendeu a relaxar mais, conversar, rir e brincar com os estudantes. Ele relatou que tais comportamentos têm contribuído para o desempenho dos alunos em sala de aula.

Também notou que os alunos do Ensino Médio, que visitaram outras turmas onde ele lecionou, reconheceram que ele estava mais sério do que em outra sala. O professor explicou que se comportava assim porque, senão, os alunos “abusam” e para também entenderem que ele enquanto professor é amigo deles. Rick acredita que a forma como o professor se comporta também influencia no desempenho do aluno. Segundo ele, os estudantes gostam de vir à aula porque tem determinado professor que é divertido e com quem podem falar, rir e brincar.

Rick também narrou sobre o que espera do comportamento dos alunos e apresenta exemplos sobre como os estudantes de uma turma têm realizado as suas expectativas. O educador de Artes relata esperar que sejam reflexivos, autônomos e críticos quanto a sociedade, cultura, reflitam e questionem as informações midiáticas e “o que querem da vida”. Também que aprendam a se comportar de acordo com o ambiente em que estão, por exemplo, num estádio, igreja, museu e teatro. Desta forma, espera que estejam preparados a

ingressar na graduação ou no mercado de trabalho por opção e não porque não tiveram outra oportunidade:

[...] eu acabo, é, tentando fazer de uma forma individual, é, que o Ensino Médio deles seja um Ensino Médio pra reflexão, do que que eu quero fazer, né, e é isso que eu espero deles, é, que eles, é, reflitam, ah, o que que eu quero da minha vida, me disseram isso, mas porque que me disseram isso? Por que que a televisão disse isso? Né, como você assistiu a aula, você pode ter percebido isso nos questionamentos deles, eles já são muito questionadores [...] eles são meus alunos desde o oitavo ano [...] então, já vem, são minhas crias, meus filhotes, né, então eles tem uma intimidade comigo há longos anos, então, assim, é, isso faz com que quando ele chegue no Ensino Médio, eles falam, bom, aqui eu quero fazer isso. Por exemplo, aquela menina que você sentou próximo, que é a Fátima, ela quer ser Policial Federal, então a gente conversa muito sobre isso, ela traz umas questões, já teve muita polêmica nessa questão de eleição pra presidência, na turma. Então que que eu espero positivamente desses alunos, ah, um caráter mais reflexivo, mais autônomo, mais crítico dessa sociedade, dessa nossa cultura, ah, do que eles assistem na televisão, do que eles leem, é o que eu espero deles, essa postura já no Ensino Médio, pra que de uma certa forma eles já entrem mais preparados pra uma graduação ou pro mercado de trabalhando sabendo que tão fazendo, e não às cegas, e não porque não teve outra chance [...]

Uma das possibilidades de interação entre professores e alunos pode desconsiderar conhecimentos do cotidiano dos estudantes para priorizar o conteúdo programático da disciplina. Isto pode ocorrer num contexto social hierárquico quando o processo de ensino e aprendizagem supõe a supressão das experiências subjetivas e seus significados em sala de aula (BRITZMAN, 2016). Aprende-se que os docentes Dália e Rick expressam interesse em entenderem as dificuldades dos discentes em participarem das atividades disciplinares, por isto buscam facilitar sua realização pelos alunos. Neste caso, os educadores valorizam os conhecimentos dos discentes, escutando-os sobre as suas demandas enquanto os ensinam.

Os significados e valores associados às condutas dos alunos, numa dicotomização entre aquelas que favorecem ou não a realização



dos objetivos pedagógicos dos docentes, influenciam a expressão das emoções dos docentes. Compreende-se que ambos os professores controlam a expressão das suas emoções de acordo com a interpretação do contexto. Neste caso, consideram as atitudes dos alunos passíveis de serem mudadas pelas suas performances emotivas quando propiciam determinadas atitudes dos estudantes para participarem das atividades das disciplinas.

Portanto, o comportamento destes professores varia conforme as atitudes dos alunos: os professores tentam intensificar ou abrandar performances emotivas dos alunos que acreditam incentivar a sua participação no processo de ensino e aprendizagem (AULTMAN, WILLIAMS-JOHNSON e SCHUTZ, 2009). Na condição de professor, pela prática de *caring* (ROSIEK, 2003) buscam ouvi-los, compreendê-los e, assim, adequem a sua performance emotiva a demanda deles para que o ensino do conteúdo seja favorável à sua participação. Nesta performance, por exemplo, atitudes de conversa, escuta e a expressão de emoções como a amizade são estratégias para desvendar e decodificar obstáculos enfrentados por estudantes, tendo em vista incentivar disposições dos estudantes que facilitem seu desempenho nas atividades disciplinares.

Considerando os relatos dos professores entrevistados, apreende-se que estes entendem por amizade um vínculo regido pelas práticas de *caring* (ROSIEK, 2003). Esta relação é narrada pelos professores como um vínculo a ser buscado, enquanto mediação que permita relação menos desigual (REZENDE, 2001) para estabelecer confiança entre eles e os discentes que estão em posições hierárquicas diferentes.

## **O APRENDIZ ENSINA**

Arizona é aluna do terceiro ano do Ensino Médio numa escola pública, ela tem 16 anos e mora num bairro em Nova Iguaçu com os seus pais. Sua mãe tem o Ensino Médio Normal completo, trabalha como professora numa creche, enquanto o seu pai tem o Ensino Médio incompleto e trabalha como serralheiro autônomo. Antes de ingressar na escola pública, ela havia estudado em duas escolas

particulares. Numa dessas, os professores diziam que em escola pública não se pode sair da sala sem sua mochila e que era um tipo de prisão. Por isto, ela achava que seria um “inferno” frequentar esta escola. Contudo, quando ingressou nesta escola, gostou. Percebeu que nesta os professores se aproximam mais dos alunos do que nas escolas particulares onde estudou.

A estudante relatou que tem mais facilidade nas matérias de Humanas e Natureza e menos facilidade em Matemática e Física. Explicou que tem mais facilidade nas matérias de Natureza porque gosta e quer seguir a área Biomédica. Também considerou ter facilidade em Humanas, exceto em Geografia, porque os professores conseguem “dinamizar” com os alunos.

Ela entende por “dinamizar” uma relação de proximidade dos professores com os alunos, pois relatou que ter mais intimidade com os primeiros permite que preste atenção nas aulas e aos professores poderem falar bastante, conversando igualmente com os alunos. Ela também comentou que quando os professores conversam com os alunos de igual para igual fica mais fácil ter uma relação com os docentes, porque não irão tratá-los diferente por serem estudantes e eles professores. Assim, acredita que fica mais fácil para ela entender os conteúdos das matérias.

Esta aluna explicou quais são as características que considera positivas na postura dos professores em sala de aula, como ser humilde e conversar com os discentes sem ter conflito. Contou que teve experiências com docentes que “carrega pra vida toda”, pois quando gosta da matéria se dedica a estudar a mesma e entendê-la quando sabe que vai usá-la futuramente:

[...] Mas tem o professor, o professor, que tipo assim, ele sendo humilde, ele conseguindo, é, conversar, é, com os alunos, sem ter conflito, acho que tá tudo ótimo [...] (risos) [sobre as experiências com professores que “carrega pra vida toda”]: acho que é quando o professor, ele, tipo assim, se eu gosto de... Biologia e Química [...] eu vou me afundar mais naquilo ali. E aí quando a professora vai e fala certas coisas, assim, que eu consigo entender, que eu sei que eu vou usar futuramente, acho que fica bem melhor pra mim entender as coisas que ela fala.

Também comentou o que considera negativo na postura dos professores, como expressarem superioridade. Revelou que esta postura faz com que ela não goste da aula dos docentes: “acho que, assim, quando o professor, ele... é aquele negócio que eu falei, né, tipo assim, a superioridade que o professor deixa transparecer, assim, é, faz com que eu não goste da aula dele que... hum... não vá com a cara dele”.

Ela entendeu que os professores mudam de postura de acordo com o comportamento dos alunos. Neste caso, mencionou que os docentes tratam bem os estudantes que estão quietos, enquanto os outros que estão conversando muito e com “abuso” os educadores tendem a tratar com “frieza”.

A estudante também comentou que participa das aulas que se identificava com o professor e sobre a matéria que mais gosta: “ah, eu gosto das aulas e eu gosto mais de participar das aulas de Sociologia, de História, e de Química e Biologia, só [...] por eu me identificar mais com o assunto e com os professores e por gostar também da matéria, demais”.

Meliodas, aluno do terceiro ano do Ensino Médio em outra escola pública, participava do conselho de classe e era presidente do grêmio desde o primeiro ano do Ensino Médio, quando também atuou como representante da turma. Ele tem 18 anos e mora num bairro em Nova Iguaçu com os seus pais, irmão e o cachorro: os pais têm Ensino Médio completo e o irmão está no oitavo ano. Seu pai trabalha como eletricitista predial e sua mãe como vendedora de cosméticos. Antes de ingressar na escola pública, ele havia estudado em outra escola pública e particular. No sexto ano, queria estudar numa escola pública, mas os pais decidiram que continuaria no colégio particular. Ele queria estudar na escola pública porque nela havia conhecidos. Meliodas não gostava da escola particular pelo fato dos alunos não serem amigáveis e se “acharem”.

O estudante comentou ter mais facilidade em algumas matérias de Exatas, Ciências da Natureza e Humanas, como Matemática, Biologia, Química, História e Geografia, por serem áreas que consegue entender facilmente se for estudar sozinho, independente da explicação dos professores. Também disse gostar destas,

principalmente das duas primeiras, por ser apaixonado por tecnologia e acreditar que o estudo destas contribui para o avanço tecnológico na sociedade. Meliodas reconhece ter menos facilidade em Biologia e Português. No caso de Português, apresenta dificuldade na parte escrita. Enquanto monitor de Espanhol, disse ter desempenho melhor na parte oral.

Meliodas contou que ter amizade com os professores é importante, para além de gostar da matéria, na escolha do que irá fazer da vida. Ele exemplificou esta experiência de amizade ao mencionar sobre um professor de Matemática. Este, no seu primeiro ano do Ensino Médio, fez uma oficina de cubo mágico e, por isso, atualmente se considera viciado neste jogo.

Ele relatou sobre características positivas na postura dos professores, como terem carisma, gostarem de lecionar para os estudantes e apresentarem atividades “dinâmicas” na aula ao utilizarem *datashow* e vídeo para tornar a aula mais chamativa. Ele sustentou que os alunos tendem a prestar mais atenção nesta aula, pois consideram “chata” aquela que utilize só o quadro:

hum... carisma, carisma tem que ser o principal. E também, é, gostar realmente do que faz e não tá dando aula só pra, só tô dando aula pra me manter. Não, tipo, gostar da profissão, gostar de ajudar, de ensinar as pessoas, e também ter o diferencial. Tipo, não ser aquela coisa chata de ser, tipo, só aula no quadro, quadro, quadro. Passar atividades diferentes, tipo, dinâmicas, ou então alguma coisa no *datashow*, e tudo mais, que a aula fica mais chamativa, vídeo. O pessoal tende a prestar mais atenção quando a aula é assim do que quando é só no quadro com explicação [...]

Também comentou sobre características negativas na postura dos professores que significa o tipo “professor nível anos 80”: aquele que só utiliza o quadro em sala de aula, evita conversar com os alunos e ter amizade com os mesmos:

professor nível anos 80, só quadro, quadro, quadro, quadro, que uma hora fica chato. E... acho que no mais é isso, professores que, assim, se privam de conversar com os alunos, ter um pouco mais de amizade com os alunos. Não ser aquela só coisa, ah, professor e aluno, nem que

seja pelo menos um vínculo de amizade dentro do colégio, sempre desenvolver

Meliodas explicou que dependendo do comportamento dos alunos, os professores os tratam diferente. Por exemplo, quando os professores dedicam mais atenção para evitarem de fazer bagunça e, por outro lado, costumam ser mais amigáveis com os estudantes que apresentam melhor desempenho escolar.

Com base na noção dos alunos sobre os docentes “dinamizarem” as atividades das disciplinas, percebe-se que os primeiros valorizam a constituição de vínculos com professores humildes que tratam os alunos como iguais, nesta relação na hierarquia escolar, quando conversam com eles, os escutam e são amigos. Entende-se que eles também gostam dos docentes que adequam sua técnica de ensino de acordo com as suas demandas e os motivam a participarem da realização das atividades.

O bem-estar e o sentimento de pertencimento a uma comunidade podem corroborar para o processo de ensino e aprendizagem (SIRY e BENDER, 2016). Apreende-se nos relatos destes alunos que a expressão de algumas emoções e disposições podem facilitar este processo (BRONFENBRENNER, 1979, apud SIRY e BRENDEL, 2016). Neste caso, a aluna Arizona expressa a emoção gosto pela matéria e pelo professor como justificativa para se dedicar e entender mais as respectivas atividades. Já Meliodas expressa a emoção amizade pelo professor como influência para gostar da matéria e na sua escolha profissional e/ou acadêmica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As performances destes docentes e estudantes se constroem como lugar de disputa, onde diferentes pontos de vista e interesses são expressados (CONQUERGOOD, 1984, apud PINEAU, 1994). Algumas performances dos estudantes que não favorecem o processo de ensino e aprendizagem, como fazerem “bagunça” e não “calarem a

boca”, podem ser um modo de reivindicar decidirem sobre o que conversar (MCLAREN, 1989, apud PINEAU, 1994).

A partir deste estudo, sugere-se que se tornar membro de um grupo em sala de aula é uma experiência emocional que pressupõe:

[...] confiança, respeito e habilidade para tomar riscos e se sentir seguro, ouvir, ser escutado e reconhecido pelo grupo. Parte deste processo é construído pelas experiências nas quais os docentes e os estudantes se permitem ouvir o que o outro tem a dizer.” (SIRY e BRENDEL, 2016, p.810, tradução nossa).

Quando os rituais num grupo são positivos, seus membros podem experimentar emoções que por sua vez sustentam o senso de pertencimento. Este sentimento de pertencimento pode estimular os estudantes a questionarem e falarem suas opiniões sobre o que está sendo ensinado (COLLINS, 2004, apud SIRY e BRENDEL, 2016,). Sustenta-se que as emoções e disposições mobilizadas pela prática *caring* são importantes para promover o sentimento de pertencimento dos estudantes ao grupo de aprendizes e corroborar para desempenharem as respectivas atividades (SIRY e BRENDEL, 2016).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULTMAN, Lori Price.; WILLIAMS-JOHNSON, Meca R.; SCHUTZ, Paul A. Boundary dilemmas in teacher–student relationships: Struggling with “the line”. *Teaching and Teacher Education*, v. 25, n. 5, p. 636-646, 2009.

RIO DE JANEIRO. *Programa Autonomia*. Secretaria de Estado de Educação, 2013. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1218602>.

Acesso em: 02 jul. 2019

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Minayo Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

O'CONNOR, Kate Eliza. "You choose to care": Teachers, emotions and professional identity. *Teaching and teacher education*, v. 24, n. 1, p. 117-126, 2008.

PINEAU, Elyse Lamm. Teaching is performance: Reconceptualizing a problematic metaphor. *American Educational Research Journal*, v. 31, n. 1, p. 3-25, 1994.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROSIEK, Jerry. Emotional scaffolding: An exploration of the teacher knowledge at the intersection of student emotion and the subject matter. *Journal of Teacher Education*, v. 54, n. 5, p. 399-412, 2003.

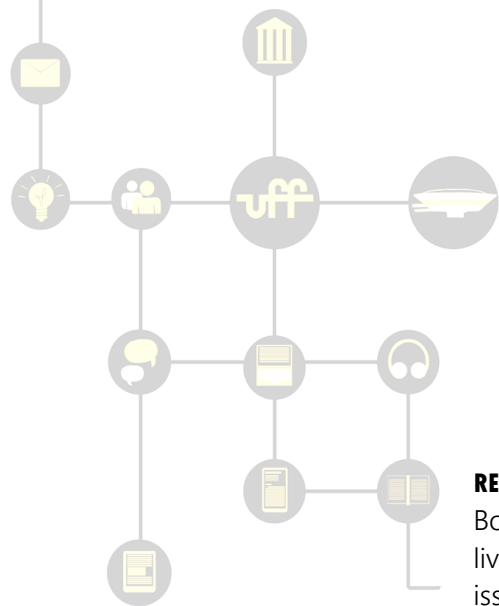
SIRY, Christina.; BRENDEL, Michele. The inseparable role of emotions in the teaching and learning of primary school science. *Cultural Studies of Science Education*, v. 11, n. 3, p. 803-815, 2016.

TURNER, Jonathan H.; STETS, Jan E. Sociological theories of human emotions. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 32, p. 25-52, 2006.

ZEMBYLAS, Michael. Emotions and teacher identity: A poststructural perspective. *Teachers and Teaching*, v. 9, n. 3, p. 213-238, 2003.

ZEMBYLAS, Michael. Making sense of the complex entanglement between emotion and pedagogy: Contributions of the affective turn. *Cultural Studies of Science Education*, v. 11, n. 3, p. 539-550, 2016.





## REPENSANDO OS CÂNONES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: AS TESES DE 1905, DE MANOEL BOMFIM

José Geraldo dos Santos<sup>1</sup>  
Patrick Silva dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar as teses de Manoel Bomfim (1868-1932) em "A América Latina: males de origem" (1905), livro escrito no período em que ele se doutorava na França. Com isso, pretendemos demonstrar a importância de suas teses, no que concerne uma forma de interpretar o Brasil, que o aproxima das produções posteriores dos cânones pertencentes à chamada geração de 30. Assim, a reflexão do médico sergipano em relação ao problema brasileiro e latino-americano contribuiu decisivamente na formação do sistema de temas das Ciências Humanas e Sociais brasileiras, que posteriormente seriam mobilizados por outros autores em diferentes contextos e com certas similaridades, mas também diferenças. Em síntese, tais contribuições de M. Bomfim são os elementos que nos orientam na adoção de uma perspectiva de repensar os cânones do Pensamento Social Brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manoel Bomfim; cânones; interpretação do Brasil; formação social; Pensamento social brasileiro.

### RETHINKING THE CANONS OF BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: THE TESES OF 1905 BY MANOEL BOMFIM

**ABSTRACT:** This article aims to present Manoel Bomfim's theses (1868-1932) in "A América Latina: males de origem" (1905), a book written during the period when he was doing his doctorate in France. With this, we intend to demonstrate the importance of his theses, in what concerns, a way of interpreting Brazil that brings him closer to the later productions of the canons belonging to the so-called generation of 30. Thus, the reflection of the Sergipe doctor in relation to the Brazilian problem and Latin American contributed decisively to the formation of the Brazilian Human and Social Sciences themes system, which would later be mobilized by other authors in different contexts and with certain similarities, but also differences. In summary, such contributions by M. Bomfim are the elements that guide us in adopting a perspective to rethink the canons of Brazilian Social Thought.

**KEYWORDS:** Manoel Bomfim; canons; interpretation of Brazil; social formation; Brazilian Social Thought.

<sup>1</sup> Doutorando em História. Pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH), da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); Mestre em História pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia. Pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Sociologia. Pelo mesmo programa e instituição; Graduado em Ciências Sociais.

## INTRODUÇÃO

Manoel José do Bomfim nasceu no ano de 1868, na província de Aracaju, em Sergipe. Era filho de Maria Joaquina do Bomfim e de Paulino José do Bomfim, um respeitado comerciante e dono de engenho de Aracaju, que havia sido vaqueiro durante a infância. Em 1891, Manoel Bomfim casou-se com a jovem portuguesa Natividade Aurora de Oliveira e com ela Bomfim teve dois filhos: Maria, que veio a falecer em 1894, com um ano e dez meses de idade, vitimada por uma epidemia de tifo, e em agosto do mesmo ano nasceu seu filho Aníbal (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010).

Bomfim fez seus estudos em Medicina em duas prestigiadas instituições de ensino brasileiras: em 1886 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e dois anos mais tarde transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 1890. No ano de 1902, quando foi montada uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura, e fazendo parte dessa comissão, Manoel Bomfim foi para Paris, onde se doutorou em Psicologia sobre a orientação de Alfred Binet, na Sorbonne (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010; GIL, 2016). Na condição de estudante neste momento na Sorbonne, teve como mestres importantes nomes da psicologia francesa do período, os discípulos de Théodule-Armand Ribot: Henri-Étienne Beaunis, Pierre Janet, Charles Henry, Toulouse, Dumas etc. (MEDEIROS, 1935).

Todavia, Manoel Bomfim se notabilizou por sua atuação no campo educacional da Primeira República, tendo ocupado diversos cargos de importância nesta área. Em 1896, foi nomeado pelo prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida (1846-1908), o novo subdiretor do *Pedagogium*<sup>3</sup>, tendo sido efetivado como diretor geral dessa instituição em 1897; no mesmo ano, passou a lecionar na Escola Normal da República na cadeira de moral e cívica e, no ano seguinte, 1898, tornou-se diretor interino da Escola Normal. Também foi nomeado diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, tendo exercido esta função em outras oportunidades; lecionou na cadeira de Pedagogia e Psicologia Aplicada (ambas as disciplinas ministradas por ele na Escola Normal); em 1904, participou da criação da Upel – Universidade Popular de Ensino Livre, juntamente com Elysio de Carvalho, Rocha Pombo, Fábio Luz, José Veríssimo, entre outros, sendo

<sup>3</sup> Fundado no ano de 1890, por meio do decreto 667, de 16/08/1890, lavrado por Benjamin Constant, o *Pedagogium* foi uma instituição educacional, que inicialmente funcionou na Rua Visconde do Rio Branco, 13, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. No ano de 1897 foi transferido para a Rua do Passeio, 66, também no centro da cidade, onde funcionou até seu fechamento, em 1919. Joaquim José de Menezes Vieira (1890 a 1897) e Manoel Bomfim, entre os anos de 1897 a 1906 e de 1910 até 1919 foram diretores desta Instituição.

essa instituição de ensino superior de tendências anarquistas. Em 1906, inaugura no *Pedagogium* o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil (MEDEIROS, 1935; ANTUNES, 1998), e em 1907, ele assume a vaga aberta na Câmara dos Deputados pelo Estado de Sergipe. No ano seguinte, buscou a reeleição e não obteve êxito (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010).

Manoel Bomfim publica em 1905 “A América Latina: males de origem”<sup>4</sup> pela editora francesa H. Garnier. O livro é fruto direto da visão estereotipada dos europeus em relação às populações latino-americanas – e também pela aceitação destes “estigmas” por parte da intelectualidade brasileira e sul-americana formulada por meio da aceitação parcial e/ou adaptação das Teorias deterministas raciais e geográficas (SCHWARCZ, 1993). Os usos científicos por parte significativa de seus contemporâneos foram os elementos explicativos importantes em seu primeiro livro do gênero, ao esclarecer os interesses de parte da intelectualidade ao tomarem os determinismos como mecanismos primordiais para a explicação do atraso brasileiro. Portanto, Bomfim enxergou a tentativa de uma dupla dominação: a) no plano interno – das elites econômicas e intelectuais para com grande fração da população nacional e b) no plano externo – das nações centrais para com as nações periféricas (ALVES FILHO, 1979).

Após todo o exposto, sustentaremos aqui de forma propositiva a ampliação dos cânones do Pensamento Social por entendermos que “A América Latina: males de origem” abriu caminho para outra forma de ler o Brasil, para além dos “receituários” importados da ciência europeia que a priori nos condenavam e mantinham-nos à margem da “civilização”. Contudo, no plano metodológico, a ampliação do cânone não se circunscreve meramente numa mera adoção da noção de antecipação de postulados, mesmo porque aqui reconhecemos os limites, as singularidades e as diferenças contextuais de produção de determinados pressupostos posteriormente reformulados pelo ensaísmo sociológico atribuído à geração de 30. Nesse sentido, nos guiamos por meio da noção de sequências cognitivas (BOTELHO, 2007; 2019) por reconhecer que no âmbito das ciências humanas e sociais brasileiras formou-se um sistema de problemas e contradições, e que, em alguma medida, cada um dos textos aqui analisados

<sup>4</sup> Segundo o sociólogo Antonio Candido e o antropólogo Darcy Ribeiro, Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem* abordou de forma inovadora e com grande profundidade temas centrais, antes trabalhados de forma insatisfatória, possibilitando compreender a formação social brasileira, os problemas nacionais, as desigualdades raciais justificadas por toda a sorte de perspectivas “científicas” deterministas. Ou seja, de maneira inovadora para o período foram formuladas as narrativas-textuais de Bomfim em seu ensaio histórico-sociológico de 1905.

comparativamente possuem autonomia e validade independentes uns dos outros, ou seja, “formam um conjunto analítico e que, assim considerados, expressam conquistas cognitivas heurísticas cruciais da sociologia” (BOTELHO, 2007, p.76). Em outras palavras, a noção de seqüências cognitivas parece-nos um importante guia, uma vez que os desafios de qualquer sociedade estão de alguma forma associados ao seu desenvolvimento histórico do passado (BENDIX, 1996), o que, por conseguinte, garantiria certa convergência temática nos trabalhos desses autores (BOTELHO, 2007; 2019).

### **PONTOS-CHAVE DE FUNDAÇÃO DISCURSIVO-TEXTUAIS EM “A AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM” (1905)**

Manoel Bomfim, por meio do seu conceito de Parasitismo Social, metáfora biológica cujo sentido buscava elucidar a dominação sociopolítica em meio à dualidade endógena e exógena, ele explicou estruturalmente a dupla dominação: por um lado, no plano interno – das elites econômicas e intelectuais para com grande fração da população nacional - e, por outro lado, no plano externo – das nações centrais para com as nações periféricas. Assim, Bomfim entendeu as concepções científicas tomadas por parte considerável dos seus contemporâneos como uma falsa ciência, pois, para além de servirem como instrumentos de dominação entre os segmentos populacionais, não se atestava a veracidade de determinados pressupostos.

Nesse sentido, podemos compreender uma dimensão central motivacional e reflexiva de seu ensaio: tornar legível o que a voga científica do período escondia. As reflexões centrais e as anotações avulsas começam a ser feitas por Manoel Bomfim dez anos antes de sua publicação, isto é, em 1897, quando ele era membro do Conselho Superior de Instrução Pública (BOMFIM, 1905). Nesta condição, fez um parecer do livro didático “História da América” (1897) de Rocha Pombo. Nesse momento, já existia um “embrião” do livro de Bomfim e sua estadia na Europa, mais precisamente na França, só veio a impulsionar a materialização em forma de livro de suas reflexões e anotações que já vinham sendo feitas. Como explica o próprio Manoel Bomfim no prefácio de “A América Latina”, cujo autor intitulou “Advertência”, escrito em março de 1903, na cidade de Paris:

Este livro deriva directamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela America. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses sentimentos; exprime um pouco o desejo de vêr esta patria feliz, prospera, adiantada e livre. Fôram estes sentimentos que me arrastaram o espirito para reflectir sobre essas cousas, e o fizeram trabalhar essas ideias – o desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos. (...) Estas mesmas, agora desenvolvidas, já as apresentei, em parte, resumidamente num *parecer*, prefacio á excellente *Historia da America*, livro didactico do Sr. Rocha Pombo, parecer que deriva justamente dessa preocupação, já antiga. Em 1897, quando o Director Geral de Instrucção Publica fez annunciar o concurso de um *compendio de Historia da America*, sollicitei a honra de, na qualidade de membro do Conselho Superior de Instrucção Publica, dar o parecer sobre as obras que se apresentassem: tal era o interesse que este assumpto apresentava para mim; e só assim se explica essa pretensão de tratar de materia fóra da minha especialidade, e á qual não podia apresentar nenhum titulo de competencia official. (...) As notas se amontôam, o livro se forma a pouco e pouco – observações e reflexões, colhidas em cada uma das crises, desalentos, duvidas e entusiasmos da vida que, entre difficuldades, vamos vivendo. Chegando aqui, á Europa, não só a natural saudade daquelles céos americanos, como a apreciação directa dessa reputação perversamente malevola de que é victima a America do Sul, provocaram a reacção affectiva que se traduz na publicação destas paginas. Fóra dahi, ellas não viriam, talvez, á luz. (BOMFIM, 1905, p.IX,X,XI [grifos do autor])

A importância de “A América Latina: males de origem” foi grande para o sucesso e prestígio de Manoel Bomfim durante a Primeira República. Tanto que o título do seu livro era citado nos jornais da época como uma espécie de adjetivo que acompanhava a apresentação do autor (SANTOS, 2017b). Ainda que o livro tenha representado o primeiro grande trabalho de Bomfim fora de sua especialidade, o seu conteúdo, gerou a revolta dos homens de “sciencia”, que seguiam os dogmas deterministas produzidos no continente europeu (SCHWARCZ, 1993). Não à toa que o livro de Bomfim esteve situado em uma intensa discussão com os intelectuais: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, João Batista de Lacerda e Sylvio Romero (OLIVEIRA, 2015). Um bom exemplo, a ser aqui rapidamente

lembrado, diz respeito a todo um ataque feroz feito ao livro de Manoel Bomfim pelo seu conterrâneo, o também sergipano, Sylvio Romero.

Em 1906, Sylvio Romero inicia o ataque às teses de Manoel Bomfim, saindo em defesa dos “homens de ciencia” do continente europeu, publicando neste ano uma série de artigos na revista “Os Anais” com o título “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”, tendo Romero por objetivo central a desqualificação do médico, Manoel Bomfim e seu livro “A América Latina: males de origem”. O conjunto dos artigos vieram a ser posteriormente reunidos e publicados em formato de livro pela livraria portuguesa Chardron, da cidade do Porto, intitulado “A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim”. Em seu ataque, Sylvio Romero (1906) o fazia motivado pela sua defesa militante aos teóricos europeus que justificavam o atraso brasileiro e latino-americano por meio das mais variadas teorias deterministas raciais. Dentre os livros homônimos, a história os “julgara”, em certa medida, dando o devido valor aos conteúdos diametralmente distintos redigidos em suas páginas<sup>5</sup>.

Em 1905, Manoel Bomfim usou de forma coerente e substancial o pressuposto analítico de se tomar o passado colonial como elemento explicativo fundamental da realidade social vivenciada nas sociedades sul americanas<sup>6</sup>. Ou seja, só por meio da análise desse desenvolvimento histórico seria possível apreender a continuidade da colonização refletida no domínio das elites oligárquicas. Neste sentido, em seu livro os processos históricos têm função central na compreensão dos “males de origem”, que se desenvolveram desde as dinâmicas sociais entre os distintos segmentos populacionais, até mesmo na distorcida democracia liberal burguesa, cujas instituições sociais e burocracias estatais conservavam os vícios e distinções da ordem estamental de outrora<sup>7</sup> (FERNANDES, 2017).

O desmonte das teses deterministas climáticas e raciais foi outro ponto importante trabalhado por Manoel Bomfim em seu ensaio. No entanto, ao invés de detalhar uma a uma e, daí por diante, elencar seus problemas, o autor não se preocupou com o funcionamento interno de cada uma dessas teorias. Assim, por meio da terminologia “Teoria do valor das Raças”, fez uma espécie de generalização para todas as teorias que tinham uma mesma linha explicativa das capacidades

<sup>5</sup> Ao analisar a polêmica entre Sylvio Romero e Manoel Bomfim tomando por meio analítico a circulação dos livros homônimos, o sociólogo, Antonio Candido (2004) afirmou que mesmo com toda a erudição de Sylvio Romero e o cuidado com que produziu o livro resposta ao ensaio histórico-sociológico de Manoel Bomfim. Ainda assim, o livro de Romero caiu no esquecimento – já, por outro lado, não se poderia dizer o mesmo sobre *A América Latina: males de origem* de Bomfim, que ao longo dos anos tiveram outras edições, e, por conseguinte, vem sendo lido e estudado por diversas gerações de pesquisadores, pesquisadoras e intelectuais brasileiros, tanto dentro, quanto fora do Brasil.

<sup>6</sup> Segundo Antonio Candido (1990) a originalidade de Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem* fora lidar com problemas antes refletidos de maneira insatisfatória com maior robustez e lucidez que seus contemporâneos, por exemplo: o imperialismo norte-americano em ascensão; os determinismos raciais; o conservadorismo das elites brasileiras e por extensão latino-americana e o peso do passado colonial continuamente estruturando-se nas relações espoliativas e assimétricas destas jovens repúblicas.

<sup>7</sup> Na perspectiva de Manoel Bomfim, o *Conservadorismo Essencial* é uma questão central em *A América Latina: males de origem*, pois é um elemento do caráter latino-americano, adquirido por meio da herança e educação transmitidas a nós por meio da relação mantida por séculos com os povos colonizadores do continente.



raciais como elemento determinante, hereditário e imutável para o desenvolvimento das nacionalidades. Em outras palavras, não era como se repetia essa sentença que preocupou Bomfim, mas sim o que tais explicações buscavam legitimar.

Não obstante, sustentaram Roberto Ventura e Flora Sussekind (1984) que Bomfim por meio de sua teoria biológica da mais-valia demonstrou como as dinâmicas sociais coloniais se tornaram de fato nossos males nas mais variadas dimensões, sendo somente substituído o parasita do passado (o colonizador), por novos parasitas. Isto é, na metáfora bomfimniana, em última análise, o parasita se alterou, mas os parasitados continuam sendo os mesmos.

Destarte, dentro da área das Ciências Humanas e Sociais brasileira convencionou-se tratar as interpretações sobre o Brasil da chamada geração de 30 como uma espécie de fundação interpretativa destoante de toda uma tradição intelectual anterior, tendo como figuras centrais desta arquitetura “inovadora” nomes como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., por exemplo. No entanto, nos parece equivocada esta construção por sua generalização. Isto é, se tal pressuposto fosse em relação à fração majoritária dos intelectuais anteriores faria sentido, mas ao se colocar como universalista desconsidera o outro lado, ou seja, o lado oposto desta tradição intelectual anterior. Neste sentido, nos parece falsa esta suposta dicotomia entre o que se produzia antes e depois da geração de 30. Demonstraremos no prosseguir do texto que há mais similitudes do que antagonismos entre Bomfim e seus sucessores da geração de 30.

### **AS TESES DE MANOEL BOMFIM E AS SEQUÊNCIAS COGNITIVAS NA GERAÇÃO DE 30**

Em “A América Latina: males de origem” (1905), o continuísmo com os signos do passado colonial é um elemento central em toda sua análise, constitui-se o aspecto balizador de toda a sua narrativa-textual. Logo, podemos notar que o que mais tarde seria a centralidade analítica de nossa geração de 30, já o era em 1905 para Bomfim. Na terceira parte do livro, intitulada “As Nações colonizadoras da América do Sul”, o médico sergipano buscou pistas no passado das nações da



península ibérica para diagnosticar os males das jovens repúblicas egressas do sistema de exploração colonial. Como o próprio Manoel Bomfim aponta em seu trabalho, suas preocupações residem sobretudo no ramo da Psicologia Social, até por isso a imersão no passado ibérico seria um meio de compreender os efeitos da exploração colonial impetrada aqui por espanhóis e portugueses na conformação do *mind set* compartilhado por certa fração dessas populações.

No processo de educação colonizadora ibérica, dimensões importantes para a compreensão dos entraves para o progresso social seriam, para Bomfim,: em primeiro lugar, a vontade dos grupos aristocráticos em conservar as sociedades inertes, no mesmo estado de coisas, marcado por um sistemático conservadorismo que garantiria, em última análise, a manutenção de certos privilégios; em segundo lugar, teria se consolidado, por meio desse *modus operandi*, uma naturalização do viver a partir da exploração de terceiros, criando assim uma ética e moral afastadas das atividades laborais. Portanto, sustentava Manoel Bomfim que as nações ibéricas, já viciadas no viver parasitariamente, educaram as novas sociedades por meio da reprodução social sistemática deste “processo civilizador” (ELIAS, 1994), por isso, a

(...) sociedade colonial compreendia, então, duas classes, perfeitamente distintas – os escravos índios e pretos, e as varias sortes de instrumentos que a metropole atirava para lá, afim de apropriar-se do trabalho desses escravos. Só depois é que, entre uma e outra dessas duas classes, se foi formando uma terceira, que se apresentará então como o novo elemento americano. Os unicos que poderiam reclamar, si soubessem, se tivessem o direito de fallar, esses coitados! A colonia é parasitada; mas, mesmo dentro da colonia, o parasitismo se exerce. – Em summa, a victima das victimas é o escravo, e este é o unico que não tem voz, nem para queixar-se. (BOMFIM, 1905, p. 113)

Porquanto, Manoel Bomfim destaca no caso brasileiro a expertise do colonizador português em estabelecer laços de sangue como estratégia para povoar e colonizar um território tão grande. Pois, sem tal estratégia, uma nação com uma população ínfima não conseguiria estabelecer seus domínios em um vasto território. Sem

contar, como o autor sugeriu, que se tratavam de povos já acostumados com séculos de misturas raciais dentro do próprio continente europeu (BOMFIM, 1905; SANTOS, 2017a).

Antes mesmo da observação em relação à moral aqui construída descrita por Sergio Buarque de Holanda e até mesmo as relações econômicas coloniais intimamente ligadas à degradação do trabalho livre descritas por Caio Prado Junior, mais de três décadas antes Manoel Bomfim descreveu que a adaptação do parasitado às condições que lhe foram impostas refletiu seriamente sobre o desenvolvimento pregresso das relações econômicas. Segundo o autor, a forma em que se desenvolveu o trabalho aqui possui intimas ligações com o regime de trabalho compulsório e as demais relações envolvidas neste processo, pois a escravidão “foi a abjecção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensísimos” (BOMFIM, 1905, p. 132). Assim, em Manoel Bomfim o processo de produção colonialista gerou consequências traumáticas para o desenvolvimento saudável dos países latino-americanos. Isso porque, nas

(...) nações da America latina, depois de tres seculos de produçção, depois de ter visto sahir de seu sólo riquezas fantasticas – todo o assucar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da America hespanhola – depois de ter produzido tanta riqueza, se acha tão pobre no dia da independencia como si dezenas de gerações de milhões de indios e negros não houvessem morrido de trabalhar, sobre um sólo fertilíssimo, semeado de minas preciosissimas. (...) Bastava que se houvesse fixado na America do Sul um decimo da riqueza arrancada ao trabalho do escravo, para que ella não precisasse andar hoje, pelo estrangeiro, a mendigar empréstimos que mais a empobrecem. Nada se empregou aqui, em cousa que signifique effectivamente riqueza: reservas economicas – nenhuma; instrumentos de produçção – escravos e açoites; regimen de trabalho – a ignorancia systematica, irreductivel... no dia da independencia, as novas nacionalidades se acharam sem industria, sem commercio nacional, sem capitães, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo. (BOMFIM, 1905, 140 *et seq.*)

Posteriormente, em “Raízes do Brasil”, livro publicado em 1936, de autoria de Sergio Buarque de Holanda, também caracterizaria o homem ibérico (o português e o espanhol) pela falta de aptidão no que concerne à organização, o desprezo pelo trabalho manual, entre outras coisas. Para Buarque de Holanda (2014), a cultura ibérica marcaria esses novos territórios por meio de estruturas sociais desajustadas, relações personalistas e também uma ausência de hierarquias organizadas. Portanto, tais características tornavam-se entraves para o desenvolvimento, uma vez que as relações personalistas levavam à busca desenfreada por prestígio e satisfação pessoal<sup>8</sup>. Buarque de Holanda também descreveu a capacidade de assimilação do português ao meio americano, e, aqui mais precisamente, isso se explicaria pelo espírito aventureiro do português, bem diferente do holandês que aqui não se adaptou.

A família rural foi uma categoria importante para Buarque de Holanda, e é por meio desse modelo familiar patriarcal tradicionalista que este autor inclusive irá entender o fazer política no Brasil. Entretanto, para compreender a significação que o autor dá à família rural, é necessário primeiro compreender a dicotomia estabelecida em “Raízes do Brasil” entre o rural e o urbano<sup>9</sup>. Dito isto, podemos dizer que a família rural descrita por Buarque de Holanda estava fundada na obediência ao patriarca. Tal modelo de organização familiar inundaria a vida política e o fazer política no Brasil, e, por fim, moldaria o homem cordial, constructo psicológico que corresponderia à repulsa dos brasileiros às relações impessoais, pois é movido por relações de simpatia e afeto. Neste sentido, o homem cordial<sup>10</sup> é um tipo ideal que necessariamente não tem como traço a bondade; conceitualmente, não é disso que se trata, mas sim da busca por relações pessoais e afetivas nas mais variadas esferas sociais.

Em relação ao Estado brasileiro e suas estruturas relacionais arcaicas analisadas por Sergio Buarque de Holanda (2014) e Raymundo Faoro (1977) por meio da noção de Patrimonialismo, ambos sob a influência weberiana, Manoel Bomfim analisou por meio do seu conceito de Conservadorismo essencial. Tal conceito orientou Bomfim na descrição dos interesses pessoais como determinantes no funcionamento interno das instituições brasileiras, mas esse tipo de

<sup>8</sup> O caráter personalista das relações sociais aqui estabelecidas impõe obstáculos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Contudo, as chaves explicativas deste continuísmo relacional que se demonstra preservado no seio da sociedade brasileira e em suas instituições ligam-se diretamente ao sentido que a colonização portuguesa teve em nosso território e a herança nos legada pelos portugueses.

<sup>9</sup> Segundo Buarque de Holanda, havia um predomínio da fazenda em relação à cidade – em que a primeira estava intimamente ligada à nobreza e a suas atividades diárias, ao passo que a cidade era vista nesta configuração como uma extensão da fazenda, pois, era “usufruída” nos momentos especiais pelos ricos latifundiários de outrora. Destarte, o meio rural associava-se concomitantemente à matriz econômica nacional (a agricultura) e simultaneamente ao trabalho compulsório.

<sup>10</sup> Este caráter na esfera política cria o problema da penetração *patrimonialista*, ou seja, a falta de distinção entre os domínios da esfera pública e da esfera privada – nesta perspectiva, ambas as esferas são fortemente marcadas por relações pessoais, de simpatia e afetividade.

conservadorismo seria um elemento educacional aprendido nas relações que foram estabelecidas aqui com o colonizador europeu. Neste sentido, afirmava Bomfim:

As instituições sociaes eram reproducções grosseira e viciada das instituições da península: os feudos, representados nas fazendas e domínios mineiros; a servidão, na escravaria ignara, alvitada pelo tronco e o calabrote. A religião é o fetichismo, a superstição bronca; a família é um pedaço de tribu, semi-feudal, semi-patriarchal, degradada pela ociosidade sobre o trabalho do negro, pervertida pelo espectáculo permanente dos barbaros tratamentos e castigos, infligidos ao escravo. (BOMFIM, 1905, p. 152)

Desta maneira, temos uma descrição processual igualmente importante, ainda que operada por conceitos distintos – e, além disso, temos também um retrato factual da perversidade cometida junto ao negro aqui escravizado, bem distante das relações romantizadas por Gilberto Freyre no que diz respeito à relação senhor e escravizado (FERNANDES, 2017). Pois em “Casa-Grande & Senzala”, livro publicado em 1933, a análise do autor pauta-se na família como uma categoria nuclear de explicação. Por um lado, o patriarca é o personagem central, já por outro lado, a mulher e o escravo são os personagens secundários, orbitando em torno do patriarca, e o universo em que a trama se desenrola em sua análise é o meio açucareiro agrário-industrial (BASTOS, 2013).

Freyre (1981) apontou que no caso brasileiro tivemos uma especificidade importante, que foi o tipo de escravidão menos bruta e segregacionista do que as formas de escravidão das colônias espanholas e inglesas. Isso se deu pelo que o autor chamou de processo de miscibilidade, para compensar o déficit populacional português. Desta forma, desde os primeiros anos da colonização, o português teria se misturado com as mulheres nativas e mais tarde com as mulheres africanas. Não à toa, Florestan Fernandes (2017) afirmou que a forma com que Gilberto Freyre refletiu e descreveu as relações raciais no Brasil

(...) acabou traduzindo o problema da sociedade brasileira como uma equação linear, pela qual a solução dos problemas raciais brasileiros procederia do mestiçamento.

Falando chulamente, passado e presente fluiriam em uma síntese: a solução viria da “pica”, com fusão de portugueses e africanos – o mestiçamento desenvolveria a igualdade racial. O negro teria sido o elemento desagregador da família (e por conseguinte da sociedade) patriarcal. A miscigenação cumpriria, nesse sentido, a função de classifica-lo como mestiço em uma nova estrutura social. Antonio Candido é um especialista no estudo da família e pode nos dar uma lição sobre isso. Gilberto Freyre pinta um belo quadro idílico: ao desagregar a família patriarcal por dentro, o negro derrotou os costumes. A mulher escrava, seduzindo o senhor ou seu filho; o homem escravo, seduzindo as mulheres brancas ou suas filhas. Criaram-se, assim, grandes dilemas no plano das relações raciais e a miscigenação foi vista, em si mesma, como matriz de uma nova ordem racial. Ora, o Antonio Candido demonstrou muito bem, em seu estudo: a miscigenação se processava na periferia da família patriarcal, não em seu núcleo. Portanto, ela não transmitia posição social. Como dizia Frei Vicente de Salvador, o português trouxe para cá dois preconceitos: um, era o preconceito de não ter mácula de trabalho mecânico; o outro, era o preconceito de não ter mácula de sangue, mistura de sangue. Isso quer dizer que a miscigenação não contribuía para criar classificação e muito menos igualdade racial. Ela não promovia a ascensão do mulato e do negro escravo, liberto ou livre (FERNANDES, 2017, p.117-118).

Na visão romantizada de Freyre (1981), que pressupõe como agente propositivo das ações o negro, configura-se um eufemismo. Descrever a mulher negra escravizada como “sedutora” do senhor, uma vez que esta era uma vítima sistemática de estupro na vigência da ordem escravocrata. Gilberto Freyre, ao tentar demonstrar certa relação consensual, acabava mais por romantizar a relação entre os donos dos escravizados e suas propriedades legais no período. Assim, nos parece que na tentativa de relativizar culturalmente para distanciar-se das visões correntes de grande parte de uma tradição intelectual anterior, Freyre não consegue se desvencilhar totalmente da defesa do senhor da casa-grande e, assim, acusa por uma suposta perversão sexual a mulher escravizada – isso sem refletir seriamente quais eram as possibilidades de se protegerem dessa violência impetrada pelos seus senhores e filhos.

Por fim, cabe ressaltar que a noção de laços de sangue como meio que propiciou o sucesso da empreitada portuguesa em solo

americano e levou ao mestiçamento de parte significativa em termos quantitativos da população brasileira foi previamente assinalado por Manoel Bomfim em seu ensaio histórico-sociológico de 1905. Entretanto, Bomfim o mobilizou sem tentar relativizar violência alguma, ou mesmo transmitir para as vítimas a pró-atividade no processo, por um lado; já por outro lado, o mestiçamento que Bomfim descreveu era um fato objetivo dos laços de sangue, que não criava status ou ascensão social, por isso mesmo, não se configurava uma relação de harmonia.

Não obstante, Manoel Bomfim sustentava que a falta de observação leva as elites latino-americanas a desconsiderarem as condições materiais e históricas de formação destas jovens repúblicas, o que, no limite, se materializava em pressupostos incompatíveis com as reais necessidades destas nações. Isto porque não houve um rompimento efetivo com as iniquidades do passado; ao invés disso, há a atualização dos mesmos processos em outros moldes. Dizia o médico em relação à reforma que se acreditava fazer com o fim do regime escravocrata:

Decreto-se a libertação, e fôram-se todos, considerando a reforma como acabada; e si alguém ainda se occupou do caso – foi para pedir ou propor que se importassem *braços baratos*, que podessem substituir os antigos escravos, nada se alterando nos costumes e nos processos: chinezes ou italianos, que viessem occupar as antigas senzalas – um salario baixo, equivalente á alimentação e ao juro do preço do negro... tudo mais como dantes. Quanto a essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletarios – quanto a estes: que sejam obrigados por lei a trabalhar; pedem-se *leis sobre a vagabundagem*, lei de *locação de serviços*, na convicção de que, no momento em que alguns decretos, substanciosos de artigos e paragraphos, vierem publicados, todos esses homens tornarão logo activos, adorando o trabalho, e dispostos a dar o seu labor ao fazendeiro ocioso e bruto, por um salario miseravel. (...) o fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama tambem quotas directas, em especie – *auxílios á lavoura*, compensação aos lucros cessantes... Hontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado (...). (BOMFIM, 1905, p. 180 *et seq*)

A citação acima revela muito da disparidade argumentativa deste médico em relação aos demais contemporâneos e quão similar eram seus pressupostos em relação a uma tradição intelectual posterior à sua (CANDIDO, 1990; RIBEIRO, 1993; IANNI, 2004). Outrossim, vale ressaltar que dentre os autores brasileiros, Manoel Bomfim foi o primeiro a apresentar como saída para fugir da ingerência europeia e norte-americana uma integração das nacionalidades latino-americanas (ALVES FILHO, 1979; GONTIJO, 2010; GIL, 2016), divergindo, assim, da proposição anterior à sua, estabelecida pelo tio-avô de Caio Prado Jr., estabelecida em “A Ilusão Americana” (PRADO, 1895).

Destarte, a concepção bomfimniana mantém certa similaridade em alguns postulados de “Formação do Brasil Contemporâneo”, escrito pelo intelectual paulistano, Caio Prado Junior e publicado em 1942. O objetivo deste trabalho foi compreender a formação social brasileira tomando como chave a transição entre o período colonial e a nação. A abordagem que Prado Jr (1972) empregou tentava pôr em xeque as abordagens correntes que eram idealizadas e pouco se detinham em torno do país real. Para tal empreitada, Prado Jr parte do método marxista de análise para tentar dar conta dos seus objetivos neste trabalho.

Sua questão central em “Formação do Brasil Contemporâneo” era demonstrar como a presença do passado colonial é preponderante para a compreensão de variadas dimensões do Brasil-nação. Por conta disso, segundo o autor, fazia-se necessária a investigação dos três séculos de organização colonial em que se fundaram os elementos centrais da nacionalidade brasileira para, a partir daí, tornar legíveis os processos e as dinâmicas do Brasil contemporâneo.

Na abordagem de Prado Jr (1972), a economia colonial era marcada pela seguinte dualidade: se por um lado havia uma concentração de atividades voltadas a grande exploração, por outro se particularizava pelo baixo nível tecnológico que se materializava numa total falta de dinamismo, cujos objetivos estavam subordinados a condicionantes internacionais. Contudo, como em muitas de suas alegações racistas ao longo do livro (SLENES, 2011), Prado Jr sustentava que o modelo irracional e pouco dinâmico do trabalho que se



desenvolvia no período tinha vinculações diretas ao trabalho do escravizado africano descrito pelo autor como “semibárbaro”<sup>11</sup> e, também, pelo regime de organização administrativo e político imposto por Portugal.

Em Prado Jr (1972) a instituição escravidão possuía certa centralidade para a interpretação da realidade brasileira (ainda que enviesada<sup>12</sup>), pois as persistências de elementos arcaicos numa dinâmica moderna possuem íntimas ligações com os contornos econômicos, políticos, sociais e até mesmo relacionais estabelecidos dentro da lógica operacional do passado. No fim, se Caio Prado Jr enxergava animosidade e selvageria nos costumes de negros e indígenas, o mesmo não é visível no texto inaugural de Manoel Bomfim, que em 1905 (37 anos antes da publicação do livro de Prado Jr.) mostrava com uma dose de ironia<sup>13</sup> o quão selvagem foram as práticas dos colonizadores, seja nas Américas, na África ou em outros pontos do globo terrestre; das riquezas que foram pilhadas aos povos que foram massacrados. No mais, após todo o exposto, tendemos a concordar com a assertiva do antropólogo Darcy Ribeiro (1993), que afirmou que só

(...) muitas gerações depois as interpretações magistras de Manoel Bomfim entraram em curso, lidas todas em outros autores. Muito antes de Gilberto Freyre aprender isto em Nova Iorque – como a sabedoria mais sábia da Universidade de Colúmbia – Manoel Bomfim dizia com toda clareza que as taras do crioulo não vinham da raça, mas da escravidão (...) Caio Prado ainda estava nascendo quando Manoel Bomfim nos falava com exatidão do caráter classista, intrinsecamente tirânico e espoliativo, do Estado brasileiro, por isso mesmo, justamente odiado ontem e hoje pelo povo. Também antes do que qualquer outro, Manoel Bomfim nos deu o diagnóstico do racismo como a técnica ideológica europeia de dominação e escravização. O próprio Gilberto, quando retoma essas teses, trinta anos depois, o faz torpemente, encantado que estava com a bondade do senhor de engenho. Até o reconhecimento dos méritos do português como povo com grande capacidade de assimilação e de adaptação é assinalado por Manoel Bomfim, que o faz sem cair nos tropicalismos coloniais de Gilberto. (...) Multiplicaram-se, depois de Gilberto, os autores que se acercavam da visão de Manoel Bomfim, tais como Arthur Ramos, Josué de Castro, Sérgio Buarque, Caio Prado. Nenhum deles, porém, o leu. (RIBEIRO, 1993, p. 15)

<sup>11</sup> Cf. “Se em Freyre a explicação sociológica retirava do negro o fardo da “raça”, no trabalho de Prado ela lhe atribuía outro peso: o de uma profunda deformação de caráter e cultura sob o escravismo, com implicações para sua história subsequente. O quadro era atenuado apenas pelo fato de que o “desregramento” moral, segundo Prado, atingia por razões estruturais a massa da população livre, marginalizada pelo sistema escravista, e até contaminava os próprios senhores. Ironicamente (...) “a promiscuidade com escravos, e escravos do mais baixo teor moral”, entre outras características da vida senhorial, tornara a casa-grande “uma escola de vício e desregramento” para a criança branca.” (SLENES, 2011, p. 37-38)

<sup>13</sup> Em relação aos povos indígenas e os negros aqui escravizados, Caio Prado Jr sustentava que se tratavam de “povos de nível cultural ínfimo (...) simples máquina de trabalho bruto e inconsciente (...) povos bárbaros e semibárbaros (...) pretos boçais e índios apáticos” (PRADO JR, 1972, p. 272, 277).

<sup>31</sup> Cf. BOMFIM, 1905, páginas 276-277.

O que Darcy Ribeiro nos informa por meio de sua argumentação é o pioneirismo analítico de Manoel Bomfim frente não só aos seus contemporâneos, mas também à possibilidade posterior de leitura dos pressupostos bomfimnianos em importantes intelectuais brasileiros, sobretudo nos intelectuais da chamada geração de 30. Todavia, é importante salientar que a não referência a Bomfim nestes trabalhos posteriores pode ser compreendidos pela lógica do silêncio e da ignorância (no sentido de ignorar algo). Logo, devemos ter em mente que cada época apresenta limites em seu vocabulário normativo, o que determina em última análise como determinadas questões serão identificadas e discutidas. Da mesma forma o silêncio torna-se aparato consciente, uma vez que os autores não se limitam a concordarem ou mesmo explicitamente atacarem os postulados uns dos outros. Portanto, o silêncio neste caso opera como meio de ignorar o outro de forma polêmica, sendo aqui o silêncio observável com certo grau de veemência (SKINNER, 1996).

Para o jornalista, acadêmico<sup>14</sup> e intelectual maranhense Humberto de Campos (1886 – 1934), em seu texto intitulado “Manuel Bomfim”, redigido dois dias após a morte do médico sergipano, destaca a fundação de uma narrativa nova, cuja intelectualidade contemporânea e posterior poderiam se furta por meio dos caminhos abertos por Bomfim. Segundo Humberto de Campos:

Manuel Bonfim, foi, na verdade, uma das mais vigorosas organizações mentais que o Brasil tem produzido. Possuía uma noção segura e original de todos os nossos problemas, fossem políticos, sociais, ou literários, com os quais formava panoramas novos no mundo do conhecimento. Produzia muito, e vendia por grosso. Cada um dos seus livros é um vasto armazém de idéias, capaz de abastecer uma academia ou uma geração. Daí a forma compacta, a densidade e o volume de cada um deles. Não editava artigos nem folhetos. Na floresta das idéias não colhia flores nem cortava arbustos: derrubava madeiros, atacava cedros e jequitibás, que lançava, inteiros, à correnteza, para que outros no futuro os desbastem, aproveitando-os para construções leves e elegantes. Era um selvagem magnífico, de músculos poderosos, que trabalhava numa selva solitária, usando, ainda, como se observa no seu estilo, rude machado de pedra. (...) Isolado na sua geração, não só pela originalidade do temperamento como pela orientação da cultura, não

<sup>14</sup> Membro da *Academia Brasileira de Letras* (ABL).

desfrutou a popularidade amável dos companheiros.  
(CAMPOS, 1982, p. 34)

Observamos que as características descritas por Humberto de Campos, Darcy Ribeiro e Antonio Candido nos subsidiam na afirmação de que Bomfim foi algo mais que o autor de seus próprios livros. Pois a forma pela qual Manoel Bomfim leu os processos sociais do passado e produziu suas narrativas-textuais abriu inúmeras possibilidades posteriores de tomada interpretativa do Brasil, utilizando simbioticamente o passado colonial e a escravidão como chaves explicativas para a compreensão do Brasil do presente. Diametralmente oposta ao pensamento intelectual de seus antecessores, contemporâneos e até alguns intelectuais posteriores, a título de ilustração, destacamos por exemplo: Sylvio Romero (1888a, 1888b), Nina Rodrigues (1932, 1936); João Baptista de Lacerda (1912); Renato Kehl (1929); Oliveira Vianna (1934, 1942), entre outros. Como afirma Mitsuko Aparecida Makino Antunes:

Bomfim, num esforço de análise sobre a sociedade brasileira, adotou uma perspectiva em que procurava demonstrar que os problemas enfrentados pelo país deveriam ser buscados em suas raízes históricas, particularmente na sua formação colonial, baseada na exploração imposta rudemente pela metrópole. Em sua análise, considera que uma das mais nefastas consequências da exploração sobre a colônia incidiu sobre a cultura e aponta nessa direção a superação dos problemas nacionais; para o autor, um dos principais determinantes do atraso do país era a ignorância historicamente imposta pelas classes dominantes ao povo brasileiro, estando na difusão da educação a solução para os problemas, não apenas como remédio para o atraso econômico mas, principalmente, como meio de conquista da liberdade pelo povo brasileiro, caminhando de fato para a democratização da sociedade. (...) Paralelamente, deve-se acrescentar que, para alguns intelectuais, o atraso do país devia-se à diversidade de raças, sobretudo à presença da raça negra, considerada inferior, porque, segundo eles ela trazia em si os germes da apatia, da indolência e da preguiça, além de sua propensão à degeneração psíquica e, assim sendo, constituía-se como entrave ao progresso. Diametralmente oposta era a concepção de Bomfim, para quem essas idéias eram equivocadas e, ao contrário de contribuírem para a solução dos problemas do país, tendiam a perpetuá-los. (ANTUNES, 1998, p. 69-70)

Demonstramos a importância das teses de Manoel Bomfim que formam o grosso do conteúdo de “A América latina: males de origem” (1905) – teses que mais tarde seriam refinadas e também reformuladas em sua trilogia: “O Brasil na América” (1929), “O Brasil na História” (1931) e o “Brasil Nação” (1931). Com os devidos cuidados tomados no que concerne às limitações temporais do autor, Bomfim apresentou em 1905, para o Brasil, pressupostos que representaram a fundação de um abismo narrativo-textual entre o pensamento hegemônico da intelectualidade brasileira de seu contexto. Posteriormente, suas teses entrariam novamente em circulação em outros intelectuais brasileiros.

Todavia a importância dos postulados formulados por Manoel Bomfim numa tradição ensaística posterior à sua pode ser explicado de forma coerente por meio da noção de sequências cognitivas (BOTELHO, 2007; 2019), isso porque tal noção nos permite analisar os principais elementos, seja em termos de continuidades ou descontinuidades, que ligam os pressupostos Bomfimnianos às produções posteriores. Então, é neste sentido que “A América Latina: males de origem” (1905), tomando a sugestão de André Botelho, se “mostrou capaz de interpelar, no plano cognitivo, diferentes trabalhos posteriores, não obstante muitos deles divergirem radicalmente do seu sentido político original” (BOTELHO, 2007, p.50).

Portanto, há uma interpelação que é capaz de ser identificada em dois planos distintos: o primeiro, teórico-metodológico e o segundo, substantivo (BOTELHO, 2007). O primeiro estando intimamente ligada à análise social estabelecida pelo autor no seu tempo e formalizando certas linhas interpretativas para determinados temas e problemas, pelos quais se encontrariam os fundamentos das dinâmicas histórico-sociais e institucionais; no caso de Bomfim, tal percepção exigiu do autor um movimento de ruptura com as abordagens pseudocientíficas europeias e o esforço de construção de mecanismos objetivos para a compreensão brasileira (e latino-americana). Já o segundo vincula-se diretamente ao fato de suas teses devido às persistências de diversos elementos do passado, conhecer distintos desdobramentos na produção ensaística e científica posteriormente (BOTELHO, 2007; 2019). Em suma, por tudo isso, entendemos a relevância de posicionar Manoel Bomfim como peça

importante na composição dos cânones do Pensamento Social Brasileiro.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Manoel Bomfim foi um intelectual ligado ao seu tempo e estava preocupado com as questões da mesma, ainda que uma série de outras questões refletidas pelo autor possam ser observadas nos dias de hoje. Em “A América Latina: males de origem”, as narrativas-textuais foram organizadas e refletidas por outra chave explicativa, em que a relevância dos processos históricos singulares na constituição destas novas nacionalidades latino-americanas seria substancial para a compreensão dos problemas de nossa formação político-estrutural. Portanto, a “América Latina” de Bomfim, foi o primeiro estudo de Psicologia Social, História e Sociologia que, de forma dissonante, se contrapôs às respostas ancoradas nas teorias racistas em voga no período, alocando o problema em outra ordem, o que, por conseguinte, tornou legíveis os verdadeiros problemas encarados pela América do Sul e a fração majoritária de suas populações.

Na tradição do Pensamento Social Brasileiro, é possível ler M. Bomfim em outros autores de relevância para o campo, pois a noção de sequências cognitivas representa a “sobrevivência” de certos postulados em variadas produções intelectuais – ensaísticas ou científicas posteriores às suas, passíveis de interpelação num plano cognitivo. Dito isto, as inquietações que nos levaram a estas reflexões foram motivadas pelas maneiras díspares de serem tratados determinados autores em detrimento e/ou oposição a outros, em alguma medida, parecendo que uns são os fundadores do pensar sociologicamente em solo brasileiro em oposição aos autores “anacrônicos” do passado.

Entendemos que os cânones responsáveis pelas inovações no modo de pensar o Brasil que nos são apresentados nos cursos de Ciências Sociais no país são construções arbitrárias que desconsideram implicitamente o que foi produzido antes. Nosso objetivo aqui não foi questionar a geração de 30 e sua relevância para as ciências humanas e sociais, tampouco supor que nossa reflexão seja capaz de ter um

efeito de reconstrução deste cânone, por isso no título do artigo apresentamos a ideia de “repensar”. Ora, o que tentamos estabelecer aqui foi uma reflexão, trazendo para o debate um autor que levantou teses próximas dos intelectuais da geração de 30 quase três décadas antes. Daí a relevância do indicativo tanto de Darcy Ribeiro (1993), quanto de Antonio Candido (1990) em relação ao modo de interpretar o Brasil estabelecido pelo médico de formação, professor por vocação, sociólogo, historiador, pedagogo e antropólogo por aclamação, Manoel José do Bomfim (1868-1932).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento Social no Brasil – Manoel Bomfim um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamê, 1979.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/Educ, 1998.

BASTOS, Élide Rugai. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: um debate sobre a democracia racial. In: MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (org). *Gilberto Freyre: religião, trópicos e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp. 261-278.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Pro pátria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 – 1897)*. Bragança Paulista/SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2002.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOMFIM, Manoel. *A America Latina: males de origem*. Paris: H. Garnier, 1905.

\_\_\_\_\_. *O Brazil na America: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

\_\_\_\_\_. *O Brazil na Historia: deturpação das tradições – degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. *O Brazil Nação: realidade da soberania brasileira – Tomo I*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. *O Brazil Nação: realidade da soberania brasileira – Tomo II*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primaria*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1931.

BOTELHO, André. Seqüências de uma Sociologia Política Brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.50, nº1, pp.49-82, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Retorno da Sociedade: Política e interpretações do Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude ; PASSERON, Jean-Claude. *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em Sociologia*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

CAMPOS, Humberto de. *Obras escolhidas. Vol. 8. Sepultando meus mortos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1982.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, 4(8), 1990, pp. 5-18.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador volume I: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre/RS: Globo, 1977.

FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio, 1981.

GIL, Mónica Albizúrez. *Modernidades extremas Textos y prácticas literarias en América Latina Francisco Bilbao, Manuel Gonzáles Prada, Manuel Ugarte y Manoel Bomfim*. Madrid/ Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuete, 2016.



GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

LACERDA, João Baptista de. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e commentarios*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1912.

MEDEIROS, Mauricio Campos de. Manuel Bomfim e a Psychologia. In: MEDEIROS, Mauricio Campos de. *Ideas, Homens e Factos*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935, pp.157-170.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manuel Bomfim: autor desconhecido ou fora do tempo? *Revista Sociologia e Antropologia*. V. 05.03. Rio de Janeiro, dezembro. p. 771-797, 2015.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 2. ed. Paris: Armand Colin et cie, Editeurs, 1895.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: Bomfim, Manoel. *América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

\_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Sylvio. *A America Latina (Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. Porto: Chardron, 1906.

\_\_\_\_\_. *Historia da litteratura brasileira – tomo primeiro (1500-1830)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888a.

\_\_\_\_\_. *Historia da litteratura brasileira – tomo segundo (1830-1877)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888b.

SANTOS, José Geraldo dos. *Manoel Bomfim: racialismo, mestiçagem e índios*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira. Programa de Pós-graduação em História; Niterói, 2017a, 220 fls.

SANTOS, Patrick Silva. *Manoel Bomfim: voz dissonante do Pensamento Social Brasileiro*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-graduação em Sociologia; Niterói, 2017b, 192 fls.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

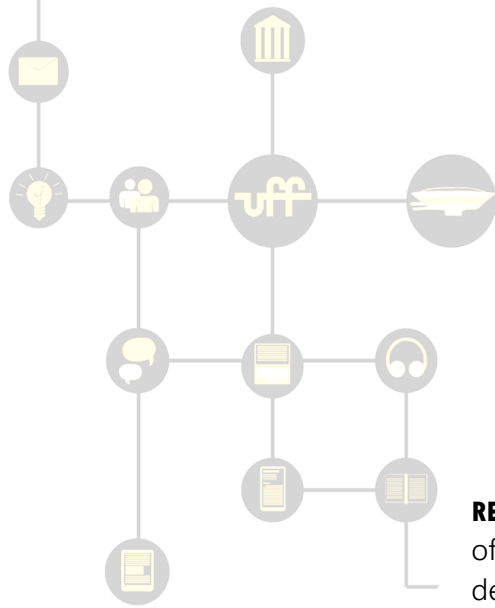
SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações da família escrava: Brasil sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 2. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. *Pequenos estudos de psychologia social*. 3. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1942.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.



## ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DO PRONATEC EMPREENDEDOR E A NEOLIBERALIZAÇÃO ESCOLAR

Kássia de Paula Rangel Pedrosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo a seguir propõe analisar o material didático ofertado pelo Pronatec Empreendedor. Para iniciar a investigação desta pesquisa, foi comentado o contexto histórico da Educação Profissional no Brasil, depois foi analisada a legislação que instituiu o Pronatec, e por fim foram apontadas contradições discursivas do partido político que engendrou esta política pública. A metodologia utilizada foi análise documental e levantamento bibliográfico. Nas considerações finais, comento se o material ofertado estimulava a construção de uma subjetividade disciplinarizada entre os jovens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pronatec Empreendedor, Empreendedorismo, Educação Profissional.

### ANALYSIS OF THE DIDACTIC MATERIAL OF THE ENTREPRENEURIAL PRONATEC AND SCHOOL NEOLIBERALIZATION

**ABSTRACT:** The following article proposes analysis about the courseware offered by the government program Pronatec Empreendedor. To start the investigation of this research, was discussed the historical context of Professional Education in Brazil, then was analysed the law that instituted Pronatec and, in the end, were pointed to the discursive contradictions of the political party that engendered this public policy. The methodology used was document analysis and bibliography survey. At the final consideration, I comment if the material supplied stimulates the construction of a disciplinarized subjective between the young.

**KEYWORDS:** Pronatec Entrepreneur, Entrepreneurship, Professional Education.

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

## INTRODUÇÃO

No final do século XX, o contexto de reestruturação produtiva do capitalismo explicitou a disputa pelo campo educacional, mas desta vez, existiam elementos inéditos para a otimização da produção. É importante compreender estes elementos pois evidenciam os desafios da Educação Pública enfrentava. Comecei a questionar o discurso de responsabilização individual do sucesso profissional e a superficialidade metodológica do empreendedorismo. Desta maneira investiguei o material didático do Pronatec Empreendedor e a política institucional que viabilizou o material e se havia um estímulo discursivo por uma “subjetividade neoliberal”.

Historicamente a educação profissional se apresenta como local de disputa, por ser um espaço de formação de conhecimento e ao mesmo tempo produção de mão de obra qualificada para o mercado. O ensino profissional possui a finalidade de incorporar os alunos ao mundo do trabalho, mas este objetivo não pode determinar o processo de aprendizagem. Nesta pesquisa interessa-me analisar o material didático que contribui para formação técnica e social dos alunos, e identificar quais valores têm sido ressaltados nessa dinâmica.

Os governos dos anos 2000 contemplou a educação profissional com diversas políticas públicas, dessa forma observa-se a relevância deste campo no momento de avanço de práticas econômicas neoliberais, como a autora (CORREIA, 2018) caracteriza “Mesmo havendo uma ruptura nas orientações internacionais a partir do governo de Lula da Silva – 2003 -, o corte neoliberal das reformas educacionais implementadas nos anos de 1990 não foi interrompido pelos governos Lula-Dilma”. O protagonismo nos projetos políticos revelou também o imediatismo da certificação, de modo que ressaltou a formação de ensino escolar mercadológico (VENTURA; LESSA; SOUZA, 2016). É a partir deste cenário que apresento a pesquisa deste artigo, que desenvolverei uma análise sobre o material didático Pronatec Empreendedor ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro como incentivo institucional uma subjetividade empreendedora. A exposição argumentativa deste texto analisará as políticas educacionais adotadas pelo Partido dos Trabalhadores, o qual outorgou o Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego. Por fim, explorarei as contradições discursivas da gestão deste partido em relação ao seu projeto de educação, e como a defesa do ensino público e gratuito esteve condicionada a uma promoção da “subjetividade neoliberal”.

## **DISCUSSÃO METODOLÓGICA**

Em uma investigação social o método adotado indica como o fenômeno será observado, analisado e interpretado. A compreensão de método científico ultrapassa a definição pragmática de coletar informações, sua função não pode se limitar apenas ao aspecto objetivo. É pertinente destacar que a metodologia científica significa *como, de que maneira*, é reunido a coleta de dados (RICHARDSON, 1999).

Cabe destacar que o mesmo fenômeno pode ser interpretado de diversas formas, gerando leituras e elucidações distintas, o que vai diferenciar serão os métodos de análise. Digo isto, pois enquanto investigadores é importante evitar a pretensão de que determinado método transportará fidedignamente a realidade em conceitos. Para analisar um fenômeno social é necessário, enquanto pesquisador, identificar quais lentes apreciarão o movimento real. A forma como é observada a realidade já constitui a própria linha teórica defendida na argumentação científica. (BACHELARD, 1996).

Após uma breve reflexão sobre o que é produzir um material científico, irei apresentar os detalhes desta pesquisa. A metodologia adotada foi o levantamento bibliográfico das áreas: a formação histórica da educação profissional no Brasil, interpretação legislativa de projetos educacionais aprovados no mandato do Partido dos Trabalhadores, compreensão dos processos macroeconômicos e avanço do neoliberalismo nacional. Após explorar a literatura existente, me dediquei a estudar o projeto Pronatec (BRASIL, 2011), mais especificamente o Pronatec Empreendedor (BRASIL, 2013) e analisar o material didático ofertado por esta iniciativa. A expectativa é averiguar possíveis elementos de uma formação educacional *intencionalmente* voltada para o mercado.

## DESENVOLVIMENTO DA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

A vertente teórica desta pesquisa define a Escola como organização convencional capaz de influenciar no desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos (FOUCAULT, 1987). Foucault aponta o ambiente escolar como uma instituição capaz de adestrar comportamentos, condutas e posteriormente dinâmicas coletivas. Como o autor destaca no seguinte trecho:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (...). Constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (FOUCAULT, 1987, p.163)

A partir do conceito de controle dos corpos, Foucault (1987) aponta o fenômeno da introspecção da “alma” moderna. Portanto, através de uma genealogia de poder e um permanente adestramento do corpo material, se manifestaria uma subjetividade condicionada a este exercício de poder. Assim como as autoras, Lockmann e Machado (2018) pontuam o processo de subjetivação “Tem a possibilidade de legitimar o poder político ou de resistir e reinventar outras formas de ser governado e de governar a si mesmo.” (2018, p. 130). Laval (2019) destaca que o avanço do neoliberalismo requisitou ao sistema educacional não apenas o controle dos corpos, mas promoção de uma subjetividade neoliberal. Esta perspectiva é reafirmada pelo seguinte trecho:

Todas as instituições, além da econômica, foram afetadas por essa mutação, inclusive a instituição da subjetividade humana: o neoliberalismo visa a eliminação de toda ‘rigidez’, inclusive a psíquica, em nome da adaptação às situações mais variadas com que o indivíduo depara no

trabalho e na vida. Mais que nunca a economia ocupa o centro da vida individual e coletiva, os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva, e o sucesso pessoal. Isso não pode deixar incólume o sistema normativo da sociedade e seu sistema de educação. (LAVAL, 2019, p.39)

No neoliberalismo identifica-se o movimento de adequação psíquica, emocional, física as intempéries econômicas. O ambiente neoliberal demanda uma identidade subjetiva adaptada a volatilidade, a dinâmica capitalista, portanto, reitera-se a não identificação do *eu* enquanto sujeito histórico.

### **CONTEXTO HISTÓRICO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A história da Educação Profissional variou de acordo com a trajetória político-econômica no Brasil. Dependendo da orientação governamental e as políticas públicas adotadas, o ensino profissional recebia maior visibilidade. Por exemplo, a partir da discreta industrialização da Primeira República (1889-1930) na gestão de Nilo Peçanha foi criada a Escola de Aprendizes Artífices que oferecia ensino primário voltado para capacitação profissional (ZUCARELLI, 2016).

O Regime Militar trouxe diversos impactos à educação profissional, mas certamente o fato mais relevante se refere à obrigatoriedade de cursar uma formação profissional para ter acesso ao 2º grau. A partir desta modalidade de ensino compulsório é possível identificar atuação de um projeto econômico político, o caso da ditadura destacou valores de exaltação ao trabalho técnico em detrimento do manual (ZUCARELLI, 2016).

O período de redemocratização instituiu a Constituição de 1988, e foi atribuído como marco legal de avanços aos direitos à Educação, Saúde, Habitação entre outros aspectos elementares da vida humana. A atual Constituição delegou ao Estado brasileiro maior responsabilidade em conduzir a educação pública, entretanto a dinâmica observada nos anos 90 foi contrária a estas perspectivas e aponta para desenvolvimento de política pró-mercado.

O final do século XX mostrou como a Educação concentrou terreno de disputas entre a consolidação dos direitos sociais e avanços



de políticas neoliberais. Por exemplo no anteprojeto da Lei de Diretrizes Básicas de 1996 havia uma defesa da politecnicidade, um conceito progressista que define o processo de aprendizagem teórico e prático através das várias etapas que constituem o processo produtivo (CORREIA, 2018). Como a história demonstra-nos este projeto não foi promulgado, e a partir dos anos 2000 a Educação Profissional foi uma das áreas que mais evidenciou o desenvolvimento de medidas legais neoliberais.

### **NEOLIBERALISMO BRASILEIRO E OS IMPACTOS À EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Interessa-me realçar os principais pontos que engendraram o neoliberalismo brasileiro. Após o período de redemocratização, surgiram figuras influentes que teceram críticas ao aparelho estatal, apontando características de improdutividade, ineficiência e adjetivando-a como uma instituição retardatária à economia. No início dos anos 90 a ideologia neoliberal já possuía discípulos mundiais, nações com o capitalismo desenvolvido incorporaram as políticas de redução da máquina pública e uma maior autonomia do mercado (NAKATANI, OLIVEIRA, 2010). Resgatando a perspectiva do neoliberalismo como ferramenta de aculturação Brasílio Sallum afirma:

Estudos sobre a programação da Rede Globo mostram, de modo persuasivo, que suas telenovelas reconstruíam alusivamente, ainda que não de forma intencional, o espaço público brasileiro, identificando o Estado, os políticos e os funcionários públicos com as noções de corrupção, desperdício, incompetência, fisiologismo, pouco trabalho, corporativismo etc. Em suma, o Estado foi caracterizado como entidade exterior à sociedade e defensora de seus próprios interesses particulares; e, ao invés, o empresário passa a ser associado à modernidade (SALLUM, 2015, p. 49).

A difusão da concepção pejorativa do Estado preparou o terreno para a sociedade absorver a gestão neoliberal como medida palatável. As reformas na área educacional na década de 1990 foram um marco na Educação Básica e teóricos apontam retrocesso de direitos (VENTURA; LESSA; SOUZA, 2016).

No mundo, a gestão neoliberal ganhava mais Estados adeptos, como por exemplo o Chile (MUNDO AFORA, 2014) e África do Sul

(NDIMANDE, 2011) e isso influenciava diretamente a condução das políticas educacionais. Globalmente vivíamos o fenômeno de uma instituição escolar dedicada à promoção de uma subjetividade neoliberal.

### **ORIGEM LEGAL PRONATEC E MODALIDADE “FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - FIC”**

O Pronatec advém do contexto de políticas públicas com perspectiva neoliberal, mas antes é pertinente desenvolver o aspecto legal deste projeto educacional e em qual parte o Pronatec Empreendedor foi inserido. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec foi instituído pelo marco legal nº 12.513 em 26 de Outubro de 2011. Este programa teve como perspectiva a expansão, ampliação e consolidação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica. É importante comentar também que este programa concentrou os demais projetos ligados a formação técnica que já existiam e permaneceram dispersos no Ministério de Educação.

O Pronatec foi inaugurado com o objetivo de também agregar programas existentes na área da educação profissional. Outro tópico pertinente é que este programa possuía a característica em dialogar com as demandas de diversos ministérios — Ministério do Trabalho, Turismo, Agricultura, entre outros — a fim de estimular a criação de vagas de cursos técnicos. O programa ficou sendo gerido pelo seguinte funcionamento: demandantes (ministérios), perfil beneficiário (alunos) e modalidades (tipos de bolsas) e assim liberaram acesso aos cursos técnicos (MATOS; LIMA, 2016).

O Pronatec abarcou projetos já em curso, exemplo disto foi a incorporação dos cursos de *Formação Inicial ou Continuada (FIC)* que possuem carga horária de 160h em média (MATOS; LIMA, 2016). Dentro desta modalidade o Governo Federal, com a finalidade de apoiar e financiar cursos técnicos com essa especificidade, inclui:

Financiamento da educação profissional e tecnológica:

A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de *formação inicial e continuada* ou qualificação profissional. (BRASIL, 2011)

O material didático que estamos analisando, Pronatec Empreendedor, foi implementado pela modalidade *Formação Inicial e Continuada – FIC*. Esta modalidade de ensino foi ofertada tanto pelos Sistemas S (Senai, Senac, Sebrae, Sesc) quanto pela rede federal, como no caso desta pesquisa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

### **PÁTRIA EDUCADORA OU PÁTRICA EMPREENDEDORA**

O slogan do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi chamado de *Pátria Educadora*, certamente existe um apelo simbólico, mas a mensagem passada pelo governo federal é: uma pátria escolarizada é uma pátria empregada, assim como apontam as autoras (SILVA; MACHADO; FREITAS, 2017). O Partido dos Trabalhadores ofereceu um expressivo acesso às modalidades de ensino, inclusive na educação profissional. De acordo o censo escolar em 2015 havia um total de 1.900.000 matrículas (MEC/INEP, 2019), apresenta uma significativa diferença do início do governo petista que apontava 586.000 (MEC/INEP, 2003) do número de matrículas da Educação Profissional. Entretanto, a orientação pedagógica que persistia no Pronatec era a visão utilitarista escola-mercado (LAVAL, 2019). No caso, do material analisado observamos um aprofundamento desta lógica, caracterizada pela mediação do conhecimento por valores mercadológicos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi aprovado em 2011, é um projeto que propõe ampliar o número de vagas em Educação Profissional e Tecnológica. Segue os principais objetivos do programa:

São seus objetivos específicos:

A expansão das redes federal e estaduais de EPT; a ampliação da oferta de cursos a distância; a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas; a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e; a difusão de recursos pedagógicos para a EPT. (MEC, 2011)

O Pronatec surgiu como política de incentivo a um mercado de trabalho pouco capacitado em um país com perspectiva de aceleração das políticas desenvolvimentistas. O programa foi oferecido tanto aos institutos públicos quanto à iniciativa privada, sendo que as instituições particulares possuíram uma participação expressiva. De acordo com Matos e Lima (2016) a modalidade de ensino *FIC* foi ofertada em 80% pela rede particular e em 20% pela rede pública. É importante destacar que o governo federal concedeu espaço para as instituições do Sistema S terem protagonismo no cenário educacional profissional. Um fato que corrobora com esta afirmação é a linha editorial do material didático analisado neste trabalho, um livro elaborado pelo SEBRAE que foi utilizado pelo IFRJ.

A crítica que desafio tecer é apontar os limites de implementação de um desenvolvimentismo — para as pautas sociais — que estivesse de acordo com a agenda neoliberal, com representantes do setor industrial, agronegócio e banqueiros. Ou seja, um discurso desenvolvimentista (expansão dos postos de emprego e qualidade de vida melhor para classe trabalhadora), mas a prática econômica apontava para uma agenda neoliberal. Mas antes de explicitar a crítica norteadora deste trabalho é necessário comentar sobre atuação política que permitiu ao PT um contínuo diálogo com setores aparentemente antagônicos. André Singer e Isabel Loureiro resgatam uma perspectiva que merece ser citada:

Ao final de doze anos de percurso lulista, que tipo de sociedade, de economia e de política foi se configurando? Os autores aqui reunidos trazem elementos para um levantamento a quente de alguns aspectos, cuja definição só a distância poderá fixar. (...) Combinações esdrúxulas, conforme as denominou Francisco de Oliveira, na linhagem do ornitorrinco. Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, *emancipação cultural com empreendedorismo*, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas. (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.13)

Compartilhando da síntese de Singer (2018), a primeira gestão de Dilma nos aponta para um cenário: a economia brasileira não cresceria pelas forças espontâneas do mercado. Cabia a interferência do Estado para administrar os interesses das diferentes burguesias para assim assegurar o crescimento econômico, principalmente via emprego.

Portanto, quando analisamos a atuação do governo federal na história do Pronatec é possível identificar um engajamento a realizar os interesses pró-mercado. Este movimento pode ser observado pelo conteúdo do material didático do Pronatec Empreendedor e também por uma análise discursiva do pronunciamento do Ministro da Educação:

‘Precisamos criar a cultura do empreendedorismo na juventude’. (...) ‘O Brasil precisa impulsionar as cadeias portadoras de futuro e reduzir custos na produção. Não faremos nada disso com competência, se não formarmos bem’, salientou o ministro Mercadante. ‘O Pronatec vem abrir a porta do ensino técnico profissionalizante. Isso vai aumentar a produtividade, que é o que mantém o crescimento a médio e longo prazo’. (MEC, 2013).

É interessante observar a valorização do desenvolvimento de uma cultura empreendedora, ou seja, de uma educação neoliberal que responsabiliza o indivíduo pelo sucesso profissional. Outro elemento pertinente é a ideia de modernização da produção através do empreendedorismo, portanto uma pátria moderna, desenvolvida é uma pátria empreendedora.

Até aqui explorei a formação do programa Pronatec e o movimento global de neoliberalização na Educação para poder alcançar o objeto de estudo desta pesquisa: Pronatec Empreendedor. O Ministério da Educação disponibilizou este material didático na expectativa de incentivar o empreendedorismo, como o próprio ministro Aloizio Mercadante definiu: “Precisamos criar a cultura do empreendedorismo na juventude” (MEC, 2013).

A partir de uma análise do material, dediquei-me a buscar três elementos associados ao neoliberalismo educacional. São estes: responsabilização individual do sucesso profissional, subjetividade

disciplinarizada e valorização ao empreendedorismo. Destacarei exercícios da apostila que fazem menção direta a estes temas e a defesa de uma produção de subjetividade produtivista.

## **RESULTADOS**

### **Material Empírico - IFRJ**

O desenvolvimento desta pesquisa começou a partir da experiência do estágio prático, cujo qual o requisito central é acompanhar a disciplina de sociologia em uma instituição escolar. Como possuía interesse em estudar educação profissional, solicitei a realização do estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Maracanã. No caso o IFRJ-Maracanã, eles não aderiram ao programa do Pronatec em nenhuma modalidade. Esta informação foi obtida através do Diretor de Ensino do instituto e ratificado pela Coordenadora Geral da Educação Profissional. Nem todos os *campi* aderiram ao programa, sendo assim, é possível supor que esta reação foi uma forma de resistência em incorporar esta política educacional. Embora o trabalho de campo apontasse para uma escassez de informações, foi a partir dos contatos estabelecidos neste lugar em que pude explorar a história do Pronatec Empreendedor em outros IF's e posteriormente obter o material didático em original.

Ao final do estágio obrigatório estabeleci contato com a Coordenadora Geral de Educação Profissional que esteve à frente da inclusão do Pronatec no Instituto Federal do Rio de Janeiro. Através de uma conversa informal, ela relatou que cada *campus* possuía liberdade em aderir ou não ao projeto educacional, pois entende-se que cada polo possui habilidade em identificar se estas medidas beneficiarão ou não a instituição local. Foi comentado que a maior parte dos *campi* que aderiram ao programa do Pronatec foram aqueles que possuíam uma demanda industrial próxima às instituições. Exemplo disso foi o instituto IFRJ – Paracambi, como informado no Portal IFRJ e registrado na imagem abaixo:



Fonte: Portal do IFRJ, 2018

O campus Paracambi deu início ontem, 19 de junho, à Maratona do Programa Células Empreendedoras. O auditório do campus estava repleto de estudantes do IFRJ dos cursos de *Formação Inicial e Continuada (FIC)*, de cursos técnicos de nível médio e de graduação de diversos campi, que foram auxiliados por servidores capacitados pelo Programa na segunda-feira (18). O objetivo das atividades foi o de auxiliar a cidade de Paracambi a encontrar soluções para diversos problemas locais. (IFRJ, 2018).

### **Material Didático**

O material que iremos investigar se chama “Plano de Vida e Carreira”, a linha editorial foi elaborada pelo corpo empresarial Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, na data de 2015. O livro possui 110 páginas e apresenta a subdivisão dos conteúdos da seguinte forma:

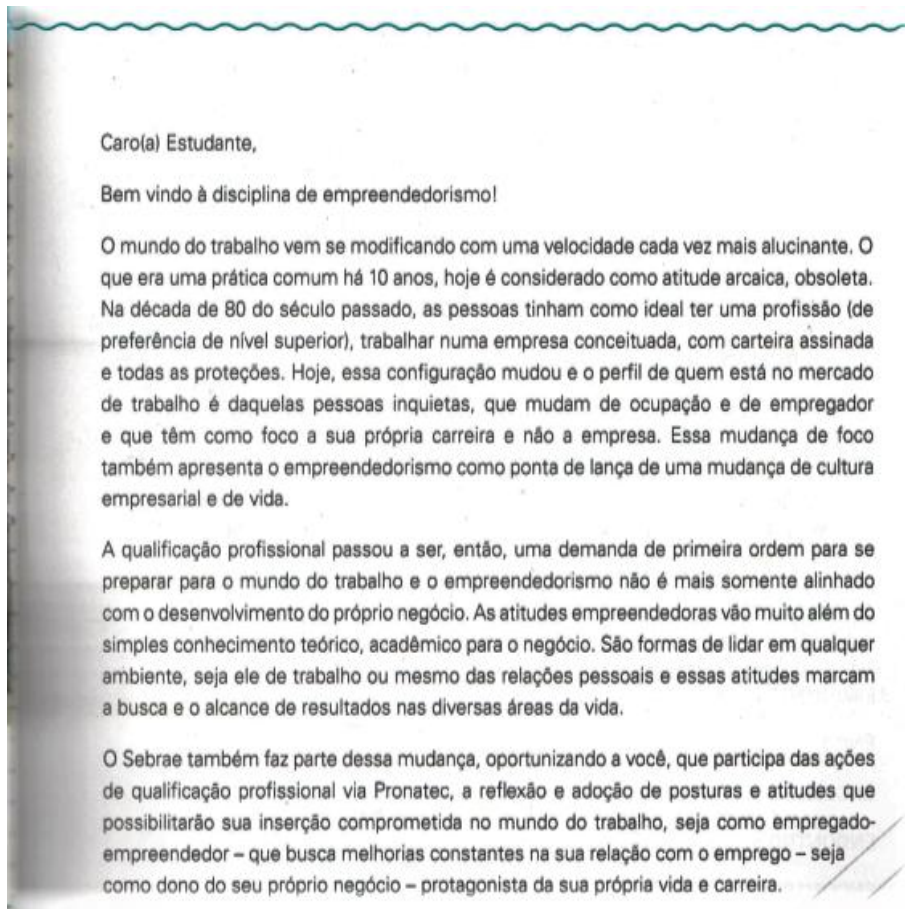


Encontro 1 – Tempo e História de Vida	Encontro 2 – Sonho, Desejo e Sucesso	Encontro 3 – Transformando Desejos em Oportunidade
2 Como Estou Utilizando meu Tempo? 3 O que Tenho Feito com Meu Tempo? 4 Portfólio 5 Resumo do Encontro 1	6 “Desejo, Necessidade, Vontade” 7 Pessoas de Sucesso 8 Sonho, Desejo e Sucesso 9 Resumo do Encontro 2	10 Montagem da Galeria dos Famosos 11 Do Desejo a Oportunidade 12 Mapeando Oportunidades 13 Resumo do Encontro 3
Encontro 4 – Aproveitando Oportunidades	Encontro 5 – Planejando para Realizar	Encontro 6 – Transformando Sonho em Realidade
14 De Olho nas Oportunidades de Futuro 15 Resumo do Encontro 4	16 Painel de Especialistas 17 Oportunidades de Negócios e Emprego 18 Resumo do Encontro 5	19 Fazendo Meu Plano 20 Resumo do Encontro 6

Fonte: Plano de Vida e Carreira – Pronatec Empreendedor 2015; quadro: elaboração da autora.

Analisando brevemente o sumário podemos observar uma abordagem didática reducionista, ressaltando um processo de aprendizagem com métodos de eficiência e produtivismo ocupacional. Atualmente vivemos a expansão da pedagogia utilitarista de mercado e atribuição exclusiva ao indivíduo pelo desempenho profissional. O cenário é de legitimação do discurso de eficiência em defesa da

modernização da escola (LAVAL, 2019). Logo na introdução da apostila podemos observar estes elementos:



Fonte: Plano de Vida e Carreira – Pronatec Empreendedor, 2015.

Através desta introdução é possível perceber que para se integrar ao novo mundo do trabalho não basta reproduzir um empreendedorismo técnico, é necessário desenvolver uma subjetividade que gere resultados. Este material didático poderia ser associado a uma cartilha de boas-vindas de uma empresa, mas não, é um conteúdo pedagógico desenvolvido por um programa federal com investimento público. A participação que o Estado assume não é apenas de concessão da educação profissional a instituições privadas, mas uma colaboração ativa em difundir um ensino empresarial e mercadológico. Ao observar este cenário identificamos uma participação atuante do Estado em defesa de uma pedagogia empreendedora. Este raciocínio será desenvolvido no próximo ponto.

## Responsabilização Individual do Sucesso Profissional

No exercício a seguir é solicitado ao aluno repensar a distribuição do seu tempo em atividades *importantes* e *não-importantes*. O objetivo desta atividade é motivar o aluno a refletir sobre sua divisão diária de tempo e qualificar seus afazeres por um viés dicotômico, do que é relevante e o que não é, tendo em vista sua ambição profissional. Este tipo de exercício desconsidera outras atividades que promovem desenvolvimento de capacidades humanísticas, artísticas e reflexivas.

**Atividade 2**  
**O QUE TENHO FEITO COM MEU TEMPO?**

Essa atividade possibilitará a você analisar a prioridade que dá ao tempo investido na execução das tarefas do seu dia a dia.

Aguarde as instruções do Educador para o preenchimento da Matriz do Tempo.

**MATRIZ DO TEMPO**

	URGENTE	NÃO URGENTE
IMPORTANTE	A	B
NÃO IMPORTANTE	C	D

- Acompanhe as explicações do educador, através do texto a seguir, sobre como priorizar as suas atividades na Matriz do Tempo:

**IMPORTANTE** é tudo aquilo que irá contribuir para melhorar sua vida. **URGENTE** é tudo aquilo que deve ser realizado de imediato, sob pena de atrapalhar o restante das suas atividades, como por exemplo:

- Importante e urgente**, são as tarefas nas quais se deve dar atenção imediata, pois, de sua realização, dependem outras tantas. (FAÇA AGORA). Ex.: Estou doente e preciso ir ao médico. Se não for logo, provavelmente a situação se agravará, necessitando, eventualmente, de uma internação, provocando afastamento do trabalho.
- Importante, não urgente**, são importantes, mas são tarefas de longo prazo, que precisam ser realizadas, mas ainda se tem tempo para isso (COMECE LOGO). Ex.: Tenho um problema para resolver com a operadora de celular. Demoro em resolver, a operadora corta a linha e eu fico sem telefone para me comunicar.
- Urgente, não importante**, são as tarefas que costumam desviar nossa atenção das que são, verdadeiramente, importantes. Geralmente, são as tarefas que podemos delegar (DELEGUE). Ex.: Estou no trabalho, bem ocupado e o telefone toca. Identifico que é um amigo. Peço para alguém atender e retorno a ligação mais tarde.
- Não importante, não urgente**, são mais distrações que tarefas, desculpas para não realizar nenhum trabalho mais importante no tempo disponível (DEIXE PARA DEPOIS). Ex.: Tenho que acessar a internet para fazer uma pesquisa para o trabalho e, ao invés de realizá-la, entro no Facebook.

Fonte: Plano de Vida e Carreira, Pronatec Empreendedor – 2015.

A dinâmica em atribuir ao indivíduo o êxito profissional desconsidera os macroprocessos do atual sistema produtivo. Este movimento além de perverso aparta o futuro trabalhador da sua concepção enquanto sujeito histórico.

Ainda neste tópico, quero destacar a noção de atomização do sujeito durante seu processo de formação educacional. Em *Vigiar e Punir* (1987) Foucault aponta como a organização espacial e arquitetônica das escolas configuram práticas punitivas da disposição desses corpos. Segue citação para reflexão:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 1987, p. 174)

A intenção deste trabalho é relacionar os mecanismos de controle entre as instituições tratadas por Foucault e apontar as semelhanças com o material didático do Pronatec Empreendedor. Tais práticas reafirmam em responsabilizar o sujeito pelo destaque profissional. Esta dinâmica consegue gerar resultados de alta performance não apenas pelo aspecto de captura de energia dos corpos, mas porque foi possível criar sistemas de produção de uma subjetividade docilizada.

### **Subjetividade Disciplinarizada**

Foucault em *Vigiar e Punir* (1987) apresenta o método da punição como elemento principal de distribuição de poder e organização social. Esta ferramenta restringe e adequa espacialmente os corpos, produzindo uma passividade da “alma moderna”. Sob a luz do conteúdo didático analisado neste trabalho que vamos tratar sobre a subjetividade docilizada.

**Atividade 1**  
**COMO ESTOU UTILIZANDO MEU TEMPO?**

Nessa atividade, você terá a oportunidade de refletir sobre as suas ações diárias e sobre a distribuição do seu tempo. Você também poderá avaliar o tempo que tem disponibilizado para os seus interesses pessoais.

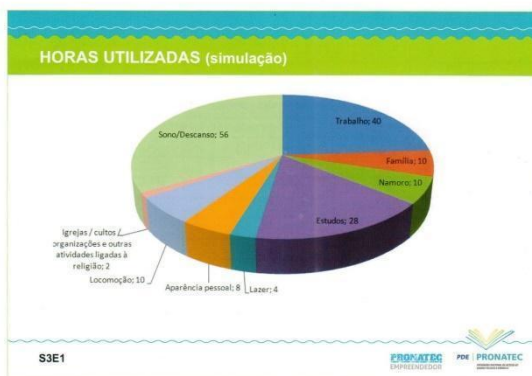
Aguarde as instruções do Educador e registre, aqui, as atividades que você faz diariamente.

Acompanhe a exposição dialogada, conduzida pelo educador, através dos slides a seguir:

**DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DO TEMPO**

ATIVIDADE REALIZADA	HORAS UTILIZADAS	OBSERVAÇÕES
TRABALHO		
FAMÍLIA		
NAMORO		
ESTUDO		
LAZER		
APARÊNCIA PESSOAL		
LOCOMOÇÃO		
IGREJAS / CULTOS E OUTRAS ATIVIDADES LIGADAS A RELIGIÃO		
SONO/DESCANSO		
OUTROS		
TOTAL		

S2E1



Fonte: Plano de Vida e Carreira, Pronatec Empreendedor – 2015.

Através do exercício observamos um conteúdo que classifica e qualifica as manifestações sociais mediante ao objetivo profissional. Esta hierarquização das interações sociais implica no controle do corpo por meio das atividades realizadas. É importante comentar que existe

um adestramento material do corpo com a expectativa que os alunos desenvolvam uma subjetividade rentável.

O tema da subjetividade disciplinarizada é explorado por outros autores contemporâneos, Laval (2019) aponta que a escola contemporânea estaria promovendo uma sociabilização empresarial. Observando o fenômeno da subjetividade dócil é possível interpretar uma nova racionalidade econômica, de modo que existe um deslocamento de valores na formação educacional.


### Valorização ao Empreendedorismo

Por fim, nestes últimos exercícios destaco o apelo ao empreendedorismo como sugestão de realização profissional. Ao longo do material didático é estimulado que o aluno desenvolva um espírito inovador, que desenvolva seu potencial empreendedor.

Acompanhe e participe da exposição dialogada, conduzida pelo educador, através dos slides a seguir:

**IDEIAS X OPORTUNIDADES**

Uma oportunidade é uma ideia que pode transformar-se em um **negócio**.  
(Sampaio, 2010)



S2E3

PRONATEC EMPREENDEDOR



**OPORTUNIDADES**

- É preciso buscá-las. Os resultados dessa busca provavelmente vão surpreender pela quantidade de possibilidades.
- 1% de inspiração e 99% de transpiração = sucesso.
- Potenciais fontes de negócios: amigos e familiares, pesquisas universitárias, publicações especializadas, Pesquisa Sistemática de Mercado.

S3E3

PRONATEC EMPREENDEDOR







Fonte: Plano de Vida e Carreira, Pronatec Empreendedor – 2015.

A busca por uma performance empreendedora revela que a defesa da autonomia do “colaborador” denota a dinâmica da racionalidade da produtividade (LAVAL, 2019, p.40). No entanto, a autonomia não aparece como uma noção de emancipação do sujeito, mas no tom sugestivo em apresentar a proatividade em produzir e dedicar aos objetivos profissionais. Portanto, a valorização ao empreendedorismo surge como um espírito do tempo do indivíduo moderno, que alcança níveis coletivos transformando-se em práticas sociais.

## CONCLUSÃO

Como foi anunciado no início do texto, a expectativa deste artigo foi comentar as novas disputas do campo da educação profissional. Após analisar o material legal de implementação do Pronatec e examinar o material do Pronatec Empreendedor, observamos uma participação institucional a estimular uma educação neoliberal. E através de uma observação analítica percebemos narrativas contraditórias do partido que geriu esta política pública. Este artigo não se deteve em comentar o efeito simbólico das contradições discursivas, mas o impacto prático de um partido que se elegeu em defesa das pautas sociais incorporar uma gestão educacional empresarial. E avançando nesta perspectiva vemos como a Educação Profissional Pública sofreu uma série de desmontes, e como análise do material do Pronatec Empreendedor nos indica, e de acordo com a



definição dos autores Foucault (1987) e Laval (2019), um incentivo a elaboração de uma subjetividade neoliberal.

Tendo em vista o contexto de retrocesso de direitos, se faz necessário elaboração teórica em defesa da Educação Pública e Gratuita. Na condição de cientista social em formação, observo o desafio em construir uma pedagogia crítica, mas também identifico a potência em uma educação reflexiva. A Escola apresenta uma contradição em sua definição, por um lado mantém as relações de poder e por outro fornece elementos de identificação enquanto sujeito histórico. Para concluir me detenho neste segundo aspecto, uma escolarização emancipatória e crítica capaz de instruir ferramentas de reflexão e subversão da disposição do poder dominante.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BACHELARD, Gaston. A Formação do Espírito Científico Contribuição para um Psicanálise do Conhecimento. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília – DF, 2011.

CORREIA, Kátia. Educação Profissional no Brasil. In: *Professor-Flexível no Ensino Verticalizado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ: Um Olhar sobre a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica em Tempos de Acumulação Flexível*. Tese – Universidade Estadual do Rio do Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro 2018.

FOUCAULT, Michel. *Corpos Dóceis*. In: *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Editora Vozes. Petrópolis 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018*. Brasília 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica 2003*. Brasília 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DO JANEIRO. Educação, Inovação e Empreendedorismo no IFRJ. *Portal IFRJ Educação*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/educacao-inovacao-e-empreendedorismo-ifrj>

LAVAL, Christian. *A Escola Não é uma Empresa: O Neoliberalismo em Ataque ao Ensino Público*. Editora Boitempo, São Paulo 2019.

LOCKAMANN, Kamila; MACHADO, Roseli. Pátria Educadora? Uma Análise das Propostas para o Ensino Público Brasileiro. V. 29, nº 1. *Revista Proposições*. 2018.

MATOS, Francilene do Rosário; LIMA, Lucinete Marques. Pronatec Como Expressão de Política Pública Brasileira: Concepção, Amplitude e Reações. In: *Revista Educação e Emancipação*. Volume. 9. Ed. Especial. São Luís, 2016.

MEC, Ministério Lança Programa para Incentivar o Empreendedorismo. *Portal do MEC*, Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/18739-ministerio-lanca-programa-para-incentivar-o-empreendedorismo>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Mundo Afora – Educação Básica e Ensino Médio*. Edição 11º. Brasília, 2014

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Augusto Fabrício. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990 – 2007. In: *O Brasil sob a Nova Ordem – Economia Brasileira Contemporânea uma Análise dos Governos Collor a Lula*. Editora Saraiva, São Paulo 2010.

NDIMANDE, S. Bekisizwe. *Lutas Docentes nas Escolas Públicas para negros na África do Sul pós-apartheid*. Cadernos de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2011.

RICHARDSON, J. Roberto. Conhecimento e Método Científico; Epistemologia do Trabalho Científico. In: *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. Editora Atlas. São Paulo 1999.

SALLUM, Brasília. Nova Democracia e Reafirmação Desenvolvimentista. In: *O Impeachment de Fernando Collor*. Editora 34, São Paulo 2015

SEBRAE. *Plano de Vida e Carreira – Pronatec Empreendedor*. Brasília – DF 2015.

SILVA, Isabela Dutra Corrêa; MACHADO, Roseli Belmonte; FREITAS, Débora Duarte. Brasil, Pátria Educadora: O que aprendemos com isso? V. 19, nº 1. *Revista Didática Sistêmica*. 2017.

SINGER, André. Do Sonho Rooseveltiano ao Pesadelo Golpista. In: *O Lulismo em Crise: Um Quebra-Cabeça do Período Dilma*. Editora Companhia das Letras. São Paulo 2018.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Elementos Para Uma Cartografia do Desenvolvimentismo Lulista. In: *As Contradições do Lulismo: A Que Ponto Chegamos?* Editora Boitempo, São Paulo 2016.

VENTURA, P. Jaqueline; LESSA, L. Ludmila; SOUZA, C. V. Samantha. Pronatec: Ampliação das Ações Fragmentárias e Intensificação da Privatização da Formação do Trabalhador. *Revista Trabalho Necessário*. Niterói 2016.

ZUCARELLI, CAROLINA. Contexto Político e Social de Desenvolvimento da Educação Profissional. In: *Formação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho*. Tese — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro 2016.

# PROCESSO DE CONVERSÃO E DESCONVERSÃO POLÍTICO-RELIGIOSA ENTRE JUDEUS E NEOPENTECOSTAIS CONSERVADORES

Olga Christina de Oliveira Zunino<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo encontra-se na fase das análises relacionadas a economia, relações sociopolíticas e religiosas da contemporaneidade. Ele se propõe apresentar uma reflexão sobre como a conjuntura política e econômica atual está desenvolvendo a aproximação externa e o afastamento interno de atores políticos dentro do campo neopentecostal e judaico. Para isso, são apresentados os conceitos de conversão e desconversão, estes desenvolvidos a partir da observação do campo, como o resultado de um processo político fundamentado na unificação de judeus e neopentecostais conservadores em uma nova comunidade político-religiosa. Para isso, a pesquisa baseia-se na metodologia qualitativa, utilizando-se de técnicas como análise documental e etnografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade política; religiosidade; nova direita.

## POLITICAL-RELIGIOUS PROCESS OF CONVERSION AND DECONVERSION BETWEEN CONSERVATIVE JEWS AND NEOPENTECOSTALS

**ABSTRACT:** This article is at the stage of analyzes related to the economy, socio-political and religious relations of the contemporary world. He proposes to present a reflection on how the current political and economic conjuncture is developing the external approach and internal separation of political actors within the neo-Pentecostal and Jewish fields. For this, the concepts of conversion and deconversion is presented, developed from the observation of the field, as the result of a political process based on the unification of conservative Jews and neo-pentecostals in a new political-religious community. For this, the research is based on qualitative methodology, using techniques such as document analysis and ethnography.

**KEYWORDS:** political identity; religiosity; new right.

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (NIEJ) e do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

## INTRODUÇÃO

“Não é a política que vai mudar esta nação, é a Igreja” (HOLANDA, 2018). Assim foi estampada a manchete no jornal Estadão em dezembro de 2018, reproduzindo a fala da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, em meados de 2013, em uma palestra na Primeira Igreja Batista, em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Essa fala foi citada para introduzir o leitor sobre o tipo de narrativa político-religiosa que será discutida no decorrer do artigo. Pretende-se com esse empreendimento introdutório discutir, refletir e apresentar os primeiros dados produzidos pela pesquisa até então. Para conseguir satisfatoriamente alcançar tal objetivo, o artigo primeiramente irá apresentar o debate na qual servirá de contexto para indicar o leitor à tese principal do artigo: Uma narrativa político-religiosa construída para analisar uma aliança estratégica com potencial para uma união comunitária de símbolos e paradigmas das duas religiões: o pentecostalismo, especialmente o neopentecostalismo, e o judaísmo.

É importante ressaltar que essa pesquisa pretende analisar a narrativa explorada por lideranças políticas nos veículos midiáticos, partindo da concepção de que ambas as comunidades aqui analisadas possuem em si mesmas uma pluralidade de perspectivas políticas e litúrgicas. Isto foi inclusive analisado no campo até então, observando declarações públicas de lideranças evangélicas contrárias a esse movimento político neopentecostal, como a Pastora Mônica Francisco, através também do movimento “Judeus pela Democracia” que auxiliou a definir o limite analítico pela qual é possível generalizar o discurso político aqui apresentado e estudado.

Ademais, a pesquisa pretende trabalhar com a análise das “três ondas” de Paul Freston (1994) para delimitar analiticamente os limites entre diferentes momentos do pentecostalismo no Brasil. É importante ressaltar que apesar de na análise de Freston essas ondas estarem temporalmente localizadas na histórica, atualmente é possível pensá-las como “tipos ideais” que podem inclusive coexistir temporalmente e que os são muitas vezes. Portanto a interpretação escolhida para essa categorização será de interpretá-la como perfis de prática religiosa, como, por exemplo, a relação paradigmática com a Igreja Universal do

Reio de Deus (IURD) com os veículos de comunicação o que não é visto em mesma escala em outras igrejas de caráter pentecostal clássico.

Por fim, a pesquisa irá se concentrar em três igrejas neopentecostais: A Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), a razão para esta seleção se deve a três critérios: A produção de material acessível para a análise, à notoriedade que suas lideranças têm para os veículos midiáticos convencionais como os jornais tradicionais e a participação que as lideranças mais proeminentes tem na disputa política. Nesse artigo, os principais dados trabalhados serão os desenvolvidos por meio da análise documental de fontes secundárias, no caso de jornais, e primárias no caso da análise de material diretamente colhido do objeto observado, também será explorada uma experiência de campo.

Nesse sentido, é possível continuar expressando de qual contexto científico o artigo partirá para legitimar suas hipóteses. Entende-se que no Brasil como em países como Israel, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra ocorrem um momento de mudança paradigmática de como as lideranças políticas atuam no decorrer do jogo democrático, isso está embasado por escritos, por exemplo, de Mounk (2019), Levitsky e Ziblatt (2018), Przeworski (2019) e Levitsky e Way (2002). O que todas essas produções científicas debatem é sobre a emergência de um tipo de autoritarismo contemporâneo que atua por meio de representantes que atuam de forma a esvanecer gradualmente as divisões juridicamente postas e os valores democráticos para a manutenção de sua soberania. Na bibliografia alguns dos autores desenvolvem uma análise comparativa dos casos que comprovam o que foi compreendido como “escalada autoritária” ou uma “transição para uma democracia desprovida de valores liberais”.

Esse artigo não discutirá com a mesma sensibilidade e detalhe sobre esses conceitos desenvolvidos, entende-se que esses conceitos são satisfatoriamente debatidos nos estudos apresentados. Portanto, essa pesquisa aproveitará das conclusões desses autores para compreender qual o papel dos representantes religiosos adeptos dessa

narrativa política-religiosa, que será melhor discutida no decorrer do artigo, nesse movimento de relativização e banalização dos valores democráticos. Esse autoritarismo com potencial moralizante da vida política e social estaria sendo instigado pela entrada de lideranças religiosas com tendências fundamentalistas, isto é, com aversão ao ideal de laicidade ou essas lideranças fundamentalistas e sectárias estariam sendo beneficiadas por esse momento político internacional e assim sendo sua presença política seria uma consequência do mesmo?

Não se pretende com esse artigo responder integralmente perguntas com demandas por análises mais complexas, mas espera-se conseguir introduzir essas questões e prová-las como reflexões pertinentes para a atualidade. Por isso é possível que o artigo possa ter um caráter ensaístico, priorizando-se quando não há a produção competente de dados por uma abordagem teórica sólida para expressar pelo menos o quanto a reflexão apresentada possui fundamento científico mínimo. Portanto, com as pretensões e ambições do artigo devidamente delimitadas, é possível continuar com a apresentação da estrutura.

Como será discutido a partir desse contexto político anteriormente trabalhado, pretende-se por consequência compreender como a fé está localizada nessa ambientação política. A hipótese central do artigo diz respeito a uma transição de alianças politicamente estratégicas para uma comunidade baseada na formulação de um imaginário na qual integra tanto práticas quanto símbolos pentecostais quanto judaicos. Para conseguir estabelecer o fazer científico necessário para conseguir estudar a relevância dessa hipótese, será analisado no artigo as práticas religiosas desse neopentecostalismo. E aqui é possível fazer um adendo: o artigo dará maior relevância a atuação religiosa e política de neopentecostais conservadores e que estão de alguma forma beneficiando-se do contexto político apresentado, será despendido o esforço necessário para apresentar com responsabilidade o perfil do neopentecostal conservador para poder expressar a hipótese central com mais clareza.

Na leitura da bibliografia sobre o tema do neopentecostalismo foi ressaltado a presença do caráter econômico e litúrgico como motivador. Compreendo que a adesão contemporânea ao



pentecostalismo no geral é complexa, como expresso quantitativamente pelo *World Values Survey* e o *Pew Research Center* na produção dos dados e nos trabalhos sociológicos que a respaldam, como por exemplo, o livro *Tongues of fire: The explosion of Protestantism in Latin America* de David Martin e Peter Berger (1990). Dessa forma, o artigo não despreza essa produção científica, mas concentra-se em explorar essas motivações apresentadas.

Portanto, neste texto irá se aprofundar inicialmente sobre o caráter litúrgico partindo do princípio que a adesão do pentecostalismo no Brasil, como na América Latina no geral, perpassa por essa capacidade flexível de assimilar práticas rituais de outras religiões já presentes. Assim, observará-lo a partir das lentes desse neopentecostalismo conservador. Quais são as consequências políticas dessa assimilação? Quais são as consequências religiosas dessa assimilação para as religiões “alvo” e para o próprio neopentecostalismo? Espera-se, portanto, entender como a narrativa neopentecostal conservadora operacionaliza essa motivação e como isso auxilia na criação do que a hipótese central defende: a criação de uma comunidade político-religiosa.

Em seguida, será discutida a motivação econômica da mesma forma como foi apresentado o contexto político que servirá de base para a pesquisa. A pesquisa compreende uma forma de atuação econômica que incorpora na vida política e social uma filosofia de mercado que encontra momentos de incongruência com a lógica democrática, pretende-se operacionalizar uma bibliografia para esse fim com o objetivo de alcançar o nível de debate analítico suficiente para compreender a faceta complexa desse neopentecostal conservador.

No final do artigo, será apresentado o perfil do judeu conservador, de forma a compreender como esse ator se articula com o neopentecostal e de como ele compreende essa dinâmica de assimilação. Para isso, revisitarei uma bibliografia para compreender como é constituída a identidade judaica no Brasil e a constituição da comunidade judaica no Brasil e em Israel.

## **NEOPENTECOSTALISMO E A EXTREMA-DIREITA: A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES IMAGINÁRIAS**

Os neopentecostais analisados se orientam pela Teologia da Prosperidade ou Evangelho da Prosperidade, doutrina religiosa cristã que associa o sucesso financeiro ao desejo divino, os atores empregam essa doutrina de forma a desenvolver nos fiéis um sentimento positivo em relação ao pertencimento a comunidade religiosa. De acordo com o Pew Research Center, a conversão do fiel está relacionada com como o pentecostalismo desenvolveu práticas ritualísticas mais íntimas. Nesse tópico, será discutida a Teologia da Prosperidade como inicialmente um processo de atenção afetiva a vivência material dos fiéis, como principal responsável por desenvolver uma relação na qual existe a crença na eficácia das práticas simbólicas para resolver diretamente conflitos de ordem mundana, e estabelece uma narrativa de superação e resistência às crises socioeconômicas (Ferreira,2017). Com isso pretende-se observar como esse movimento é salutar para a narrativa política da extrema direita e como o judeu é retratado nessa ótica de prosperidade econômica.

A Teologia da Prosperidade é respaldada na crença da capacidade de ressignificação da vida dos fiéis a partir da adesão dos mesmos aos procedimentos simbólicos da comunidade, como por exemplo, a presença nos cultos e o pagamento dos dízimos. Pressupõe, portanto, que a comunidade neopentecostal não se omite das questões externas a ela, mas participa ativamente nas mesmas para garantir um potencial alinhamento com possíveis fiéis a partir de suas demandas específicas, um mercado religioso concorrencial, termo empregado por Oro (2001), pautado na prestação de serviços à disposição dessas pessoas.

De acordo com Oro (2006), tanto os católicos quanto os evangélicos acreditam na crença de que o diabo está imiscuído na vida mundana. Entretanto, os neopentecostais conservadores exageram essa ideia doravante a concepção da corrupção da ordem natural divina pelos ofícios dos espíritos diabólicos. Sendo o Diabo reconhecido como a encarnação do Mal e suas diversas representações (alcoolismo, violência doméstica, drogas entre outros) tornam-se o eixo das práticas religiosas dos integrantes dessa

comunidade e a aniquilação desses males transcorre pela evangelização, restaurando a ordem natural divina enquanto melhora a qualidade de vida dos fiéis.

De acordo com Ferreira (2018), a secularização institucional da religião, o deslocamento da experiência religiosa para outras áreas da vida social, por meio de sua via protestante, ancorada na Teoria da Prosperidade, colocou em disponibilidade a possibilidade de congruência entre os valores religiosos e a vida pública. flexibilizando uma fronteira histórica entre religião e secularidade. As igrejas evangélicas, especialmente a IURD, absorvendo valores liberais, principalmente a questão do mérito e a busca da felicidade, desenvolvem uma espécie de religiofagia (Oro, 2002, p.321) que produz não só um campo religioso rico, absorvendo grupos de diferentes classes da sociedade, mas desenvolve um método de como lidar com a própria política, como exercer influência sobre o plano público a partir desse movimento de compreender a questão pública na esfera da fé.

David Lehmann (2006) estabelece uma relação na qual a concepção de política é tratada de forma negativa pelo público neopentecostal, enquanto os líderes participam da mesma como forma de garantir vantagem para a sua comunidade: "As an example of this ideological atonality, Latin American evangelicals vote as their pastors instruct them. This is not because of blind obedience, but because it is often to their advantage" (Lehmann, 2006, pg.279). Abaixo reproduzo um trecho de carta de autoria da então deputada federal da Bahia, Tia Eron Vasconcelos, que foi publicada pelo Bispo Edir Macedo em seu blog. Ela expõe a atuação das igrejas neopentecostais como a IURD:

(...) Acabei de crer que a política não é esse inferno todo que se diz por aí. Ledo engano! Ela tem seu lado incrivelmente revelador (o qual eu gosto muito), pois não há melhor lugar para se conhecer gente do que na política!

Não adianta levar para casa, inserir na família, profissão, igreja etc., esses são lugares propícios para nos escondermos, mas na política... Ela funciona como um grande palco em que os "artistas" se apresentam com suas tendências, entretanto, ela tem a arte de evidenciar os do bem, os do mal, os com caráter, os sem nenhum caráter, os interesseiros, os mentirosos, os

oportunistas, os traidores, os vaidosos...(Site Universal, 2016)

Portanto, as igrejas evangélicas se propõem como agentes transformadores de seu entorno se inserindo nos veículos de informação se destacando como uma alternativa não de fuga, mas de edificação do indivíduo, sua vinculação a algum segmento evangélico é o começo para a construção de sua prosperidade e estabilidade (Alves,2016). Essa inserção ativa do campo evangélico nos veículos midiáticos, as chamadas “Igrejas eletrônicas”, e na vida secular desenvolve um comportamento singular em relação à própria atuação do fiel em relação ao sagrado e o profano: o fiel não evita o Diabo, não se refugia em espaços de fé, ele o combate ativamente por meio de centralizar na igreja a imagem de auxílio emocional e financeiro como de prestígio social (Oro,2006). A concepção de guerra espiritual (Gomes,2017), desenvolve uma espécie de “cruzada” contra aquilo que foi arbitrariamente categorizado como profano.

Esse mesmo *modus operandi* de se relacionar com o oponente espiritual é visto na figura de Steve Bannon, ex-estrategista-chefe da Casa Branca, a partir de sua própria noção de como lidar com o oponente político: “Bannon inverte a observação de Clausewitz sobre a guerra ser a política por outros meios. Para ele, a política é a guerra por outros meios. Não surpreende que ele tenha prometido que ‘todo dia, todo dia, será uma batalha’”(ALEXANDER, 2018, p.1014). Essa postura é compartilhada por Macedo (1992) que compreende a questão da fé na questão da construção de uma Igreja ofensiva e não defensiva.

O reacionarismo político torna-se congruente com a guerra espiritual lançada por esse campo protestante. A intersecção dessa atuação entre a emergente visão da nova direita política e a politização da missão evangélica estabelece um debate a respeito da própria legitimidade do campo liberal-republicano, trazendo à tona projetos reacionários que prometem desenvolver uma ordem anti-iluminista. Ou seja, distante dos valores liberais clássicos pautados em liberdades civis e no Estado de Direito (Hunt,2006) e legitimada por fundamentos

intransigentes sobre o funcionamento da própria troca de valores políticos e produção de projetos político-econômicos da sociedade:

A primeira perversão seria da redução substantiva da potência da política. Invertendo a formulação de Rousseau, para o pensamento conservador “tomar os homens como são e as leis como podem ser” seria pensar a política de maneira realística. Nesse caso a política não seria mais do que gestão de conflitos, proposição da ordem como reposição da dinâmica da sociedade na qual está inserida (Cepêda, 2018, p.62).

O que se pretende reconhecer é a ideia de que enquanto as igrejas evangélicas fazem de forma eficiente à politização da religião, a política por outro lado é “sacralizada” a partir de discursos na mídia como os proferidos por Marcos Feliciano e Silas Malafaia e também da observação de manifestações políticas (Cruz, 2015). A forma de se fazer política, de encará-la, seriam pelas lentes desse tipo de fundamentalismo religioso e como, por consequência, esse movimento evangélico possibilita a apropriação negativa, nos casos das religiões de matriz africana e positiva em relação ao judaísmo. Um exemplo interessante é a reflexão encontrada no site da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) produzida em 2012 por André Soares:

[*Título*]18/09/2012 - DEVEMOS ORAR PELAS NOSSAS AUTORIDADES – PARTE I

Segundo a Bíblia, a nação de Israel, no princípio de sua formação política, estabeleceu-se por meio de um governo teocrático, onde todos os poderes (legislativo, executivo e judiciário) eram exercidos por intermédio dos profetas e dos juizes, que, levantados por Deus e ungidos para realizarem grandes feitos, tornavam-se líderes nos assuntos do Estado.

Movida pelo desejo de imitar os outros povos, a nação de Israel rejeitou esse modelo de governo teocrático que foi inicialmente ordenado por Deus (1 Sm 8.5). Esse apelo popular incomodou o profeta Samuel, líder da época, incitando-o a orar ao Senhor, porquanto Deus lhe respondeu: Ouve a voz do povo em tudo quanto te disser, pois não te tem rejeitado a ti; antes, a mim me tem rejeitado, para eu não reinar sobre ele (1 Sm 8.7).

Então, foi estabelecida a primeira eleição, onde o povo teve a oportunidade de escolher seu representante: Saul, o primeiro monarca em Israel (1 Sm 10.20).

Na minha próxima postagem, continuarei essa história e falarei também sobre a importância das autoridades serem constituídas por Deus.

André Soares

A utilização dessa passagem bíblica é interessante para retratar essa desconfiança dos fiéis nos poderes instituídos por uma república. Essa descrença no funcionamento da política democrática por acreditar que a mesma possui uma característica inerentemente ruim é o perfil eleitoral de representantes como Bolsonaro e Trump. Nesse sentido a religiosidade adentra a arena política, pois há uma assimilação de que a forma pela qual a política é feita atualmente é perversa e contrária aos valores evangélicos. Essa lógica de privatização da política como arena de conversão e não de disputa política pode ajudar a compreender os elementos que constituem o imaginário neopentecostal conservador.

Outra característica interessante desse imaginário é o repúdio a religiões de matriz africana, apesar da assimilação de algumas de suas práticas, em contraposição a elevação moral do judaísmo e especialmente do judeu. No artigo publicado pelo Bispo Macedo no site oficial da IURD está representado a imagem do judeu para o neopentecostalismo conservador:

*[Título]* Como o judeu vê os Dízimos

Bispo, queria compartilhar com o senhor um fato muito interessante que aconteceu aqui. Uma senhora que frequenta a igreja, mas que era infiel a Deus no tocante aos dízimos, tem um cliente que é judeu.

Vendo que ele é muito rico, ela o questionou sobre os dízimos, se ele crê e pratica. A resposta dele foi um tapa de luva, pois ele disse que dar 10% é muito pouco, pois, segundo ele, dar somente o que está escrito seria como apenas cumprir um dever religioso. Ele não dá 10%, mas 30% de dízimo! E mais, ele disse que muitas vezes, repentinamente, ele pega TUDO o que ganha e põe no Altar.

E ela o interpelou, pois, como ele ficaria, dando tudo? Ao que ele respondeu: Você acha que eu fico com menos?

Que me faz falta? Nada disso! O Deus de Abraão multiplica muito mais.

Depois, ela questionou se ele ouvira falar do Templo de Salomão, e ele lhe disse que tem amigos judeus que vivem em São Paulo e que já foram no Templo, os quais lhe asseguraram que o Deus de Israel está naquele lugar, porque tiveram uma experiência extraordinária nele.

O judeu ainda disse que ele também irá e que já está preparando uma oferta muito especial para oferecer no Templo. Ele usou a seguinte expressão: Estou preparando um lindo presente para o meu Deus!

É muito forte, bispo! Eles têm a consciência do Altar, que é nele que a vida muda, que as conquistas chegam, que tudo se transforma. Não existe a palavra impossível no Altar, nele tudo se faz possível!

A nossa oração é para que todos recebam esse mesmo entendimento e sejam ricamente abençoados.

### **NEOLIBERALISMO E NEOPENTECOSTALISMO: COMO A NOVA DOUTRINA AJUDA A VELHA POLÍTICA**

A ampliação dos interesses privados comerciais na esfera pública representa necessariamente a sobreposição de valores de mercado na política (Wood,2007) e devido a isto, no movimento de privatização das demandas dos grupos políticos há um momento competitivo que tem como consequência uma relação caótica entre governo e oposição, como observado na relação de governos de extrema direita, de matriz neoliberal, como de Jair Bolsonaro e Benjamin Netanyahu.

A partir dessa tese, as “trincheiras ideológicas” expressadas aqui podem estar funcionando não somente em uma lógica dogmática religiosa, mas em uma lógica privatista utilitarista, na qual os valores de prosperidade, merecimento, competitividade e do enaltecimento da superação individual são os valores que norteiam as decisões políticas. Esse paralelismo aqui apresentado está relacionado com a tese de que igrejas neopentecostais proeminentes como a IURD estão desenvolvendo uma subjetividade empreendedora que auxilia na criação de um ambiente propício para uma filosofia utilitária defendida pelo neoliberalismo (Salgado e Santos,2018).



Nesse sentido, a “guerra cultural” pode ser compreendida como uma disputa na qual o grupo que ganhar institucionalmente toma controle político não somente do governo, mas do regime democrático no geral, isto é, aparelhando as instituições republicanas para servir a seu propósito político para garantir que a concorrência esteja em uma constante desvantagem institucional, o que significa em última medida em tentar subverter a alternância de poder característica dos regimes democrático. Essa atuação pode ser exemplificada por algumas características, como por exemplo, a recusa por regulação institucional por poderes alheios às vias eleitorais, como o judiciário. Esses grupos enxergam a esfera pública como um campo de ampliação de seus valores políticos e não como um espaço de distribuição dos direitos. Acredito que o perfil descrito acima está congruente com um *modus operandi* do comportamento de mercado e que esse contexto influi na esfera política levando a lógica empresarial para a luta política institucional dos movimentos sociais e dos grupos reacionários, mas também para as camadas sociais por meio da ressignificação da ética religiosa, empregando estratégias de competição mercadológica na disputa pela adesão dos fiéis.

O ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, como querem alguns estudiosos, parece ser uma espécie de estratégia à la “cavalo de Tróia” às avessas. Combate-se essas religiões para monopolizar seus principais bens no mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal. (Da Silva, 2005, pg.152)

No Brasil, o modelo estatal tutelar corporativista de gestão econômica e social inaugurado em 1937 no Estado Novo e o liberal-comunitarismo de 1946, termo cunhado por Luís Werneck Vianna (2000), baseado na erradicação do patrimonialismo e na universalização dos direitos civis, dá lugar em 1964 a um modelo de gestão coercitiva que enfraqueceu a relação entre Estado e sindicatos e da orientação cívica do indivíduo a coletividade ou ao bem comum. Economicamente, o liberalismo passou a ser entendido por sua faceta utilitária, analisando o indivíduo a partir de seus desejos privados,

deixando em segundo plano a faceta mais republicana do liberalismo, o que desenvolveria a doutrina econômica vigente, o neoliberalismo.

A partir do *survey* desenvolvido em 2014 pelo *Pew Research Center*, sociólogos como Ari Pedro Oro (2006) apontam dois fatores de atração para o crescimento de adeptos a partir de 1970: A adequação do neopentecostalismo a práticas religiosas já existentes no país e na América Latina, como as religiões de matriz africana e indígena e a importância dada pelo pentecostalismo em relação à ascensão social e prosperidade econômica, como expressado por Ferreira (2017). Nesse sentido, o contexto político e econômico favorece a reprodução de uma prática específica da teologia da prosperidade, esta direcionada para o engrandecimento individual do fiel e na operacionalização de uma gestão empresarial do pastor.

O neoliberalismo diferente do liberalismo clássico, não se apresenta como uma filosofia político-moral, como pelos escritos de Adam Smith (2017) ou John Locke (2019), sua principal estratégia política seria se distanciar do campo da política, ou seja, o indivíduo assumiria que estes valores são naturais tanto como a própria dinâmica do homem como empreendedor, isto é, o *homo economicus* é uma condição natural, portanto atemporal, e não social. De acordo com Thomas Lemke (2001) descrito por Dardot e Laval (2009), esta técnica transparece em todas as capilaridades da vida em sociedade, ela está presente no *laissez-faire*, nas políticas públicas e nas igrejas neopentecostais.

O neoliberalismo estabelece um regime de reciprocidade tanto com a Teologia da Prosperidade empregada nas Igrejas neopentecostais, a partir do sentido de que ele estabelece técnicas de “empoderamento” pessoal e individual, traçando a felicidade e a prosperidade em seu sentido utilitário como objetivos naturais, desenvolvendo processos nas quais esse indivíduo deve seguir para se sobressair em sua comunidade, quanto com o pensamento conservador da negação da possibilidade de construções de projetos. Na página oficial da Igreja Renascer em Cristo (IRC) é possível ver alguns projetos que representam essa filosofia empreendedora como o projeto *Prosperity Coaching*.

A diferença do neoliberalismo e do conservadorismo, é que enquanto o conservadorismo fundamenta-se na diferença inata entre os grupos, o neoliberalismo, por sua vez se consolida na singularidade do indivíduo que é expressa a partir do mérito, aqueles que se ajustam a esse vocabulário se sobressaem e se tornam referências de comportamento, os que não se sobressaem tornam-se objetos de fracasso (a lógica da conversão e desconversão).

O campo das igrejas neopentecostais ou evangélicas, orientadas pela Teologia da Prosperidade, se beneficiam e estão relacionadas com o neoliberalismo como técnica intelectual, produzindo sentido para as experiências dos participantes dos cultos. O sistema de crenças neopentecostal é baseado em uma adesão voluntária as práticas do culto, e também, paradoxalmente, configurada como obrigatória dentro da instituição, sendo muitas vezes visto de forma negativa o fiel que não dá o dízimo ou dá um dízimo considerado enxuto, esse tipo de relação entre os atores pode ser comparada com o conceito de *prestações totais* de Marcel Mauss (2012).

### **ISRAEL IMAGINÁRIO: O PROCESSO DE CONVERSÃO E DESCONVERSÃO JUDAICO-NEOPENTECOSTAL**

Como abordado no tópico anterior sobre porque a conjuntura econômica neoliberal auxilia no crescimento do neopentecostalismo no Brasil, é possível, por consequência, compreender como a crise econômica e política que assola o país colaboram para o desenvolvimento de alianças políticas criadoras de projetos nacionais, estes últimos em sua larga medida, alimentados por radicalismos pautados em uma categorização polarizada do mundo.

A crise política e econômica vigente é oportuna para respaldar o discurso de renovação política e de limpeza moral que esses representantes empregam para colocar em desuso os valores republicanos auxiliares na boa gestão da democracia e incutir na política o sistema de crenças e trocas estrategicamente congruentes com a ampliação de seu poder político. Não há razão para acreditar, até o momento, que as práticas religiosas, orientadas pela Teologia da Prosperidade, não poderiam ser praticadas por esses mesmos

representantes na política, a evangelização invade a fronteira da secularidade, como já observamos no decorrer do artigo.

Portanto, a criação de alianças políticas caminhará junto com o processo de trocas espirituais, reformulação das religiosidades e no conseqüente esforço para desenvolver de uma comunidade de convertidos. Isto é, indivíduos originados de diferentes comunidades que se uniram inicialmente por suas próprias necessidades políticas, mas por empregarem a liturgia quanto arma política abriram um caminho para compartilhar símbolos e narrativas de ambas comunidades religiosas.

Entende-se que esse projeto político de nação, empregado por setores neopentecostais como o expressado na fala da atual ministra Damares anteriormente, é de manter um constante movimento de expansão a propagação de uma narrativa religiosa sectária na política brasileira, isto é, a revelia inclusive da própria vontade de setores neopentecostais progressistas. Portanto, é propagada a imagem do neopentecostal como pertencente a uma comunidade monolítica e disciplinada ao redor de lideranças fortes.

Parte da atração do neopentecostal conservador com o judaísmo, perpassa pela própria compreensão do papel de Israel quanto tipo ideal para projetar uma realidade pentecostal no Brasil, isto é, estabelecer um país nos moldes dessa narrativa conservadora neopentecostal por meio da própria ótica sobre *o que é Israel*. Portanto, esta pesquisa se trata, antes de tudo, da análise da representação dos diversos atores a respeito de outros atores e de si mesmo através do discurso que propagam. Os neopentecostais conservadores compreendem-se como referências de suas comunidades e por se projetarem quanto lideranças, tentam delimitar quais os signos que devem ser cultivados e desprezados, quando se trata de compreender seu papel na sociedade. Paralelamente, possui uma relação de disputa com religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, ou com o kardecismo, como já tratado no decorrer do artigo. Entretanto o que é de interesse aqui é compreender porque a relação com o judaísmo não é necessariamente negativa e porque algumas Igrejas inclusive compreendem esse

“judeu” quanto uma referência positiva e inclusive almejada para seus seguidores.

Acredito, e isso ajuda a compreender melhor a hipótese central do artigo, que essa projeção estratégica do judeu quanto aliado político está relacionada com o próprio uso político que esses neopentecostais conservadores têm do que seja Israel, isto é, para conseguirem implementar o projeto político que desejam para o Brasil, eles definem uma narrativa do que seja Israel empregando elementos do imaginário do judeu conservador com suas próprias concepções litúrgicas.

Como os neopentecostais conservadores esvanecem as fronteiras da secularidade com a religião, é possível que essa empreitada política possa estar repercutindo no fazer religioso e desenvolvendo um processo de “conversão”. De início isso é empregado por propósitos políticos, porém entende-se que as consequências dessa empreitada podem repercutir na própria integração de símbolos ou signos no próprio fazer religioso. O que é de interesse também para a pesquisa, porém não poderá ser debatido com a devida profundidade nesse artigo, é se esse processo seria previsto ou se seria uma consequência não intencional de uma prática política.

O desenvolvimento dessa comunidade judaico-neopentecostal está pautada na narrativa neopentecostal da ressurreição do fiel para uma vida nova, podendo ingressar, por meio de seu temor ao Pai, no Reino de Deus. O que leva a pergunta: O que é esse Reino de Deus? Praticamente é necessário ouvir os próprios neopentecostais conservadores sobre o tema. Para eles a Terra Santa é Israel: Conceitos como “Terra Prometida” e “Povo Escolhido” são repetidos diversas vezes pelos pastores em sermões e rodas de oração. O Estado de Israel se torna assim um exemplo de “benção divina” (Gherman, 2009, pág.58). Israel é a dádiva para todos os fiéis que passaram pelo processo de evangelização, é a recompensa por sua fidelidade aos ritos e crenças propagados pela narrativa do neopentecostalismo conservador.

A relação dos neopentecostais conservadores com o judaísmo perpassa por esse imaginário do judeu como o indivíduo capaz de defender a *terra santa* dos horrores externos. Assim, não é considerado, por exemplo, uma perspectiva humanista de Israel como

um refúgio como foi observado na ótica do setor progressista da comunidade judaica.

Compreender porque é conveniente para o judeu conservador se relacionar com o neopentecostal conservador perpassa por um movimento similar como o visto dentro da comunidade neopentecostal: a necessidade de legitimar uma narrativa política como memória para a comunidade judaica no geral, isto é, o judeu conservador também desenvolve um movimento de ressignificação dos próprios símbolos de sua comunidade para motivos políticos, um desses símbolos é a própria História do Holocausto, como foi visto em uma observação de campo. Para o judeu conservador o neopentecostal conservador torna-se um aliado político interessante para prosseguir com seu próprio projeto político, considera-se que tanto o judeu quanto o neopentecostal conservador possuem uma narrativa política parecida, tentando projetar em suas próprias comunidades uma narrativa conservadora com propósito integrador.

De acordo com a pesquisa documental observando o discurso de referências conservadoras do sionismo no Brasil, como o representante da Associação Sionista Brasil Israel (ASBI) e também na etnografia feita da manifestação contra a recepção de Bolsonaro em frente ao clube Hebraica no Rio de Janeiro, é possível compreender de que forma os grupos conservadores e os progressistas lidam com a História do Holocausto: para os conservadores o Holocausto é uma lição da necessidade de se enrijecer fronteiras contra elementos externos; para os progressistas é uma lição da necessidade de se “abrir fronteiras” traçando pontos de comum sintonia com povos marginalizados, recusando o autoritarismo como solução.

Esse mesmo processo dialético é perpassado por duas categorias analíticas desenvolvidas no decorrer da pesquisa: “Israel conservadora” dedicada a defesa do povo judaico das ameaças externas, como os palestinos, com isso é propagandeada a imagem de Israel como um “refúgio de progresso” na região, como forma de garantir a prosperidade do povo predestinado e a imagem da “Israel progressista” solidificada na necessidade de se criar uma comunidade humanitária pautada em certo aprendizado sobre o Holocausto.

A dualidade de representações sobre Israel é derivada das contradições de possuir duas facetas de interação com a sociedade dentro das fronteiras de 1967: a primeira pautada nos anseios de se constituir um regime democrático baseado na cidadania universal e a outra face militarizada constituída pelo uso da força contra elementos considerados externos a Israel - tratamento proveniente das consequências da Guerra dos Seis Dias, como explicitado por Grinberg (2008). As Forças de Defesa de Israel (FDI) tornam-se um ator central nessa dinâmica, especialmente quando há um desbalanceamento nas relações entre as elites e os grupos sociais subordinados. A existência dessa face militarizada só é possível se for legitimada pelo regime democrático, quando não há essa legitimação, protestos públicos ocorrem, o exército perde poder e é necessário desenvolver espaços políticos para atender essas demandas (GRINBERG, 2008).

A ampliação desses espaços de demanda por populações não plenamente inseridas no contexto de cidadania significa para esses grupos uma ameaça à soberania do Estado israelense. Judeus sionistas de direita percebem essa abertura de espaço político como uma intervenção externa aos princípios norteadores do Estado Israelense como um Estado Judeu, portanto, há o apoio a FDI para conter a ampliação desses espaços de denúncia. Como as fronteiras de Israel são "ambíguas" devido à ocupação e a própria cidadania de indivíduos fora das fronteiras do Estado israelense também é ambígua, ocorre um conflito crescente de respaldo e não respaldo da autoridade israelense nesses territórios. Grupos progressistas tentam trazer essa dinâmica para o espaço democrático, enquanto grupos conservadores preferem que esses conflitos sejam resolvidos pela FDI, elegendo representantes que legitimem a atuação do mesmo nesses territórios, como Netanyahu.

Com o objetivo de compreender a articulação desse movimento de "conversão" e "desconversão" é necessário observar as similaridades entre os atores políticos que são referência tanto para os judeus quanto para os neopentecostais conservadores. A relação de Netanyahu com Bolsonaro é profundamente beneficiada por meio desse apelo a uma perspectiva de Estado pautada na segurança nacional e na perseguição a movimentos oposicionistas. A



aproximação de ambos, as suas respectivas forças armadas demonstra uma necessidade contundente de frear o movimento de inclusão de grupos marginalizados ao título de cidadania a partir da prerrogativa de que esse movimento de inclusão é de, na realidade, de invasão. Assim, podendo provocar estragos na ordem pública, de tamanha natureza que é necessário o uso da força para conter os efeitos criminais das contradições social-econômicas, provenientes do desalento do Estado, tanto no contexto israelense quanto no brasileiro. As retaliações de Netanyahu a ataques terroristas a partir do veto a medidas assistencialistas aos palestinos, comprova como a narrativa da segurança nacional é estrategicamente manipulada para implementar medidas de isolamento e empobrecimento da população palestina (AFP, 03/05/2019). O mesmo é percebido na proposta de campanha de Bolsonaro, que apresenta uma proposta de Estado mínimo em simultaneidade com um pacote de segurança pública que se pretende ser mais rígido.

Nesse sentido, grupos judeus conservadores brasileiros, alinhados com essa questão em Israel e neopentecostais lidam com uma dinâmica similar politicamente: precisam obstruir os espaços de demanda de grupos marginalizados, travando uma guerra que ressignifica o conceito de democracia para deslegitimar seus antagonistas políticos. A relação desses judeus conservadores com os neopentecostais é bem descrita pelo diretor jurídico da Associação Sionista Brasil Israel (ASBI) (OLIVEIRA, 27/10/2018):

Para os evangélicos não há a substituição de uma fé pela outra, uma sucessão de pactos, mas sim uma integração, continuando os judeus com sua legitimidade e Israel como a terra messiânica. Logo, são grandes amigos dos judeus, e amantes de Israel. A ASBI abriu seus braços a estes que, muito mais do que os lobos humanistas em pele de cordeiro da esquerda, são os verdadeiros amigos dos judeus, dentro e fora de Israel.

Um exemplo desse conflito intracomunitário, pode ser observado na própria recepção do atual presidente Bolsonaro ao Clube Hebraica, em abril de 2017, no Rio de Janeiro. As campanhas progressistas, como um abaixo assinado digital de 2.500 nomes entre eles o do ex-ministro Renato Janine Ribeiro, para impedir que

Bolsonaro discursasse dentro do clube culminaram em uma manifestação, na qual proporcionou um embate a respeito da legitimidade da aproximação do político com a comunidade judaica, a partir do próprio referencial das perspectivas em disputa sobre a memória da comunidade: um legado progressista-humanista e antiautoritário baseado na solidariedade a povos marginalizados ou na proteção do povo judeu priorizando os “interesses judaicos” para evitar a repetição da tragédia. Isto era visto nos cartazes empunhados por judeus progressistas ou pelas alegações feitas por judeus conservadores justificando seu apoio a Bolsonaro.

Portanto, o processo da narrativa judaico-neopentecostal conservadora de Israel e do Brasil, perpassa pela representação ideológica de uma ordem fundada a partir da necessidade de reduzir as transições entre grupos diversos no espaço democrático interrompendo qualquer potencial abalo aos poderes já pressupostos, pretendendo-se, de certo modo, produzir um projeto nacional pautado nesse enrijecimento dos critérios de quem pode participar dos espaços político-econômicos, enquanto reformula as próprias fronteiras das comunidades político-religiosas nesse esquema polarizado. A parte intrigante é que enquanto esse processo enrijece fronteiras democráticas, de acesso ao Estado, por grupos marginalizados ele também de certo modo facilita a transição de identidades entre grupos de similar gramática política, como é o caso dos neopentecostais e dos judeus conservadores.

## **CONCLUSÃO**

Esse artigo pretendeu abordar temas inquietantes para o cenário político atual preocupando-se em utilizar a relação dos judeus e neopentecostais como um referencial possível para observar como as dinâmicas políticas, sociais e religiosas se articulam entre si desenvolvendo um movimento de exclusão e integração de membros de comunidades consideradas historicamente como incongruentes. Pretendeu-se abordar temas inquietantes para o cenário político atual, preocupando-se em utilizar a relação dos judeus e neopentecostais como um referencial possível para observar como as dinâmicas políticas, sociais e religiosas se articulam entre si em um movimento de

exclusão e integração. A expectativa do artigo foi analisar como as tendências políticas contemporâneas, como as lutas por reconhecimento, desenvolvem novas formas de socialização baseadas no engajamento político de diversos atores antes distantes por suas fronteiras comunitárias. Em um mundo na qual não só os mercados, mas as comunidades civis se associam em um movimento que transfere lutas e projetos de poder de um país a outro, como Israel e Brasil, isto significa não só um movimento de reinvenção das identidades particulares, mas das próprias comunidades.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFP. Netanyahu congelará fundos para palestinos após assassinato de israelense. *Veja*, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/netanyahu-congelara-fundos-para-palestinos-apos-assassinato-de-israelense/>>. Acesso em: 3 maio.2019

ALEXANDER, Jeffrey. C. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, 2018.

ÁLVARES, D. *Bolsonaro diz que veto à propaganda do Banco do Brasil foi "respeito com a população". Congresso em foco, 2019.* Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-diz-que-veto-a-propaganda-do-banco-do-brasil-foi-respeito-com-a-populacao-veja-video/>>.

ALVES, S. P. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, v. 30, 2016.

CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

CRUZ, L. C. *Evangélicos farão "manifestação" em defesa do Brasil.* *Gazeta do Povo*, 2015. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/evangelicos-farao-manifestacao-em-defesa-do-brasil-f1rhia6i4n7cy2q2m3w7vwgpm/>>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial, 2017.

DW. *MEC anuncia corte de 30% nos repasses a todas as universidades federais*. DW, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/mec-anuncia-corte-de-30-nos-repasses-a-todas-as-universidades-federais/a-48566198>>

FERREIRA, M. L. A moral (neo) pentecostal e a ética empreendedora: sobre a Teologia da Prosperidade e o impulso para o trabalho. *Diversidade Religiosa*, v. 7, n. 1, p. 88-101, 2017.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GHERMAN, M. Deus e Diabo na Terra Santa: pentecostalismo brasileiro em Israel. *WebMosaica*, v. 1, n. 1, 2009.

GHERMAN, M.; KLEIN, M. Entre "conversos" e "desconversos": O caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. *Estudios Sociales del Estado*, v. 5, n. 9, p. 101-123, 2019.

GOMES, M. S. A "guerra espiritual" no Brasil: apropriações do imaginário religioso no pentecostalismo brasileiro. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 15, n. 47, p. 1084-1085, 30 set. 2017.

GRINBERG, L. L. Israel's dual regime since 1967. *MIT Electronic Journal of Middle East Studies*, v. 3, p. 59-80, 2008.

HOLANDA, M. 'Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja', diz Damares Alves. *Estadão*, 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves,70002636241>>.

HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Editora Companhia das Letras, 2009.

ZUNINO, Olga Christina de Oliveira. Processo de conversão e desconversão político-religiosa entre Judeus e Neopentecostais conservadores. *Revista Ensaios*, v. 17, jul-dez, 2020, p. 112-135.

LEHMANN, D. Secularism and the public-private divide: Europe can learn from Latin America. *Political Theology*, v. 7, n. 3, p. 273-293, 2006.

LEVITSKY, S.; WAY, L. A. Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism. *Journal of democracy*, v. 13, n. 2, p. 51-65, 2002.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LOCKE, J. *Dois tratados do governo civil*. Leya, 2019.

MACEDO, E. M. B. *A libertação da teologia*. Editora Gráfica Universal, 1992.

MACEDO, B. "Eita, Lugar Bom!" *Site Universal*, 2016. Disponível em: <<https://www.universal.org/bispo-macedo/post/eita-lugar-bom/>>.

MACEDO, B. Como o judeu vê os dízimos. *Site Universal*, 2016. Disponível em: <<https://www.universal.org/bispo-macedo/post/como-o-judeu-ve-os-dizimos/>>.

MARTIN, D.; BERGER, P. *Tongues of fire: The explosion of Protestantism in Latin America*. Basil Blackwell, 1990.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 2012.

MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, O. "A esquerda não é credora moral pelo padecimento do Holocausto" O que pensam os judeus que romperam com sua comunidade para defender Bolsonaro.

*El País*, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/politica/1540304878\\_516816.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/politica/1540304878_516816.html)>. Acesso em: 26 de abril 2019.

ORO, A. P. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 3, n. 1, p. 071-085, 2001.

ORO, A. P. O" neopentecostalismo macumbeiro". *Revista USP*, n. 68, p. 319-332, 2006.

PRZEWORSKI, A. *Crises of democracy*. Cambridge University Press, 2019.

SALGADO, J.; DE PAULA SANTOS, L. Usos da" fé inteligente": a hermenêutica empreendedora da lurd. *Comunicacao, Midia E Consumo*, v. 15, n. 43, 2018.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Nova Fronteira, 2017.

SOARES, A. 18/09/2012 - DEVEMOS HORAR POR NOSSAS AUTORIDADES-PARTE 1. *Site On Grace*, 2012. Disponível em:< <https://ongrace.com/portal/?coluna=devemos-orar-pelas-nossas-autoridades-parte-1>>

TV GLOBO. *MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais*. *G1*, 2019. Disponível <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-que-bloqueio-de-30percent-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghtml>>. Acesso em:03 de maio 2019

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R. de; BIGNOTTO, N. República e civilização brasileira. *Pensar a República*, p. 131-154, 2000.

WOOD, E. *Capitalismo e democracia*. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. BORON, Atilio A, 2007.

## NEOFASCISMO E NEOLIBERALISMO: O FENÔMENO BOLSONARO

Matheus de Carvalho Barros<sup>1</sup>

**RESUMO:** É possível classificar Jair Bolsonaro como um neofascista? A partir desta pergunta, o objetivo do trabalho é analisar a ascensão do presidente do Brasil e a suas possíveis relações com a ideologia fascista/neofascista. Além disso, iremos analisar como o capitalismo neoliberal cria as condições para o surgimento e o desenvolvimento de movimentos reacionários, identificando, desta forma, uma verdadeira “afinidade eletiva” entre o neoliberalismo e o neofascismo. Para tal empreitada, utilizaremos como referência metodológica o conceito de fascismo produzido no campo do marxismo, assim como, textos de autores de relevância no cenário nacional e internacional nos estudos sobre o movimento fascista, apontando as semelhanças e particularidades do bolsonarismo em relação aos outros movimentos de extrema direita pelo mundo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Jair Bolsonaro; Neofascismo; Neoliberalismo

### NEOFASCISM AND NEOLIBERALISM: THE BOLSONARO PHENOMENON

**ABSTRACT:** Is it possible to classify Jair Bolsonaro as a Neofascist? From this question, the objective of the work is to analyze the rise of the president of Brazil and its possible relations with the fascist / neofascist ideology. In addition, we will analyze how neoliberal capitalism creates the conditions for the emergence and development of reactionary movements, thus identifying a true “elective affinity” between neoliberalism and neofascism. For this endeavor, we will use as a methodological reference the concept of fascism produced in the field of Marxism, as well as texts by authors of relevance on the national and international scene in studies on the fascist movement, pointing out the similarities and particularities of Bolsonarism in relation to other movements extreme right across the world.

**KEYWORDS:** Jair Bolsonaro; Neofascism; Neoliberalism

<sup>1</sup> Graduando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)



## INTRODUÇÃO

A discussão em torno do tema do fascismo retoma a sua atualidade quando observamos a ascensão de movimentos e partidos de extrema direita em diversas partes do mundo. O partido *Vlams Belang* na Bélgica, Matteo Salvini na Itália, o *FPÖ* na Áustria, Donald Trump no EUA, Marine Le Pen na França e Jair Bolsonaro no Brasil, são alguns exemplos. Contudo, em cada país e em cada contexto social, esta extrema direita se expressa de formas diferentes e possui suas particularidades. A caracterização como fascista ou neofascista, por exemplo, pode se aplicar a alguns, mas não a todos. Como nos aponta Lowy (2019), algumas dessas forças emergentes têm características diretamente fascistas: é o caso do partido “Aurora Dourada” na Grécia, da CasaPound na Itália, e de vários outros partidos nacionalistas nos países bálticos. Nesse sentido, o surgimento dessa direita radical é certamente uma das características mais notáveis de nosso momento histórico.

O importante historiador italiano Enzo Traverso, em sua obra *“The new faces of fascism”*, sustenta que o termo “fascismo” é insuficiente, ou até mesmo inapropriado, para se compreender esta nova realidade. Nessa perspectiva, Traverso propõe a utilização do conceito de “pós-fascismo” para captar as especificidades desta extrema direita ascendente. Com essa concepção, o historiador italiano quer descrever “um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado” (TRAVERSO, 2019, p. 14).

Nesse cenário, Traverso (2019) ainda salienta a importância de distinguir o “pós-fascismo” do “neofascismo”. Para o historiador, o neofascismo seria uma tentativa de perpetuar e regenerar o “velho fascismo”, pregando abertamente uma continuidade ideológica com o chamado fascismo histórico. Um exemplo disso seria o surgimento de alguns movimentos e partidos na Europa central, como o *Jobbik* na Hungria. Por outro lado, o pós-fascismo, em muitos dos casos, nasce como uma herança do fascismo clássico, contudo, vem mudando as suas formas. Segundo Traverso, apesar de suas origens, esses movimentos classificados por ele como pós-fascistas não apelam a essa “ancestralidade” e nem reivindicam a sua herança. E esse seria o fator fundamental que os distingue do neofascismo.

Entretanto, o conceito de “pós-fascismo” é criticado por Michael Lowy no seu texto “Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil” (2015). O sociólogo brasileiro considera inadequada a utilização do termo para caracterizar determinados movimentos de extrema direita. Segundo Lowy, o prefixo “pós” – como, por exemplo, “pós-modernidade” – teria pelo menos dois significados comuns: a passagem de uma época histórica e a ruptura com um modo de pensar. Desta forma, o conceito de “pós-fascismo” implicaria, implícita ou explicitamente, em uma hipótese que na visão do sociólogo marxista seria errônea: a ideia de que o fascismo pertenceria a uma época ultrapassada. No entanto, para Michael Lowy, o fascismo não é uma época, mas um modo de organização e uma ideologia política, que se manifesta e se manifestou de diversas maneiras, bem depois do fim do Terceiro Reich.

No texto “Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro” (2019), Lowy define como neofascistas líderes, partidos e movimentos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930, mas que possuem também as suas particularidades. Estes seriam fenômenos novos que não são idênticos aos do passado, justamente por carregarem as especificidades do século XXI. Como exemplo para a sua concepção de movimentos e partidos neofascistas, Michael Lowy (2019) cita o caso do partido *Vlams Belang* na Bélgica, Matteo Salvini na Itália, o *FPÖ* na Áustria e a figura de Jair Bolsonaro no Brasil. Desse modo, é possível identificar que na concepção do sociólogo brasileiro, diferentemente de Enzo Traverso, esses movimentos, líderes e partidos não precisam necessariamente reivindicar a herança do fascismo histórico para se constituírem como fenômenos neofascistas. Nessa configuração, o fascismo consiste em um conceito – assim como bem definiu o historiador argentino Federico Finchelstein (2017) – transnacional, transatlântico e trans-histórico.

Muitos estudiosos tendem a classificar a nova extrema direita ascendente como populista. Todavia, como argumenta Traverso (2019), o conceito de populismo foi tão amplamente usado que suscita um robusto e justificado ceticismo. Devido a sua livre flutuação e seus limites abrangentes, torna-se difícil falar do populismo como um

fenômeno político que possua um perfil e uma ideologia própria. Há certo consenso na historiografia em classificar como populistas alguns fenômenos do século XIX, como o populismo russo representado pelos *Narodniks*, assim como o populismo latino-americano da primeira metade do século XX, encarnado nos governos de Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil. Nesse sentido, como aponta Michael Lowy (2015), o termo populismo correspondia a algo bem específico: governos nacionais populares ou movimentos construídos em volta de figuras carismáticas, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Esta retórica também busca exaltar as virtudes do povo em relação ao *establishment* político, com o objetivo de mobilizar as massas contra o “sistema”. Desta forma, o populismo seria mais um estilo político do que propriamente uma ideologia política (TRAVERSO, 2019).

Nos últimos anos, muitas figuras foram classificadas como populistas: Marine Le Pen na França, Jeremy Corbin no Reino Unido, Matteo Salvini na Itália, Donald Trump nos EUA, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Jair Bolsonaro no Brasil. Diante de enormes diferenças entre as figuras citadas, o termo populismo acaba se tornando uma “concha vazia” – termo utilizado por Enzo Traverso (2019) – que pode ser preenchida por conteúdos políticos díspares. O historiador Federico Finchelstein chega a definir o populismo como “uma forma autoritária de democracia que surgiu originalmente como uma reformulação do fascismo pós-guerra” (FINCHELSTEIN, 2017, p.98). Na concepção do historiador argentino, fascismo e populismo estão conectados genealogicamente. Entretanto, essa relação feita por Finchelstein dificulta o entendimento do fenômeno quando a tipologia construída pelo historiador inclui o “populismo neoclássico de esquerda”, da qual fariam parte Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Corrêa, por exemplo. Desta forma, ao obscurecer ou até mesmo eliminar as diferenças entre direita e esquerda, o termo populismo muitas vezes acaba atrapalhando a compreensão das particularidades política e ideológica do objeto estudado.

No Brasil, a discussão sobre fascismo e neofascismo veio à tona com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Esse debate foi colocado a público recentemente, por exemplo, quando

Armando Boito Júnior se propôs a analisar a emergência de um movimento neofascista no Brasil (WEBER, 2019). Os artigos de Boito Júnior, publicados pelo jornal Brasil de Fato, foram inicialmente uma resposta a um texto de Atilio Borón publicado originalmente pela Página 12. Em seu artigo, Borón (2019) argumenta que é um erro grave classificar Jair Bolsonaro como um fascista. Segundo o sociólogo argentino, o fascismo é uma “categoria histórica”, ou seja, possui características únicas cujas condições para o seu surgimento seriam próprias do período entre guerras. Portanto, tais condições seriam irrepetíveis no contexto atual. Em contraposição à Borón, Armando Boito (2019) acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, e destaca que essa possibilidade não pode ser descartada principalmente no cenário brasileiro. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Na efervescência da discussão sobre o caráter dos movimentos de extrema direita que surgem em diversos países, levantamos a seguinte indagação: É possível classificar Jair Bolsonaro como um Neofascista? A partir desta pergunta, o objetivo do trabalho é analisar a ascensão e atuação do presidente do Brasil, tendo em vista que o movimento político encabeçado por Bolsonaro se enquadra no processo global de ascensão de uma extrema direita reacionária e autoritária nos últimos anos. Em primeiro lugar, iremos conceituar o fascismo à luz da teoria marxista. Em seguida, vamos discutir como o capitalismo neoliberal cria as condições e ambientes propícios para o surgimento e o desenvolvimento de movimentos reacionários, identificando, desta forma, uma verdadeira “afinidade eletiva” entre o neoliberalismo e o neofascismo. Por fim, iremos analisar o contexto brasileiro e as possíveis relações de Jair Bolsonaro com a ideologia fascista/neofascista, apontando as semelhanças e particularidades do *bolsonarismo* em relação aos outros movimentos do cenário internacional.

## **O QUE É FACISMO?**

Como nos aponta Marcelo Badaró (2020), a bibliografia sobre o fascismo é monumental. Em seu mais recente livro intitulado “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil”, o professor da UFF traz a contribuição de Fernando Rosas sobre a historiografia do fascismo. O historiador português traça um quadro cronológico, bastante útil, no qual identifica basicamente quatro fases fundamentais nas análises sobre o fenômeno fascista. A primeira delas teria ocorrido entre os anos de 1920 e 1930, protagonizada por dirigentes revolucionários comunistas, comprometidos com o combate ao fascismo. Dentre eles, destacam-se Antônio Gramsci, Clara Zetkin e Leon Trotsky. O segundo momento teria ocorrido após a Segunda Guerra mundial. Movido pelo clima da Guerra Fria, a segunda fase de reflexões sobre o fascismo emergiu através de uma interpretação que igualava os regimes fascistas ao stalinismo soviético, que ficou conhecida como a teoria do totalitarismo, representada, entre outros, por Hannah Arendt. O terceiro momento surge com a ascensão da ideologia neoliberal e da decomposição dos regimes do Leste Europeu, ao final do século XX. Essa vertente conhecida também como “novo consenso historiográfico” rejeitava em grande medida as análises centradas nos conflitos de classe e privilegiava as ideias e os aspectos culturais do fascismo (MATTOS, 2020). A quarta e última vertente historiográfica apontada por Fernando Rosas são os debates em processo na contemporaneidade, marcados pela construção de uma teoria crítica do fascismo assente em pressupostos distintos (neomarxistas, pós-estruturalistas ou antropologia social), mas que têm em comum, como ponto de partida, “a demarcação do tal novo consenso em torno do fascismo como transcendência idealista, ou seja, assente na exclusão do condicionamento das expressões do político e ideológico” (ROSAS, 2019, p. 21).

Contudo, no presente trabalho utilizaremos como referência o conceito de fascismo produzido no campo do marxismo, mais especificamente as contribuições de Leon Trotsky sobre a ascensão do nazismo na Alemanha escritas entre 1930-1933.

Exilado em uma ilha turca, após as eleições de 1930, Trotsky escreve seu primeiro texto sobre a conjuntura política alemã. Em “O Giro da Internacional Comunista e a Situação Alemã”, o revolucionário

russo já identificava que sob os golpes da crise, as eleições mostraram que a pequena burguesia estava se inclinando não para a revolução proletária, mas sim para uma reação imperialista extremada, arrastando consigo importantes camadas do proletariado. Analisando os resultados dos votos daquele ano, Trotsky (2018) argumenta que o crescimento gigantesco do Nacional-Socialismo é fundamentalmente expressão de dois fatos. Em primeiro lugar, da crise social profunda que lança as massas pequeno burguesas para fora de seu equilíbrio e, por outro lado, expressa a ausência de um partido revolucionário que pudesse se apresentar as massas populares como agente transformador da realidade concreta.

Nessa perspectiva, é possível dizer que o “fascismo histórico”, tanto na Itália como na Alemanha, é produto de uma severa e sistêmica crise do capitalismo monopolista, onde a acumulação do capital sob os marcos da democracia burguesa é progressivamente minada. Em consequência dessa crise econômica e política, há um descontentamento cada vez maior entre as camadas sociais médias, mais especificamente entre a pequena burguesia que passa a se engajar em movimentos de massas reacionários e violentos (MANDEL, 1995).

Nesse sentido, analisando a conjuntura alemã, Trotsky salienta que o movimento liderado por Hitler é análogo em geral ao fascismo italiano. Ou seja, o nazismo seria “um movimento de massas, com seus líderes usando grandes quantidades da retórica socialista. E isto é necessário para a criação de um movimento de massas” (TROTSKY, 2018, p. 12). Desse modo, o autor de “A História da Revolução Russa” é enfático ao dizer que: “A base genuína do fascismo é a pequena burguesia. Na Itália, ela tem uma base muito grande – a pequena burguesia das cidades e vilas, e do campesinato. Na Alemanha, igualmente, há uma ampla base para o fascismo” (TROTSKY, 2018, p. 12).

Desta forma, para Leon Trotsky o fascismo – diferentemente de outros movimentos contrarrevolucionários e regimes ditatoriais – seria em primeira instância um movimento reacionário de massas da pequena burguesia revoltada. Impulsionados pela profunda crise do capital monopolista, este movimento apresenta uma combinação de

um nacionalismo extremo e uma manifestação verbal demagógica anticapitalista com uma hostilidade ainda maior contra o movimento operário organizado.

Todavia, apesar de sua base social, uma vez no poder, tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão não foram os governos da pequena burguesia, mas sim os do grande capital (MATTOS, 2020). Em um texto escrito em 1933, Trotsky ilustra muito bem essa conjuntura:

O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena-burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário, ele é a ditadura mais impositiva do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu coloca-los a serviço do capital. Slogans como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande (TROTSKY, 2018, p. 227).

Nessa perspectiva, segundo Marcelo Badaró (2020), o sentido de classe dos regimes políticos fascistas – como “ditadura do capital monopolista” – se expressa não apenas em suas políticas econômicas em benefícios do grande capital, mas especialmente em sua violência contra as organizações autônomas da classe trabalhadora. No texto “E agora? A revolução alemã e a burocracia”, escrito na primeira metade de 1932, Leon Trotsky argumenta que o fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de ato de força e de terror policial. O fascismo seria um “sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa” (TROTSKY, 2018, p. 55). Desse modo, para o revolucionário russo, a tarefa do fascismo não consistia apenas na destruição da vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe trabalhadora em estado fragmentário. Para tal empreitada, a



eliminação física da fração mais revolucionária do movimento operário era insuficiente. Trotsky aponta que seria necessário também destruir todos os pontos de apoio e de organização do proletariado e exterminar os resultados de anos de trabalho da social-democracia, dos sindicatos e, claro, do Partido Comunista.

Desta forma, para o revolucionário russo, a especificidade da “fascistização” do Estado consistia em

destruir as organizações operárias, reduzir o proletariado a um estado amorfo, criar um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas e esteja destinado a impedir a cristalização independente do proletariado. É nisto que consiste a essência do regime fascista (TROTSKY, 2018d, p. 66).

Portanto, após esta brevíssima análise dos escritos de Trotsky produzidos entre 1930 e 1933, podemos argumentar que, resumidamente, o fascismo seria fruto de uma severa e sistêmica crise do capital monopolista, onde seu processo de valorização se encontra minado nos marcos da democracia parlamentar burguesa. Concomitantemente a esta crise social, política e econômica, há um notório descontentamento entre as camadas médias da sociedade, mais especificamente entre a pequena-burguesia que passa a se engajar em organizações e movimentos de massas fundamentalmente violentos e reacionários. Autônomos em um primeiro momento, com o desenrolar da conjuntura esses movimentos passam a ser instrumentalizados em grau cada vez maior pelo grande capital em sua tentativa de aniquilar o movimento dos trabalhadores e salvaguardar a sociedade burguesa.

## **O CAPITALISMO NEOLIBERAL E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA**

No plano internacional, é difícil propor uma explicação geral que possa dar conta de fenômenos que, apesar de suas semelhanças, possuem indiscutíveis particularidades. Entretanto, é possível levantar algumas hipóteses que nos permitem elucidar, pelo menos em parte, a base material da ascensão da extrema direita ao redor do mundo.

A primeira hipótese que podemos apontar é o próprio processo de globalização capitalista neoliberal, que acaba por produzir e reproduzir, em escala planetária, o que Daniel Bensaid denominou de “pânico identitário”. Esse processo acaba alimentando uma obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais (BENSAID, 2005; LOWY, 2019).

O outro fator a ser levantado, que está diretamente associado ao processo de hegemonia mundial – neoliberal – do capital financeiro, é a crise geral do capitalismo de 2008. Luiz Filgueiras e Graça Duck (2019) argumentam que não apenas a crise em si, mas também a resposta dada pelos diferentes Estados nacionais (socialização dos prejuízos do sistema financeiro, através do endividamento dos Estados) e, na sequência, o aprofundamento das políticas e reformas neoliberais nos países de capitalismo periférico (principalmente a partir da crise da zona do euro em 2010), se configuram como a base material da ascensão de uma nova direita e extrema direita em escala planetária.

Michael Lowy (2019) destaca que tanto o processo de globalização quanto a crise de 2008 se tornaram possíveis em uma sociedade capitalista na qual o neoliberalismo opera desde 1980, aprofundando as desigualdades, as injustiças sociais e concentrando riquezas – assim como ocorreu no capitalismo liberal pré-1929.

O predomínio do neoliberalismo como prática política e ideologia não significou apenas uma guerra sem fim contra o socialismo, mas representou também um combate à própria democracia (IANNI, 1998). Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930. Em sua origem, o pensamento neoliberal traz em si uma ideia muito particular de democracia que sob muitos aspectos, deriva de um antidemocratismo: “O direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle mesmo sob forma de sufrágio universal” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 9). Portanto, nesta perspectiva, é possível dizer que o neoliberalismo é intrinsecamente antidemocrático.

Sobre a relação entre neoliberalismo e democracia, Reginaldo Moraes (1998) é enfático ao dizer que o neoliberalismo não tem meias palavras para nomear seus inimigos: a democracia de massas, o Estado de bem-estar social e os sindicatos. O filósofo brasileiro argumenta que o neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora, e seus propagandistas, como Friedrich Hayek, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às “irresponsabilidades” da democracia de massas. Nessa linha de raciocínio, Ludwig Von Mises, outro importante teórico do neoliberalismo, em sua obra *Liberalismo segundo a tradição clássica*, chega a dizer, por exemplo, que o fascismo teve um importante papel ao “salvar” a civilização europeia. Nas próprias palavras do economista da Escola austríaca:

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal (MISES, 1987, p.23).

Ao transformar o capitalismo, o neoliberalismo transformou profundamente as sociedades. Nesse sentido, como nos apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da existência humana. Os autores de “A nova razão do mundo” (2016) ainda chamam atenção para o fato de que além das consequências políticas, econômicas e sociais, não podemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo. Essas transformações podem ser visualizadas em um crescente egoísmo social, que nega as formas de solidariedade e redistribuição, e que é capaz de desembocar em movimentos reacionários e ou até mesmo neofascista.

Nesse cenário, foi a direita e a extrema direita que conseguiram capturar o ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital nos últimos quarenta anos (conduzido pela

ideologia neoliberal) e direcioná-los contra inimigos imaginários e o *establishment* em geral (FILGUEIRAS; DUCK, 2019). Esse ressentimento é derivado do desemprego, da pobreza, da precarização do trabalho e das condições de vida muitas vezes degradante.

No texto “O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro” (2019), Luiz Filgueiras e Graça Duck argumentam que a incapacidade do liberalismo clássico e da socialdemocracia em apresentar alternativas concretas ao ultraliberalismo e suas consequências sociais, facilitou o crescimento de movimentos neofascistas. Nesse sentido, como bem colocam os professores da UFBA, para além das aparências e da retórica, há uma clara convergência política, ou até mesmo uma “afinidade eletiva”, entre o neoliberalismo, enquanto expressão dos interesses do capitalismo financeiro, e a atual ascensão da extrema direita, que em seu limite se apresenta como neofascista.

Como o programa e as políticas neoliberais não têm o que oferecer à esmagadora maioria da população, a democracia liberal e o Estado de direito acabam se chocando com os interesses do capital financeiro. Nessa perspectiva, essa “relação simbiótica” entre neoliberalismo e neofascismo acaba criando um contexto em que cada vez mais se torna necessário um Estado de exceção. Pois, como nos demonstram os professores da UFBA em “O governo Bolsonaro, o Neofascismo e a resistência democrática” (2018), ao não conseguir incorporar em seu movimento a grande massa da população, o capitalismo financeiro neoliberal tem dificuldades de conviver com a participação política dos “subalternos”, e conseqüentemente, com as próprias instituições democráticas. Desse modo, a própria democracia e o Estado de direito se constituem como empecilhos para a reprodução do capital. O capitalismo neoliberal cria e reproduz circunstâncias e ambientes propícios para o surgimento de movimentos autoritários, reacionários e neofascistas.

Portanto, apesar das singularidades históricas, políticas, econômicas e sociais de cada país, há um fio condutor comum que gera um cenário favorável à ascensão de líderes, movimentos e partidos de extrema direita, ou até mesmo neofascista, em diversas partes do mundo. Este fio condutor reside nas condições materiais de

vida da sociedade, que é a base real dos conflitos entre classes (FILGUEIRAS E DUCK, 2019).

## **O CONTEXTO BRASILEIRO**

No cenário brasileiro, é possível identificar a explosão das manifestações massivas de 2013 – ocorridas nas principais cidades do país – como um dos fenômenos decisivos para a inflexão da atual conjuntura (FILGUEIRAS; DUCK, 2019). O movimento que em sua origem protestava contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, logo se direcionou à crítica das condições dos serviços públicos em geral. Luis Filgueiras e Graça Duck argumentam que na esteira dessas manifestações aparecem sinais claros da desqualificação e demonização da política, dos partidos políticos e dos próprios políticos. Na concepção dos professores da Universidade Federal da Bahia, esses movimentos de contestação foram sintetizados na “luta contra a corrupção”, que se desdobrou, posteriormente, em um ataque direto ao Estado brasileiro, “mas sobretudo ao Estado Social, e a tudo o que é público e coletivo, tendo como contraposição o individualismo e a meritocracia” (FILGUEIRAS; DUCK, 2019, p. 3). Nesse sentido, esta seria uma das origens da conjunção entre neoliberalismo e neofascismo que viria a se desenvolver nos anos seguintes.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, marcada por eleições extremamente polarizadas, já expressava a mudança de conjuntura engendrada pelas manifestações do ano anterior. Contudo, para além dos acontecimentos de 2013, e das eleições de 2014, há razões mais profundas que explicam as transformações do cenário brasileiro. Como nos apontam Luís Filgueiras e Graça Duck, essas mudanças podem ser identificadas no impacto continuado da crise mundial do capitalismo no Brasil, que se tornam mais visíveis a partir de 2011. A desaceleração do crescimento, ano a ano, ligada à política de desoneração tributária para inúmeros setores da economia dada ainda pelo primeiro Governo Dilma, gerou um déficit primário a partir de 2014. Somado a isso, a execução da política de ajuste fiscal a partir de 2015, logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, levou a economia à recessão, elevando rapidamente as taxas de desemprego (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

Nesta nova conjuntura econômica de aumento do desemprego e queda de rendimentos, a insatisfação política com o governo se amplia, preparando um terreno propício para o discurso neoliberal e sua contestação das políticas sociais promovidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a ofensiva da burguesia cosmopolita, para retomar o seu protagonismo no bloco do poder, que foi reduzido parcialmente devido às relações privilegiadas do PT com a burguesia nacional, obteve êxito. Instrumentalizada historicamente pela burguesia associada ao capital internacional, a bandeira da anticorrupção foi mais uma vez utilizada como “a ponta de lança” desta ofensiva, mobilizando a massa da classe média brasileira para o apoio ao golpe parlamentar que pôs fim ao Governo Dilma em 2016 (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

Segundo Luís Felipe Miguel (2017), a destituição da presidente Dilma Rousseff, provisória em maio e definitiva em setembro de 2016, sem que houvesse crime de responsabilidade claramente estabelecido, marca uma fratura crucial no “ensaio” democrático iniciado pouco mais de três décadas no país. Entretanto, como assinala Marcelo Braz (2017), o impeachment de Dilma não se configura como um “golpe clássico”, uma vez que ele ocorre dentro do funcionamento das instituições burguesas, ou seja, com o aval e apoio da justiça e do legislativo. Nessa perspectiva, o professor da UFRJ argumenta que o impeachment vem se constituindo, especialmente na América Latina, em uma forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou se tornaram obstáculos em alguma medida. Nas palavras do autor: “foi assim, um golpe nas ilusões democráticas geradas pelos limites próprios da ordem burguesa, cuja condição cria suas próprias ilusões” (BRAZ, 2017, p.89).

Neste contexto, a extrema direita veio à “luz do dia”. O resultado deste processo acabou por desembocar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A radicalização da polarização política, que vinha desde a eleição anterior de 2014, se aprofundou e engoliu a direita tradicional que conspirou e participou ativamente do golpe, abrindo espaço para a extrema direita reacionária, mobilizadas por discursos misóginos, racistas, elitistas, e com claras inspirações fascistas (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

## **BOLSONARO, NEOFACISMO E NEOLIBERALISMO**

Em um texto publicado originalmente no jornal Página 12, Atílio Boron (2019) se recusou a caracterizar Jair Bolsonaro como fascista, e também desconsidera a possibilidade do governo brasileiro se converter em um regime fascista. O sociólogo argentino sustenta que o fascismo é um fenômeno histórico único, restrito à Europa das décadas de 1920 e 1930, e desse modo, irrepetível. Se contrapondo a Boron, o cientista político brasileiro Armando Boito Jr escreve uma série de artigos publicados pelo jornal Brasil de Fato, argumentando que o fascismo não pode ser excluído das possibilidades existentes na atual conjuntura brasileira. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Um dos principais argumentos de Atílio Boron (2019) é que o fenômeno fascista seria irrepetível pois seu protagonista, a burguesia nacional, teria desaparecido devido o processo de internacionalização do capitalismo. Boito Júnior (2019) contesta essa afirmação argumentando que, uma ditadura fascista em um país imperialista não terá o mesmo “bloco no poder” que um regime fascista instaurado em um país cuja economia e o Estado são dependentes. O professor da Unicamp assinala que, teoricamente, é possível contemplar a hipótese de que um eventual Estado fascista no Brasil venha servir os interesses do capital internacional, e não da burguesia nacional como ocorreu no fascismo histórico. Portanto, é possível dizer que fascismo e neoliberalismo não são excludentes.

As definições de fascismo são sempre problemáticas e complexas. Contudo, em sua argumentação Armando Boito Júnior (2019) defende que, em sua essência, o fascismo seria um movimento reacionário de massas enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Todavia, apesar de suas origens nas classes médias, o fascismo chega ao poder não necessariamente como representante de tais classes, mas sim, após ter sido cooptado politicamente pela burguesia, ou pelo menos por alguma de suas



frações, com o objetivo de instaurar um governo antidemocrático e antipopular (BOITO JR, 2019).

Para além de uma forma de Estado ditatorial, o fascismo também é uma ideologia e um movimento. Para Armando Boito, uma ditadura fascista só se torna realidade se houver um movimento social que seja movido pela ideologia fascista, e que assuma o papel para a sua implantação. Desse modo, não se restringindo a uma forma de Estado, é possível que os fascistas abram mão ou posterguem, em uma determinada conjuntura, a luta pela instauração de uma ditadura fascista (BOITO JR, 2019). Em “Lições sobre o Fascismo”, Palimiro Togliatti demonstra que foi exatamente isso que Mussolini fez ao chegar ao poder 1922, e foi o que continuou a fazer até pelo menos 1923. Sendo assim, teoricamente é possível que um movimento fascista chegue ao poder e não implante uma ditadura fascista.

Nesse cenário, o argumento central de Armando Boito Júnior é que no Brasil de hoje temos um presidente neofascista sustentado por uma ideologia e um movimento neofascista. Todavia, não é possível dizer que existe no país um regime político fascista. Segundo o professor da Unicamp, o que temos hoje é uma “democracia burguesa deteriorada em crise” (BOITO JR, 2019, p. 4).

Segundo o historiador brasileiro Demian Melo (2019), o discurso bolsonarista apresenta características ideológicas que podem situá-lo no campo do fascismo. É possível localizar em Bolsonaro um discurso que, diante da profunda crise brasileira, promete um processo de reconstrução nacional. Em seu discurso de posse, Jair Bolsonaro diz que uma de suas missões é “restaurar e reerguer a nossa pátria, libertando-a definitivamente da corrupção, da criminalidade e da submissão ideológica” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Melo (2019) aponta que, enquanto Benito Mussolini apelava para a reconstrução gloriosa do império romano, e Hitler cultuava um passado mítico do povo alemão, Jair Bolsonaro e seu movimento transformam em mito o período da ditadura militar brasileira. São inúmeras as referências saudosistas que Bolsonaro faz em relação à ditadura que perdurou 21 anos no Brasil. O presidente do Brasil chegou a dizer que Carlos Alberto Brilhante Ustra – um dos mais notáveis torturadores da ditadura brasileira – era um herói nacional. Jason Stanley (2018) afirma

que a política fascista invoca um passado mítico que tragicamente teria sido destruído. Não é demais lembrar que o próprio Bolsonaro é chamado de “mito” pelos seus seguidores.

Outro fator importante que relaciona o bolsonarismo à ideologia fascista é um anticomunismo “alimentado a partir de paranoias conspiratórias” (MELO, 2019, p. 7). Entretanto, o fascismo clássico – assombrado pelas consequências da revolução Bolchevique – tinha por um dos seus objetivos a eliminação das esquerdas e de seus partidos de massa. Já no neofascismo brasileiro, a “esquerda” a ser eliminada é um movimento democrático e reformista, representado, sobretudo, pelo Partido dos trabalhadores (BOITO JR, 2020).

Além dessas características, Jair Bolsonaro também engendra um movimento social que mobiliza setores da classe média e também setores das classes subalternas, motivados por um grande ressentimento social (MELO, 2019). Todavia, uma das particularidades do bolsonarismo em relação ao fascismo clássico, que diz respeito às próprias especificidades do século XXI, é que o seu movimento social não se organiza em torno de um partido de massas. As bases bolsonaristas se articulam sobretudo pelas redes sociais. Como nos apontam Luis Filgueiras e Graça Duck (2018), é através das redes sociais que Bolsonaro se dirige diretamente às massas, sem necessitar da intermediação de partidos políticos ou qualquer outra organização da sociedade civil. Segundo os professores da UFBA, essa é justamente uma das características que distingue o neofascismo brasileiro do fascismo histórico. Os seguidores e militantes de Jair Bolsonaro não se aglutinam em torno de um partido político ou de um comando único. Nesse cenário, Demian Melo é categórico ao dizer que: “Bolsonaro é um fascista. Não é só alguém com uma personalidade fascista, com um comportamento fascista. É alguém que professa uma ideologia fascista: xenófoba, preconceituosa, machista e militarista” (MELO, 2019, p. 7).

Apesar da retórica nacionalista de Bolsonaro, é preciso estar atento às suas especificidades, que se explicam pela própria posição subalterna que o Brasil ocupa no sistema capitalista. Segundo Michael Lowy (2019), enquanto boa parte da extrema direita mundial denuncia a globalização neoliberal, em nome de um protecionismo do nacionalismo econômico, Bolsonaro propõe um programa econômico

ultraliberal, com mais globalização e privatizações. Nesse sentido, Lowy (2020) destaca que o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo. Apesar do discurso ultranacionalista e patriótico, o sociólogo marxista argumenta que o Governo Bolsonaro é completamente subordinado ao imperialismo norte-americano, do ponto de vista econômico, diplomático e militar. Sobre esse aspecto, Demian Melo (2019) ressalta uma preciosa passagem dos “Cadernos do Cárcere”, numa nota dedicada às relações internacionais, em que Antônio Gramsci diz que:

com frequência, o chamado “partido do estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas (GRAMSCI, 2000, p.20).

Como nos apontam Luis Filgueiras e Graça Duck (2019), em síntese, o governo Bolsonaro é o modo de conjunção - especificamente brasileiro - do neoliberalismo com o neofascismo. As políticas neoliberais iniciadas com Michel Temer e aprofundadas com Jair Bolsonaro trazem os traços marcantes dos interesses da burguesia associada ao capital internacional. Em uma perspectiva de longo prazo, do ponto de vista estrutural, as aplicações dessas políticas se manifestarão no aprofundamento da dependência, no aumento da desindustrialização, na redução do mercado interno, e no consequente aumento da desigualdade social e da pobreza (FILGUEIRAS; DUCK, 2019).

A forma com que Bolsonaro tem lidado com a pandemia do novo coronavírus, demonstra o caráter autoritário e obscurantista de sua política. O presidente do Brasil vem tentando impor, contra a Organização Mundial da Saúde (OMS), contra o Congresso, os governos estaduais e contra os seus próprios ministros da Saúde uma política cega de recusa das medidas sanitárias mínimas, imprescindíveis para tentar ao menos limitar as consequências da crise (LOWY, 2020). Segundo Michael Lowy (2020), o posicionamento de Bolsonaro perante a pandemia revela traços de um social-darwinismo, que é uma das características típicas do fascismo. Em uma entrevista coletiva, no dia

28 de abril, quando um reporte disse à Bolsonaro que o Brasil tinha ultrapassado o número de mortes da China, o presidente respondeu: “E daí? Quer que eu faça o quê?” (G1, 2020); mostrando, desta forma, uma total indiferença em relação à morte de milhares de Brasileiros. Afinal, como diz a própria campanha do governo, “o Brasil não pode parar”.

O negacionismo de Jair Bolsonaro ante a pandemia revela mais um aspecto que o relaciona à ideologia fascista. Segundo Sena Júnior (2019), a dimensão anti-intelectual e anticientificista de alguns governos na atualidade, sobretudo governo brasileiro, abertamente hostil à ciência, nos remetem a analogias com a Alemanha nazista. Em “Como funciona o fascismo” (2018) Jason Stanley assinala que o anti-intelectualismo é uma das características típicas da política fascista. O autor estadunidense argumenta que a política fascista procura minar o discurso público, atacando e desvalorizando a educação, a especialização e a linguagem. Para Stanley (2018), uma vez que se deslegitima as universidades – acusando-as sobretudo de doutrinação marxista – e os especialistas, os políticos fascistas se veem livres para criar as suas próprias realidades, formatadas a partir de suas vontades individuais. No Brasil, o discurso obscurantista tem respaldo principalmente nos setores mais retrógrados do neopentecostalismo, uma das principais bases sociais do bolsonarismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 1970, analisando a atualidade da discussão elaborada em “Fascismo e ditaduras”, Nicos Poulantzas argumentou que o fascismo – assim como outros regimes de exceção – não são fenômenos limitados no tempo. O marxista grego sustentou que o ressurgimento do fascismo ainda seria possível, mesmo que não se revista agora exatamente das mesmas formas e condições históricas que se revestiu do passado. Na esteira desse argumento, em 1981, no artigo “Notas sobre o fascismo na América Latina”, Florestan Fernandes assinalou que o fascismo não teria perdido, como realidade histórica, o seu significado político e nem a sua influência ideológica. Entretanto, o debate sobre o conceito e a possibilidade do ressurgimento do fascismo está mais aceso no início do século XXI, quando observamos

a ascensão de movimentos e partidos de extrema direita em diversas partes do mundo. Nesse sentido, concordamos com a observação de Armando Boito Jr (2019), na qual acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Nesse cenário, a partir dos elementos analisados no artigo, consideramos que Jair Bolsonaro é um *neofascista*. O prefixo “neo” se justifica pelas especificidades do bolsonarismo e pela própria particularidade histórica em relação ao surgimento do fascismo clássico. O que chamamos de bolsonarismo é um movimento reacionário de massas – movido por discursos misóginos, racistas, anticomunista e obscurantistas -, organizado sobretudo pelas redes sociais. O movimento de Bolsonaro tem suas origens e a sua principal base nas camadas intermediárias da sociedade brasileira. Contudo, assim como no fascismo histórico, o bolsonarismo ultrapassa as fronteiras de sua classe originária e também consegue penetrar nas classes subalternas, principalmente através de um discurso que apela a uma moralidade cristã reacionária. O neofascismo de Jair Bolsonaro está intimamente ligado aos interesses da burguesia associada ao capital internacional, identificando, assim, o neoliberalismo como sua verdadeira “afinidade eletiva”.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BENSAID, Daniel. *Fragments mécréants. Mythes identitaires et République imaginaire*. Paris: Lignes, 2005.

BOITO JR., Armando. *O neofascismo no Brasil*. Boletim LIERI, UFRRJ, n.1, maio 2019. <http://laboratorios.ufrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>

BORON, Atílio A. *Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave*. Brasil de Fato. 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>>.

BRAZ, Marcelo. *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. Serv. Soc. Soc. [online]. 2017, n.128, pp.85-103. ISSN 2317-6318.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz e DUCK, Graça. *O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda*. Marxismo21.org, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>

\_\_\_\_\_. *O governo Bolsonaro, Neofascismo e a resistência democrática*. Le Monde Diplomatique Brasil, novembro de 2018. Acessível em <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>

FINCHELSTEIN, Frederico. *From fascism to populism in history*. California: University of California Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Leia na íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no congresso*, 01/01/2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

IANNI, Octavio. *Neoliberalismo e nazi-fascismo*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120.

LOWY, Michael. *Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*. Bresserpereira.org. 2019. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>

\_\_\_\_\_. *O Neofacista diante da Pandemia*. Blog da Boitempo-2020. Disponível: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>

MANDEL, ERNST. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELO, Demian. *Bolsonaro, fascismo e neofascismo*. In: Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019, Niterói. Anais do Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019. v. 1. p. 1-11.

MIGUEL, Luis Felipe. *Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil*. revista sinais sociais, v. 22, p. 99-129, 2017.

MISES, Luidwig Von. *A Ação Humana*. São Paulo: Instituto Luidwig Von Mises, 2010.

MORAES, Reginaldo C. *Neoliberalismo e neofascismo — és lo mismo pero no és igual?*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.121-126.

O GLOBO. *"E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Diz Bolsonaro sobre mortes por Covid, 28/04/2020*.



POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditaduras: a III Internacional face ao fascismo*. Vol.2. Porto: Portucalense, 1972.

ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismo: ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

SENA JÚNIOR, C. *Obscurantismo e a anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida protofascista contra a inteligência e a ciência no Brasil*. Cadernos do GPOSSHE On-line, v. 3, n. 1, p. 21-49, 3 out. 2019.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo. A política do "nós" contra "eles"*. Porto Alegre: L&M, 2018.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

TRAVERSO, Enzo. *The new fasces of fascism*. Londres: Verso, 2019

TROTSKY, Leon. *Como esmagar o Fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018

WEBER, Mateus. *O neofascismo brasileiro: um debate sobre a sua possibilidade histórica*. (Blog). ODELA - UFRGS. 2019.

## WALTER BENJAMIN À BRASILEIRA? A EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA SOB A LUZ DOS CONCEITOS DE HISTORIOGRAFIA BURGUESA E ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA

Felipe Vieira Britto<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de um resgate crítico das categorias de estetização da política e historiografia burguesa, apresentadas por Walter Benjamin respectivamente no ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” e nas teses “Sobre o conceito de história”, o trabalho tem como objetivo fazer uma análise da narrativa hegemônica, difundida no Brasil pelos meios privados de comunicação de massa, que levou à ascensão da extrema-direita representada na figura de Jair Bolsonaro. Tendo analisado, sob a lente de uma combinação entre as categorias benjaminianas e estudos de outros autores, o período iniciado em 2005, com o escândalo do “Mensalão” é encerrado em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, o presente trabalho conclui que a ascensão da extrema-direita no Brasil deve-se, em partes, a um processo de estetização da política característico da metodologia fascista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Benjamin; Bolsonaro; estética; política; fascismo.

### WALTER BENJAMIN, BRAZILIAN WAY? THE BOLSONARIST FAR-RIGHT UNDER THE LIGHT OF THE CONCEPTS “BOURGEOIS HISTORIOGRAPHY” AND “AESTHETICIZATION OF POLITICS”

**ABSTRACT:** Starting from a critical rescue of the concepts “aestheticization of politics” and “bourgeois historiography”, presented by Walter Benjamin respectively in the essay “The work of art in the age of mechanical reproduction” and in the theses “On the philosophy of history”, this paper has the objective of analyzing the hegemonic narrative, widespread in Brazil by the private mass media, that led to the rise of a far-right movement represented in the figure of Jair Bolsonaro. After analyzing the time period initiated in 2005 by the “Mensalão” scandal and ended in 2018 by the election of Jair Bolsonaro, with the lens of a combination between Walter Benjamin’s concepts and studies by other authors, this paper concludes that the rise of the Brazilian far-right is due, partially, to a process of aestheticization of politics proper of the fascist methodology.

**KEY-WORDS:** Benjamin; Bolsonaro; aesthetics; politics; fascism.

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense.

## INTRODUÇÃO

A relação que os campos da política e da estética guardam entre si é conhecida e estudada desde a Grécia Antiga. Platão (1996: 377a), a exemplo disso, expõe no Livro II d'A República sua preocupação com o impacto das obras de arte na configuração pedagógica e política da cidade ao expulsar dela os artistas.<sup>2</sup> Em um ensaio sobre o conceito moderno de liberdade artística, Lukács (2010: 269) argumenta que “na Antiguidade, na Idade Média, e mesmo durante o Renascimento, a arte antiga fazia parte da vida pública e os artistas extraíam, sem hesitação, todas as consequências que este fato acarretava”, o que para o autor inclui o entendimento de que “os artistas eram guiados em sua ideologia, em seus temas, na forma de sua expressão, pela sociedade onde a criação deles entrava como parte da vida pública”.<sup>3</sup>

No entanto, há um problema fundamental percebido por Walter Benjamin no célebre ensaio acerca da reprodutibilidade técnica da arte: a obra de arte na Antiguidade guardava em si uma aura<sup>4</sup> ritualística, que se devia à valorização de sua originalidade e autenticidade, propriedades esvaídas com o desenvolvimento das técnicas de reprodução em massa. Essa aura sumiu e se esvaiu junto dela o valor de culto atrelado às suas propriedades auráticas, dando lugar a um valor de exposição. Benjamin descreve o valor de culto e o valor de exposição como “diametralmente opostos”, e imputa em cada um desses valores um grau diretamente relacionado de reprodutibilidade técnica. Em outras palavras: quanto mais reproduzida uma obra é, menos valor de culto e mais valor de exposição ela tem (e vice-versa).

Disso se desdobra uma oposição dialética entre os tipos de obra de arte que esta (se podemos chamar dessa forma, para lembrar a tradição marxista de Benjamin) “teoria do valor estético” compreende: com o desenvolvimento das técnicas de reprodução em massa, sobretudo a xilogravura e a imprensa, a obra de arte sofreu modificações radicais em sua própria forma. Como o autor explica, “a obra de arte reproduzida torna-se, progressivamente, a reprodução de uma obra de arte destinada à reprodutibilidade” (Benjamin 2014: 49). Essa perturbação estrutural na forma da arte e, portanto, no seu tipo

<sup>2</sup> Pouco antes de 377a, Sócrates introduz o debate acerca de uma utilidade pedagógica da arte e a possibilidade para uma instrumentalização política dessa na organização da cidade.

<sup>3</sup> A primeira publicação do texto data de 1968, portanto, posterior à morte de Walter Benjamin em 1940, de forma que a citação no primeiro parágrafo não tem objetivo de insinuar que o argumento de Benjamin se aprofunda cronologicamente a partir da constatação de Lukács. O aprofundamento sugerido é lógico-teórico.

<sup>4</sup> O autor disserta amplamente sobre o conceito de aura no ensaio, dando a entender que a aura de uma obra de arte está intimamente relacionada à sua capacidade *única*, como objeto original, de arrebatar e transportar – em outro momento, essa capacidade é descrita como “a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja” (Benjamin 2014: 46).

de valor estético, significa também uma mudança na maneira como o público interage com a arte. Se antes uma obra de arte dotada de valor de culto fazia parte de uma relação ritualística com o público, em que a efetivação desse valor se dava justamente pela pouca quantidade de indivíduos apreciando uma obra única, agora a obra de arte dotada de valor de exposição tem a efetivação desse valor na sua apreciação em massa. O cinema é a forma de arte mais característica desse deslocamento: a obra não apenas *pode* ser reproduzida, ela *deve* ser reproduzida e, mais ainda, a sua possibilidade de existência se fundamenta nas técnicas de reprodução – em especial na segunda técnica, descrita no capítulo VI do ensaio de Benjamin (2014: 51), que tem por síntese a ideia de “uma vez é nenhuma vez”, em oposição ao “de uma vez por todas” da primeira técnica. Uma das muitas manifestações do “uma vez é nenhuma vez”, a título de ilustração, é a gravação de várias tomadas para uma mesma cena, prática comum na produção de vários filmes e que demonstra um caráter de “teste” ou, nos termos de Benjamin, “jogo”, específico da produção dessa forma de arte. Como arte de massas, ou seja, uma arte destinada à – e originada na possibilidade de – reprodução em massa, o cinema não só manifesta a conhecida aproximação entre estética e política, mas dá outros significados e possibilidades para essa aproximação. Uma dessas possibilidades é a estetização da política, que será discutida de maneira mais aprofundada posteriormente.

O presente trabalho parte dessa teoria estética para a pergunta: ainda é possível se utilizar dessas categorias hoje para analisar fenômenos políticos concretos? Walter Benjamin, como os outros pensadores da Escola de Frankfurt, lançou-se na tarefa de explicar, pela via de um aspecto cultural do capitalismo, o fenômeno do fascismo surgido na Europa durante a primeira metade do século XX, em um ambiente turbulento de crise no capitalismo. Em uma tentativa de resgate crítico das categorias benjaminianas, este trabalho observa e combina com elas alguns estudos contemporâneos sobre a construção da narrativa política hegemônica no Brasil entre os anos de 2005 e 2018, propondo um encontro entre a estética e a política para a leitura de um fenômeno com urgência de ser estudado: a ascensão da extrema-direita brasileira, representada na figura de Jair Bolsonaro. Não cabe a este trabalho discutir questões terminológicas a fim de

classificar ou não o governo e o projeto de Jair Bolsonaro como fascistas ou neofascistas. Por outro lado, compreende-se a pertinência de uma análise desse teor ao menos a respeito dos métodos de que o projeto bolsonarista se utiliza para mobilizar as massas de trabalhadores brasileiros e manter uma relativa popularidade. A partir dessa análise será possível responder a pergunta fundamental que originou o presente trabalho, bem como creditar ou não a ascensão da extrema-direita brasileira a um processo de “estetização da política”.

### **HISTORIOGRAFIA BURGUESA, CORTEJO AOS VENCEDORES E A ESTÉTICA FASCISTA**

Nas teses “Sobre o conceito de história”, especialmente na tese VII, Walter Benjamin (2005: 70) disserta acerca do que identifica como “historicismo”, ou a tradição historiográfica burguesa, e indaga: “com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor”. Mais adiante, afirma que essa identificação afetiva com o vencedor ocorre “sempre em proveito dos vencedores de turno”. Benjamin está falando, o tempo inteiro, de uma disputa de narrativas, uma disputa entre dois modelos de história. Segundo o autor, “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie”. Esse duplo caráter do que chama de “documento”, que compreende em si uma unidade dialética de contrários entre cultura e barbárie, é precisamente o ponto em que se evidencia a disputa de narrativas.

Michel Löwy (2005: 74) explica a tarefa que Benjamin atribui à historiografia revolucionária (“escovar a história a contrapelo”) também com um duplo sentido, que por um lado é histórico e se trata de “ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos”, e por outro é político, ditando que “será necessário nadar contra a corrente. Deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão”.

A advertência dada por Benjamin com isso é bem clara: a reprodução da narrativa das classes dominantes não pode e nem vai resultar, nunca, na vitória das classes oprimidas – muito pelo contrário, o resultado é a vitória de um inimigo “que não tem cessado de vencer”. É preciso que uma narrativa histórica dos próprios oprimidos seja

produzida e, com ela, a possibilidade de instrumentalizar o passado politicamente como elemento revolucionário.

Tal articulação entre passado, pela via da história, e presente, pela via da política, não é por acaso destacada e parece fazer parte de uma questão que percorre toda a obra de Walter Benjamin. E não é essa mesma questão que permeia o diagnóstico do autor a respeito da relação entre a obra de arte e o público? O tipo de relação que a historiografia burguesa guarda com a vitória da classe dominante não é, justamente, o mesmo que a estetização da política guarda com o triunfo do fascismo? Vejamos o ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (Benjamin 2014: 66) mais de perto:

Ele [o ator] sabe que, enquanto se posta diante da aparelhagem, está, em última instância, a lidar com a massa. É essa massa que irá controlá-lo. E justamente ela não é visível, ainda não está dada enquanto ele executa a performance artística que ela irá controlar. A autoridade desse controle é elevada por essa invisibilidade. Certamente não pode ser esquecido que a aplicação política desse controle será postergada até que o filme tenha se libertado de sua exploração capitalista, pois os potenciais revolucionários desse controle são transformados em contrarrevolucionários pela indústria cinematográfica. O culto às estrelas por ela reivindicado conserva não apenas a magia da personalidade, que já há tempos consiste no brilho putrefato de seu caráter de mercadoria, mas também seu complemento, o culto do público, exige ao mesmo tempo um estado corrupto da massa, que o fascismo busca colocar no lugar de sua consciência de classe.

Duas importantes linhas de raciocínio podem ser inicialmente extraídas do trecho acima apresentado: a) o que o autor entende por “culto do público”, precisamente como o ato de o público *cultuar* (as estrelas da indústria cinematográfica), deriva do caráter mercadológico do cinema submetido à lógica do capital e, portanto, pode ser entendido como uma deturpação da característica de massas do cinema; b) essa deturpação, ou corrupção, da característica de massas do cinema, por um lado, ocorre como deturpação do próprio comportamento do público e, por outro, substitui algo que no espaço desse comportamento deturpado deveria residir: a consciência de

classe. Por fim, o “culto às estrelas” parece se tratar, como o “culto à beleza” (Benjamin 2014: 48), de um ainda mais novo refúgio para a aura, pois são de mesma natureza a fuga do valor de culto perdido com a reprodução em massa de fotografias para o rosto fotografado e a fuga do valor de culto extinto em uma forma de arte originada na reprodutibilidade técnica para o corpo do ator.

Da segunda noção, deve-se compreender que, por substituir a consciência de classe, o comportamento de culto do público que o cinema sob a lógica do capital promove só pode ser uma ferramenta utilizada dentro do escopo da luta de classes. Em outras palavras, as massas (as classes trabalhadoras) têm seu interesse de classe (a revolução) dissimulado em função dos interesses das classes dominantes (a contrarrevolução). É justamente nessa linha que opera o que, posteriormente no mesmo ensaio, Benjamin chama “estetização da política”: o fascismo<sup>5</sup> resolveu o problema do apoio popular permitindo que as massas trabalhadoras expressem suas reivindicações políticas sem, entretanto, concretizá-las. Esse é o “estado corrupto da massa” a que o autor se refere, rigorosamente, a sobreposição da estética por cima da política.

Paralelamente, da primeira noção o caminho lógico a ser seguido é: se é verdade que esse é um “estado corrupto” da característica de massas do cinema fabricado sob as medidas do capitalismo, qual é então seu estado legítimo? Uma das maneiras de responder essa pergunta é voltando à relação entre obra e público: assumir uma característica de massas que o cinema possui, e assumir que essa característica foi corrompida pelo capital para que um determinado comportamento substituísse a consciência de classe das massas é também assumir que, fora dessa lógica corruptiva, a característica de massas do cinema convive e se relaciona com a consciência de classe nas massas. Há, portanto, uma contradição dialética que se apresenta sob a aparência da disputa entre um cinema reacionário e um cinema revolucionário.

Podemos nos valer de uma interessante semelhança teórica e recorrer ao texto de Susan Buck-Morss (2009: 28), “A tela do cinema como prótese de percepção”, para ampliar ainda mais o problema da relação entre obra e público:

<sup>5</sup> Por ser amplamente utilizado, o termo “fascismo” por vezes se confunde e se esvazia de significado. O teórico da tradição marxista que mais aprofundou o estudo do fascismo como fenômeno surgido no interior de uma crise do capital foi Thalheimer (1975), em “Sobre o fascismo”, texto que parte da profunda análise que Marx (2011) despense em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” como lente para compreender o fascismo dentro de um contexto de crise do capital e necessidade de reestruturação da ditadura da burguesia em uma forma mais radical. A característica fundamental do fascismo que interessa a este trabalho, entretanto, é aquela exposta por Robert Paxton (2007: 13-14) em “Anatomia do fascismo”: “Embora Engels previsse que os inimigos da esquerda acabariam por lançar um contra-ataque, ele, em 1895, não poderia esperar que esse ataque viria a conquistar o apoio das massas. Uma ditadura antiesquerdista cercada de entusiasmo popular – essa foi a combinação que os fascistas conseguiram criar no curto espaço de uma geração”. Se tentarmos entender o fenômeno sob a lente da ideologia, da qual Marx (2007: 47) tratou em “A ideologia alemã”, uma das chaves de leitura pode ser a suposição de que o fascismo exacerba a capacidade das ideias da classe dominante de serem as ideias, de fato, dominantes.



A coletividade do século XX, que constrói sua identidade na base da imagem ao invés da palavra, é, ao menos potencialmente, uma verdadeira comunidade internacional, como bem sabiam os produtores e distribuidores dos primeiros filmes mudos. Essa é a vantagem política do cinema como prótese de cognição. Mas se esta coletividade é de conformismo e não de consenso, se a uniformidade substitui a universalidade, abre-se a porta para a tirania. Se as 'verdades' são universais porque são experimentadas em comum mais que percebidas em comum porque são universais, então a prótese cinemática se torna um órgão de poder, e a cognição se torna doutrinação. Quando a audiência de massa tem uma sensação de identidade imediata com a tela do cinema, e a própria percepção se torna consenso, desaparece o espaço para o debate crítico, intersubjetivo, e a discussão.

É na relação, ou mais rigorosamente, no espaço que essa relação pressupõe entre a obra e o público, que se manifesta a contradição. Há dois tipos de "coletividade" postos em dois lados diametralmente opostos por Buck-Morss: de conformismo e de consenso; a primeira originada de uma experiência comum, a segunda de uma percepção em comum. É identificando uma ou outra que se pode identificar qual tipo de universalidade coletiva de uma ou de outra deriva: conformada ou consentida. É também nessa mesma distinção que, em Benjamin, se origina o comportamento corrupto (compatível com o cinema reacionário) ou a consciência de classe (compatível com o cinema revolucionário) das massas.

Esse é o mesmo tipo de contradição que Walter Benjamin descreve nas teses "Sobre o conceito de história". Uma historiografia revolucionária, emergindo da tradição dos oprimidos, se contrapõe a uma historiografia reacionária. Em outro trecho do ensaio sobre a reprodutibilidade técnica, o autor também observa que "a maneira pela qual a percepção humana se organiza – o meio em que ocorre – não é apenas naturalmente, mas também historicamente determinada" (Benjamin 2014: 46). A pergunta de que partimos alguns parágrafos atrás foi se o tipo de relação que a historiografia burguesa guarda com a vitória da classe dominante não é o mesmo que a estetização da política guarda com o triunfo do fascismo. Mas o problema, ao que parece, se desdobra para além disso: e se, além do tipo de relação ser

o mesmo, a estetização da política for uma forma historicamente determinada da historiografia burguesa se reproduzir? Essa hipótese, se verdadeira, significa que o triunfo do fascismo é também uma forma historicamente determinada de vitória da classe dominante.

### **A REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA: CINEMA E TELEVISÃO**

O estudo bibliográfico “História e tecnologias da televisão”, de Abreu e Silva (2012: 2), traça uma linearidade dos avanços tecnológicos que possibilitaram o surgimento da televisão. Assim como o cinema, ela surge do desenvolvimento das técnicas de reprodução de imagem e som – desde a descoberta, por Jakob Berzellus em 1817, da possibilidade de transformação de energia luminosa em energia elétrica pelo selênio até o desenvolvimento dos aparelhos que possibilitaram a transmissão, em 1939, do discurso do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt na Feira de Amostras de Nova Iorque, que marcou o início da comunicação eletrônica no continente americano. O surgimento da televisão, desse ponto de vista, pode ser lido como desdobramento do surgimento do cinema: o desenvolvimento das técnicas de reprodução que originaram o cinema avançou tanto que foi possível levar às telas para as casas das pessoas, certamente ampliando muito mais o alcance da reprodução em relação ao cinema. No Brasil, isso pode ser demonstrado, por exemplo, se considerados os dados do Censo 2010:<sup>6</sup> De acordo com a pesquisa, 95,1% das casas do país possuem pelo menos um aparelho de televisão.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

Se a indústria cinematográfica, para Benjamin, consegue transformar em contra revolucionária a capacidade revolucionária do cinema para que nas massas se substitua a consciência de classe pelo comportamento corrompido de culto que atende ao interesse das classes dominantes, como isso se dá agora com a televisão? A indústria cinematográfica sob a lógica do capital serve aos interesses dos capitalistas, e isso certamente vale para a indústria televisiva como meio de comunicação de massas. No caso do Brasil, segundo o relatório publicado pelo Media Ownership Monitor<sup>7</sup>, cinco famílias controlam metade dos veículos de mídia com maior circulação, entre os quais estão os quatro maiores canais de televisão do país. Uma

<sup>7</sup> Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/tv/>.

pergunta que se pode fazer é: como é possível demonstrar a força com que a narrativa da historiografia burguesa se difunde nesse cenário? Se essa demonstração for possível, será possível também compreender o poder dessa forma histórica específica de estetização da política.

### **A ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA: ANTES E AGORA**

A conhecida máxima de Joseph Goebbels, ministro da propaganda na Alemanha Nazista, de que “uma mentira dita muitas vezes se torna verdade”, é uma síntese das vias pelas quais a estetização da política percorre. Ao operar no campo estético, a política manifesta uma característica específica, segundo Benjamin (2014: 83): “todos os esforços para estetizar a política culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra”. A razão disso para o autor é clara: as massas de trabalhadores que surgem com a proletarização crescente da humanidade, em função do desenvolvimento do capitalismo, tendem a pressionar pela mudança do regime de propriedade (revolução). O fascismo, entretanto, como ferramenta burguesa de manutenção do mesmo regime de propriedade, encontrou uma solução para esse problema: permitir que as massas reivindiquem suas necessidades políticas, mas não que elas as concretizem. Esse espaço que aparece entre a expressão e a concretização (da mudança do regime de propriedade) é onde a política encontra lugar para funcionar esteticamente, no sentido de confundir a expressão com concretização – uma confusão de natureza idêntica à exposta por Buck-Morss anteriormente: no lugar de uma universalidade consentida porque percebida coletivamente é assentada uma universalidade conformada porque experienciada coletivamente. Ou, nos termos de Walter Benjamin: sem a consciência de classe roubada das massas por uma política estetizada, outra consciência, compatível com um estado corrupto dessas massas, entra em ação.

O que ocorre, então, depois disso? Na seleção de ensaios escritos por Slavoj Žižek (2014: 238) e publicada sob o título “Violência”, podemos encontrar um desdobramento: “As diferenças políticas – diferenças condicionadas pela desigualdade política ou pela exploração econômica – são naturalizadas e neutralizadas em diferenças ‘culturais’, ou seja, em diferentes ‘modos de vida’ que são algo dado,

inultrapassável". Trata-se de uma chave de leitura para o processo de estetização da política em Benjamin: dissimular problemas econômicos em problemas "culturais" é uma maneira eficaz de garantir a expressão política das massas e ao mesmo tempo negá-las a concretização dessas reivindicações.

### **ANTES**

Através dessa chave de leitura pode ser compreendido o antissemitismo nazista. Em "A era dos extremos", o historiador Eric Hobsbawm (1995: 121-123) afirma que "o passado ao qual eles [os nazistas] apelavam era uma invenção" e "suas tradições, fabricadas". Sobre a propaganda antissemita, escreve: "os judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto" e "podiam servir como símbolos do odiado capitalista/financista".

Ao associar os judeus com os problemas sociais da Alemanha, o nazismo conseguiu fazer das massas o protagonista de um espetáculo estético, em que o herói – o soldado alemão – luta bravamente contra o inimigo – o judeu – e espera, ao fim dessa luta, a resolução dos problemas que, segundo a sua narrativa, esse inimigo trouxe. Tal mecanismo se apoia em duas premissas fabricadas: a) a de que todos esses problemas não existiam antes da chegada do inimigo, o que explica a obsessão com o passado glorioso; e b) a de que o inimigo incorpora, na forma de carne e osso, noções abstratas como "corrupção" e, portanto, sua eliminação física pode corrigir a realidade corrompida. Como a narrativa não encontra par na realidade, então o nazifascismo poderia eternamente recorrer à insuficiência da aplicação de suas próprias soluções para justificar a impossibilidade de retorno ao passado.

### **DEPOIS**

Em 2005, a revista *Veja* publicou uma reportagem<sup>8</sup> escancarando um suposto esquema de corrupção no interior do governo Lula (2003-2010), eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O partido foi criado como "de massas e não de vanguarda", como aponta Fábio Luís Barbosa dos Santos (2018: 89) no livro "Uma história da onda progressista sul-americana:1998-2016", organizando "o movimento sindical, os movimentos populares, as comunidades eclesiais de base e

<sup>8</sup> A própria revista disponibilizou uma cronologia dos eventos: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-segredos-do-mensalao-dez-anos-depois/>.

a intelectualidade progressista brasileira”, com o compromisso de modificar a realidade brasileira, marcada por uma radical desigualdade que contrasta com o progresso industrial e as riquezas naturais. O escândalo estampado na revista *Veja*, no qual o governo federal era acusado de comprar votos parlamentares no Congresso Nacional, ficou conhecido como “Mensalão”. O *Jornal Nacional*, carro-chefe da narrativa hegemônica no Brasil, passou a cobrir o desenvolvimento da história no cenário político brasileiro com entusiasmo. Segundo o estudo de Fábio Vasconcellos (2014: 113) intitulado “A construção de imagens do *Jornal Nacional* durante o escândalo do Mensalão”,

O enquadramento de responsabilização, com seu forte caráter moral, teve maior predominância nas matérias sobre o “Mensalão” e, na maioria dos casos, sobre o PT, seus integrantes, aliados do governo e empresários foram apontados como tendo participação direta no caso.

Embora o autor deixe evidente que não foi rigorosamente possível encontrar uma relação de causalidade entre a cobertura midiática do caso e qualquer fenômeno político posterior (como eleições ou processos parlamentares), ele admite no mesmo estudo (Vasconcellos, 2014: 109) que:

A análise dos enquadramentos interpretativos do JN demonstra que houve uma disputa por compreensão do nível de responsabilidade de cada ator no esquema de corrupção, e o PT, nesse caso, foi visto como uma instituição moralmente reprovada, que abrigou um engenhoso plano de corrupção dentro do governo.

A justificativa para a apreensão da análise na deliberada estigmatização do PT por parte dos meios de comunicação de massa brasileiros pressupõe, nesse trabalho, uma oposição entre o interesse do partido, cuja base social são as massas de trabalhadores, e o interesse das classes dominantes brasileiras. Seja por um esvaziamento da “funcionalidade dos governos petistas do ponto de vista da ordem” (Santos, 2018: 89), ou por incompatibilidade radical de projetos, como alegam as lideranças petistas, o que é possível afirmar objetivamente sobre os conflitos de classe que motivaram a rejeição das classes dominantes ao projeto do PT é o esgotamento do “modo lulista de

regulação do conflito social” (Santos, 2018: 89) em um momento de crise aguda do capitalismo que não mais comporta nenhuma convergência de interesses entre capital e trabalho.

Já em contexto de crise, outro episódio da política brasileira envolvendo o Partido dos Trabalhadores que marcou o imaginário popular foi a chamada “Operação Lava-Jato”, uma investigação iniciada em 2014 que revelou um esquema de lavagem de dinheiro e propinas envolvendo contratos da Petrobras. Anita Hoffmann e Luís Mauro Sá Martino (2017: 148), afirmam que:

Os nomes da Operação Lava Jato, nesse sentido, embora não revelem detalhes sobre os bastidores e procedimentos propriamente jurídicos, estabelecem uma relação de proximidade com o público acostumado com o ambiente da mídia usando, em sua divulgação, elementos extraídos desse universo os nomes de filmes e séries, por exemplo, ou a utilização de uma ária de ópera repetidamente divulgada na televisão.

O trabalho citado acima é uma interessante investigação sobre a utilização, por parte dos meios de comunicação, do modelo de “entretenimento” na cobertura da operação. Entre os exemplos citados pelos autores do estudo está a 24ª fase da investigação, momento em que o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente – embora nunca tenha se negado a depor – por um contingente visivelmente exagerado<sup>9</sup> de policiais federais fortemente armados. A fase recebeu o nome de “Aletheia”. Embora exista espaço para um amplo debate sobre se o grande público conhece ou não o significado<sup>10</sup> do termo, a Revista Época (de propriedade do Grupo Globo), na mesma semana, publicou uma matéria<sup>11</sup> cujo único objetivo era explicar o termo para seus leitores, intitulada “O que significa Aletheia, o nome da 24ª fase da Operação Lava-Jato”.

Ainda com o objetivo de compreender os impactos concretos da narrativa hegemônica dos meios de comunicação de massas na política brasileira, o Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da UERJ desenvolveu uma ferramenta online batizada de Manchetômetro.<sup>12</sup> Na ferramenta, é possível inserir um termo (como “Lula”, “PT”, “Sérgio Moro” ou “Jair Bolsonaro”), e observar um gráfico

<sup>9</sup> O exagero nesse caso pode ser percebido principalmente na construção imagética do episódio pelos telejornais; a cena dos vários policiais armados batendo à porta do ex-presidente nas primeiras horas da manhã foi reproduzida incessantemente por dias.

<sup>10</sup> Segundo Japiassú e Marcondes (2008: 94), “aletheia” é o termo do qual traduz-se “verdade” em Platão, como “desvelamento do ser”, ou em Heidegger, como a “manifestação do ente”. Também da mitologia grega o termo é conhecido por se tratar de uma manifestação espiritual da verdade.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/o-que-significa-aletheia-o-nome-da-24-fase-da-lava-jato.html>.

<sup>12</sup> <http://www.manchetometro.com.br/>.

que se forma a partir da classificação de manchetes e chamadas dos principais jornais do Brasil (entre eles, o Jornal Nacional, da TV Globo). Pode-se, então, visualizar a evolução, ao longo de um determinado período de tempo, de quatro diferentes variáveis que se referem a como as manchetes tratam das personagens pesquisadas: neutras, ambivalentes, favoráveis e contrárias. Segundo o gráfico gerado pela combinação entre a palavra-chave “Lula”, o telejornal “Jornal Nacional” e o período “janeiro-2015 a abril-2020”, dois grandes picos na variável “contrárias” aparecem: um no começo de 2016, e outro em meados de 2018. Em números, a ferramenta indica que em março de 2016 cerca de 87 matérias contrárias ao ex-presidente Lula foram exibidas no Jornal Nacional, e em abril de 2018, cerca de 53 – picos que são percebidos se postos em comparação com os outros meses, em que a quantidade de matérias contrárias contendo o nome do ex-presidente Lula variou entre o mínimo de 1 e o máximo de 33. Os grandes eventos que acompanham esses picos são o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a prisão do ex-presidente Lula, em 2018. Uma evolução parecida é observada se o termo “Lula” for trocado por “PT”.

Poucos meses depois de o governo Jair Bolsonaro, eleito em 2018, tomar posse, o jornal The Intercept Brasil publicou uma detalhada matéria<sup>13</sup> revelando e demonstrando, com documentos vazados, uma estranha relação de proximidade entre o juiz Sérgio Moro, responsável pelos julgamentos relacionados à operação Lava-Jato, o procurador Deltan Dallagnol e veículos de imprensa com linha editorial de direita, como o site O Antagonista. Além disso, as conversas vazadas demonstraram também uma preocupação dos dois juristas com a repercussão midiática e política de cada uma de suas ações.

<sup>13</sup><https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>.

Essa é a construção narrativa que imputou no petismo a figura do inimigo. Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores passaram a representar a própria noção abstrata de corrupção. A fabricação de heróis, nesse cenário, é a fabricação de antipetistas, e o herói é qualquer personagem que sirva ao combate contra o petismo – que, por sua vez, tem também seus representantes simbólicos.

O grande passo dado por essa lógica de estetização da política, isto é, da estética para a política efetiva, já foi descrito



anteriormente, tanto em Walter Benjamin quanto em Slavoj Žižek: a violência sistemática – que, no estágio mais desenvolvido, se manifesta como guerra, a violência de um Estado sobre outro (ou de uma cultura sobre outra). O fundamento dessa concretização política no entanto se encontra antes, no campo da estética: é justamente por encarnar, de forma simbólica dentro da narrativa hegemônica, abstrações como “corrupção”, que o inimigo mobiliza as massas unificando em si mesmo os problemas sociais e econômicos, e é justamente por perceber esse inimigo assim que as massas se mobilizam em uma luta redentora para corrigir a corrupção da sua realidade e retornar ao ponto anterior à chegada desse inimigo.

Desse ponto de vista, não é nada surpreendente que o resultado de uma narrativa estetizante da política, que desde seu início atribuiu o claro papel de corruptor da realidade a um partido e seus partidários, seja a eleição com amplo apoio das massas de um projeto político heróico que promete, também desde o início, a eliminação concreta desse corruptor. É justamente esta a incessante vitória que Benjamin descreve nas teses “Sobre o conceito de história”. Se cabe aos vencidos a construção de uma historiografia que possibilite o combate à narrativa hegemônica e forneça a eles uma ferramenta de ação política, cabe aos vencedores a continuidade da difusão de sua própria narrativa histórica hegemônica para a manutenção da realidade concreta em que são vencedores. É por meio deste tipo de historiografia que as classes dominantes efetivamente dominam, e a reprodutibilidade dessa historiografia representa sua capacidade de difusão; a estetização da política permite às massas a expressão, e é exatamente este o conteúdo dessa expressão: a reprodução da narrativa histórica burguesa.

O exemplo prático mais didático da confusão entre expressão e concretização, característica da estetização da política, é descrito por Santos (2018: 136):

Homem da velha política, Bolsonaro vendeu-se como o novo. O segredo pode ter sido a forma, não o conteúdo: o ex-capitão maneja a linguagem da brutalidade, que um povo brutalizado conhece e entende. De um modo perverso, ele fala com o povo, como Lula. (...) A constatação que se impõe é que a candidatura de Bolsonaro perverteu a rebeldia. (...) Trata-se de uma dupla

perversão: porque vendeu o conservadorismo como mudança, mas também porque foi uma candidatura identificada com a disciplina e a ordem, invertendo o sentido comum da rebeldia, que é a insubordinação e a ruptura da ordem.

O próprio autor citado afirma que “nesse sentido, há certa afinidade com o fascismo”, entretanto para além das discussões terminológicas sobre a classificação ou não de Jair Bolsonaro e seu projeto dentro da categoria do fascismo ou do neofascismo, é evidente que o triunfo desse projeto só foi possível, pelo menos parcialmente, graças à lógica estetizante segundo a qual opera a política brasileira, notória principalmente na sua cobertura pelos meios de comunicação de massa; isso, para Benjamin, é aspecto fundamental da estética fascista. Há ainda a observação da distância entre a expressão e a concretização nesse caso específico do bolsonarismo: a agenda econômica de Bolsonaro, elaborada por Paulo Guedes – um neoliberal que trabalhou para o regime de Pinochet no Chile – a convite do então candidato, não podia estar mais longe do suporte popular, não contando com a adesão nem da própria base bolsonarista (Santos 2018: 141).

Também não é de se ignorar o preocupante conjunto de elementos discursivos na campanha de Jair Bolsonaro, desde o slogan “Brasil acima de tudo” (e sua assustadora semelhança com o conhecido slogan do Partido Nazista na Alemanha dos anos 30, “*Deutschland über Alles*” – em português, “Alemanha acima de tudo”), até a decisiva utilização de redes de difusão massiva de notícias falsas, geralmente envolvendo um projeto conspiratório das organizações de esquerda para corromper crianças brasileiras.<sup>14</sup>

E embora possa se sobrepor a essas semelhanças o frequente argumento de que o projeto bolsonarista, diferente do hitlerista, não se apoia em uma concepção semelhante à do “arianismo” alemão e, portanto, a perseguição que pode resultar dele não é necessariamente essencialista a respeito de alguma etnia específica, como o antissemitismo nazista (que enxergava no judeu a raiz dos problemas econômicos e sociais da Alemanha), é preciso lembrar que, como já visto anteriormente, Benjamin alerta para outra chave de leitura

<sup>14</sup> A mais conhecida conspiração divulgada pela campanha de Bolsonaro em 2018 é a invenção de que o governo do Partido dos Trabalhadores distribuíria, nas creches do país, mamadeiras cujos bicos possuíam um pênis na ponta. Muitos jornais, na época, precisaram escrever matérias desmentindo a acusação na tentativa de conter os efeitos que pudesse ter nas eleições, como é o caso dessa: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>.

importante, a de que a maneira como a percepção humana se organiza e o meio em que ocorre são historicamente determinados. Isso atribui à estetização da política uma movimentação material e dialética através da história. Ou seja, a maneira como a sociedade capitalista se desenvolve (que determina, entre outras coisas, também o desenvolvimento das técnicas de reprodução e, portanto, o grau de reprodutibilidade da obra de arte), sua realidade concreta e material, é o que dialeticamente determina a relação estética entre a arte e o público – a forma dessa arte e (o que são, também dialeticamente, ao mesmo tempo) seus meios de reprodução, como cinema e televisão, são justamente resultados do desenvolvimento das técnicas de reprodução, e o público, regularmente exposto a essas formas e meios, têm por estes sua percepção dialeticamente moldada.

Dessa forma, embora no caso do Brasil a mobilização das massas pelo projeto bolsonarista seja alimentada pela imagem do inimigo representada no petismo e não em um grupo étnico específico (como os judeus, na Alemanha hitlerista), a própria lógica dessa mobilização de massas enraizada na estetização da política “à brasileira”, na percepção das massas dá conta de ajustar os parâmetros da realidade quando necessário. Um exemplo concreto disso é o comportamento, por exemplo, que a extrema-direita bolsonarista manifesta, nas ruas e nas redes,<sup>15</sup> ao se deparar com a concretude da realidade brasileira. Nas eleições de 2018 e em várias eleições anteriores, a região do nordeste foi o suporte eleitoral do Partido dos Trabalhadores, com mais votos para a legenda no primeiro e no segundo turnos, e com mais governadores petistas eleitos. Também durante as eleições de 2018, poucos dias antes do segundo turno, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha<sup>16</sup> mostrava que, se divididos por religiões, os eleitores adeptos das religiões de matriz africana declaravam muito mais votos para o Partido dos Trabalhadores do que para Jair Bolsonaro. Imediatamente, o inimigo que em uma conceituação abstrata é o petista, se manifesta concretamente como o nordestino ou o negro, como demonstram sombrios episódios de discriminação e até assassinato por “motivos políticos” ocorridos no calor das eleições de 2018.

<sup>15</sup> A exemplo disso, vários episódios podem ser lembrados, entre eles os constantes ataques aos nordestinos nas redes sociais, o assassinato de Moa do Katendê, ou até mesmo a importação direta do antissemitismo que em teoria não tem motivos em sua história recente para se manifestar no Brasil. Todos esses casos podem ser conferidos, respectivamente, em: <https://oglobo.globo.com/brasil/nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-apos-resultado-do-primeiro-turno-23138271>, <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2018/10/17/investigacao-policial-conclui-que-morte-de-moa-do-katende-foi-motivada-por-briga-politica-inquerito-foi-enviado-ao-mp.ghtml> e <https://ponte.org/com-avanco-da-extrema-direita-antissemitismo-se-recicla-e-volta-a-atacar/>.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexualidade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>.

A tarefa de “escovar a história a contrapelo”, atribuída por Walter Benjamin a uma historiografia revolucionária, é a tarefa de construir um espaço de luta contra-hegemônica na maneira como a narrativa histórica é escrita. É uma tarefa já prenunciada pelo duplo caráter do documento histórico: cultura e, ao mesmo tempo, barbárie. Ela encontra seu par na tarefa de “politizar a arte”, que embora apareça inconclusa no ensaio de Benjamin, aponta um plano de ação: construir um espaço de luta contra-hegemônica na maneira como a própria percepção humana se organiza. Nesse espaço se faz possível a formação de uma consciência de classe que desnude a barbárie e force sua interrupção, qualquer que seja a forma historicamente determinada com que ela se manifeste.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Trad. G.V. Silva. Porto Alegre: L&PM, 2018 [1980].

\_\_\_\_\_, W. “Tese VII”. In: LÖWY, M. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. Trad. W.N.C. Brant. Trad. das teses: J.M. Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005 [1940].

BUCK-MORSS, S. *A tela do cinema como prótese de percepção*. Trad. A.L. Andrade. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2009 [1994].

HOFFMANN, A.G., MARTINO, L.M.S. *Os nomes da operação Lava-Jato: aproximações e apropriações do entretenimento no campo político*. Revista Comunicação Midiática, v. 12, n. 3, p. 145-157, 2017.

JAPIASSÚ, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. C.N. Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1968].

MARX, K. *A ideologia alemã*. Trad. R. Enderle, N. Schneider, L.C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007 [1932].

\_\_\_\_\_, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

PAXTON, R. *Anatomia do fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres, Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007 [2004].

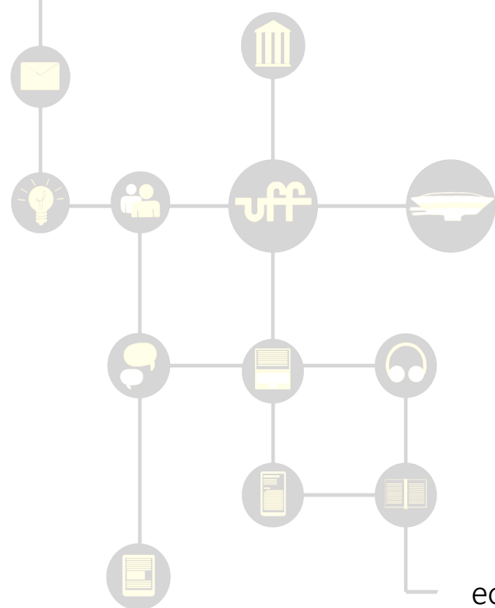
PLATÃO. *A república*. Trad. M.H.R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 [376 a.c].

SANTOS, F.L.B. *Uma história da onda progressista sul-americana: 1998-2016*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

THALHEIMER, A. *Sobre o fascismo*. Trad. O. Miranda, S.A. Paiva. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009 [1930].

VASCONCELLOS, F. *A construção de imagens do Jornal Nacional durante o escândalo do Mensalão*. Revista Compolítica, v. 1, n. 4, p. 81-118, 2014.

ŽIŽEK, S. *Violência*. Trad. M.S. Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014 [2007].



RESENHA

## RESENHA DO LIVRO BRICS E O FUTURO DA ORDEM GLOBAL

STUENKEL, Oliver. *BRICS: e o futuro da ordem global*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2017.

Brendon Lucas Pereira Silva<sup>1</sup>

O conceito do acrônimo BRICs foi formulado pelo economista-chefe da Goldman Sachs (uma das principais empresas globais de banco de investimento) Jim O'Neill em seu ensaio chamado "*Building Better Global Economic BRICs*", publicado em 2001 com a intenção de atrair investidores transnacionais para as economias em ascensão. O'Neill criou uma categoria na qual inseriu os países de grande território e em rápido desenvolvimento que economia global. A transformação do termo BRICs de uma categoria de investimentos para um termo familiar na política internacional é um dos desenvolvimentos mais marcantes da política internacional da primeira década do século 21.

Nesta obra, Oliver Stuenkel analisa em detalhes as origens do grupo, seus arranjos cooperativos e ambições visando ser um material de estudo tanto para acadêmicos, como para aqueles que têm interesse na condução da política externa de cada um dos países do BRICs. O livro é organizado em oito capítulos; os três primeiros capítulos uma apresentam a criação do BRICs e suas cúpulas anuais; o quarto explora a inclusão da África do Sul como sinal de amadurecimento do grupo; o quinto cobre as várias áreas de cooperação existentes entre os BRICs; o sexto lida com as iniciativas mais recentes do grupo; o sétimo trata das posições dos países do BRICs sobre soberania e intervenção

<sup>1</sup>Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

humanitária; o oitavo faz reflexões sobre o BRICS e o futuro da ordem global.

Com a premissa de que a predominância dos EUA como definidora da ordem global fosse ser superada por países com mercados emergentes, o BRICS foi ganhando força. E ao longo da década, a liberalização econômica desses países começou a dar frutos e o poder ilimitado dos Estados Unidos parecia estar chegando ao seu limite com os embates dispendiosos no Iraque e no Afeganistão, justificado pela “guerra ao terror”, o que reduziu a legitimidade dos EUA e abriu uma janela de oportunidade para que os países emergentes ganhassem maior visibilidade. E com base nessa narrativa, Oliver Stuenkel caracteriza a primeira década do século 21 como uma transferência de poder dos Estados Unidos e Europa para os países emergentes, como o Brasil, a China e a Índia.

Em 2008, enquanto os países emergentes desfrutavam de uma relativa estabilidade econômica, uma crise financeira atingiu profundamente os países desenvolvidos. E com a crise de legitimidade na ordem financeira internacional, o grupo dos BRICs ganhou um grande poder de barganha temporário que foi convertido em forças capazes de definir a agenda política da época, o que resultou em acordos da reforma de cotas do FMI em 2010.

Neste mesmo ano, a África do Sul foi convidada pelos ministros de relações exteriores do grupo dos BRICs para participar do grupo. O convite decorreu de motivos majoritariamente políticos, como por exemplo, pela África do Sul representar um continente inteiro com uma população de mais de um bilhão de habitantes e pelo fato de o país possuir uma reputação pelo legado positivo da transição do apartheid para a democracia. Com a participação da África do Sul, os BRICs se transformam em BRICS, e ser um membro do BRICS implica um grau considerável de reconhecimento social perante as grandes potências.

Mais à frente no livro, nos deparamos com profundas diferenças culturais e sociais entre os países do BRICS. Dentre essas diferenças podemos destacar principalmente o aspecto do regime político: enquanto Brasil, Índia e África do Sul possuem democracias vibrantes, Rússia e China possuem regimes autoritários. Entretanto, mesmo com essas diferenças, diversas áreas foram beneficiadas pela cooperação



técnica intra-BRICS, como por exemplo a facilitação do comércio, agricultura, estatísticas e até mesmo fóruns empresariais, do judiciário e da defesa.

Nos encontros da 4ª, 5ª e 6ª cúpulas do BRICS em Nova Déli, Durban e Fortaleza, os líderes do BRICS decidiram fundar o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD) e um Arranjo Contingente de Reservas (ACR), os quais firmariam elos sem precedentes entre os governos para os cinco Estados-Membros. A criação do NBD e do ACR foi um grande marco para o BRICS e pode ser interpretado como a etapa inicial de uma cooperação financeira institucionalizada, pois até 2014 o BRICS era marcado por sua falta de normas vinculativas.

Sobre o Conselho de Segurança da ONU, é levantado o debate acerca da “Responsabilidade de proteger” (R2P). A R2P é dividido em três pilares: i) Estados têm a responsabilidade primária de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade ; ii) a comunidade internacional tem o compromisso de fornecer assistência aos Estados em criar capacidade para proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e para dar assistência aos afetados antes que irrompam crises e conflitos; iii) a comunidade internacional tem a responsabilidade de prestar “ações rápidas e decisivas” a fim de prevenir e combater atos de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade quando um Estado fracassar “manifestamente” em proteger suas populações (2017, p. 210-211).

A perspectiva das potências emergentes acerca do primeiro pilar é positiva, pois fortalece os agentes estatais nos assuntos internacionais. Sobre o segundo pilar, a maioria dos países do BRICS está ativamente envolvida no combate às principais causas de genocídio, crime de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A Índia vem dando contribuições humanitárias imensas às missões de pacificação da ONU há décadas e a China contribui para promover o desenvolvimento e a paz no exterior, através de sua liderança na pacificação e auxílio para desenvolvimento (2017, p. 211). Na perspectiva do BRICS, o terceiro pilar é indeterminado e aberto, assim representando um risco de que as potências ocidentais podem

interpretar de forma equivocada e estender a norma para além do aceitável.

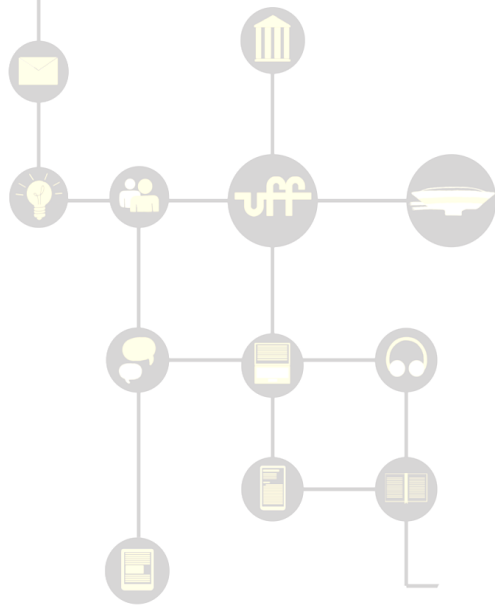
Concluindo, a cooperação entre países do grupo BRICS vem se ampliando desde 2009, e a parcela do PIB global representada pelo grupo do BRICS deverá aumentar ainda mais nos próximos anos. É interessante compreender a ascensão do grupo do BRICS no contexto do padrão cíclico de mudança sistêmica. Segundo Xiaoyu Pu e Randall L. Schweller no artigo "*After Unipolarity: China's Vision of International Order in an Era of U.S. Decline*" há cinco fases desse ciclo continuamente recorrente: ele começa com uma ordem estável, em que uma potência hegemônica está no controle do sistema global. A segunda fase é a de desconcentração e deslegitimação do poder da potência hegemônica. A terceira fase é a formação de alianças entre as potências em ascensão como meio para enfraquecer a hegemonia. A quarta fase é a da resolução da crise internacional, via guerra hegemônica, ao que se segue uma quinta fase, a renovação do sistema e o estabelecimento de uma nova ordem, assim voltando à primeira fase.

Embora as Cúpulas do BRICS possam ser entendidas como um exercício de deslegitimação da ordem global, não existe nenhum indicativo evidente de que os membros do BRICS estejam interessados em adotar medidas tangíveis para comprometer a ordem global.

Um dos pontos altos da obra é que todas as informações nela são contextualizadas, há uma profunda preocupação do autor em detalhar cronologicamente cada evento do livro. Outro ponto alto em sua estruturação é que no início de cada capítulo, logo após ele introduzir o assunto, é colocado diversas citações de críticos ao BRICS, e ao longo do capítulo ele contra-argumenta os críticos utilizando dados concretos, e muitas das vezes demonstrando que o BRICS é muito mais do que um bloco econômico, é um bloco político.

"BRICS e o futuro da ordem global" é uma excelente leitura para todos aqueles que querem conhecer o BRICS e sua "biografia histórica". Oliver Stuenkel fez um excelente trabalho ao reunir informações das mais diversas fontes ao longo de todo o processo de criação do BRICS, e aliou isso com uma narrativa fluída e dinâmica, sempre fazendo o leitor questionar diversos pontos, e apresentando

críticas de opositores ao BRICS com o intuito de debater e contra-argumentar. Uma leitura imprescindível para todos aqueles que buscam estar a par da política internacional.



POESIA

## PARTIDA<sup>1</sup>

Cláudio Gonçalves da Silva Correio<sup>2</sup>

Nesse momento, estou em um lugar frio e solitário.  
Pensando naqueles que outrora deixei para trás.  
Nas alegrias que vivi e os sorrisos que me aformoseavam.  
E que agora, fazem falta para minha alma.

Tristeza, solidão, mal agouro: que me fizeram desistir.  
Até que não foi mais possível me segurar. Depressão...  
Não conseguia mais me levantar.  
E onde estava, era o único lugar que não gostaria de estar.

Agora ao meu lado, lágrimas, que molham meu corpo frio!  
Vidas vazias, que ficaram para trás, em tristeza e solidão  
Amores que nunca mais viverei. Sim, agora é tarde!  
Meu corpo, está frio, não sinto mais meu coração.

Quero voltar, aquele lugar, que não gostaria de estar.  
Mas não consigo mais, ao meu lado sombras que me  
arrastam.

Para o poço da ilusão. Uma melhora momentânea.  
Que se transforma em dor, tristeza, solidão...

Sim, eu quero voltar!  
Não, não é mais possível voltar!

<sup>1</sup> Poema que nos faz refletir sobre nossos passos na Terra, nada é em vão! Devemos viver a plenitude e nunca perder a fé e a esperança. Há caminhos que não têm como retornar.

<sup>2</sup> Professor doutor em Entomologia na UFMA.